

INFORME ECONÔMICO (UFPI)



Sumário

Apresentação.....	3
Política fiscal em modelos Pós-Keynesianos de crescimento e distribuição: uma revisão teórica	4
João Gabriel de Araujo Oliveira, Renato Nozaki Sugahara, Beatriz Estulano Vieira	
Educação financeira entre os empresários juniores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Bahia).....	23
Heloisa Querino dos Santos, Alfredo Dib	
Desenvolvimento regional e sustentabilidade: mapeando o potencial verde do estado do Espírito Santo em 2018.....	42
Lázaro Cezar Dias	
Perfil do trabalhador sul-mato-grossense: uma análise utilizando os dados da PNAD 2015.....	58
Renner Pinzan Moraes, Roselaine Bonfim de Almeida	
Relações entre o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família.....	80
Mirian Regina de Oliveira, Lucas Casonato	
A crise e as políticas estatais de combate a queda da taxa de lucro nos governos Lula e Dilma.....	96
Suzane Rodrigues da Silva	
O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete.....	112
Rodrigo Straessli Pinto Franklin, Pollyanna Paganoto Moura, Camilla dos Santos Nogueira	
RESENHA:	
<i>Feminist Economics</i>.....	129
Kellen Carvalho de Sousa Brito	
Lista de pareceristas ad hoc do periódico.....	136

Reitor UFPI:

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Viriato Campelo

Diretor CCHL:

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

Chefe DECON:

Profa. Ma. Kellen Carvalho de Sousa Brito

Coord. Curso Economia:

Prof. Me. João Victor Souza da Silva

Editor-chefe:

Prof. Dr. Juliano Vargas

Editor-adjunto:

Prof. Dr. Samuel Costa Filho

Editores de seção:

Dr. Aécio Alves de Oliveira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Dr. Alvaro Sanchez Bravo, Universidad de Sevilla, Espanha
Dra. Alyne Maria Barbosa de Sousa, Instituto Federal do Piauí (Campus Teresina Central), Brasil
Dra. Andrea Felipe Cabello, Universidade de Brasília, Brasil
Dra. Daniela Freddo, Universidade de Brasília, Brasil
Dr. Fabrizio Filippo Lorusso, Universidad Iberoamericana León, México
Dr. Francisco Patrício Esteves, Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências (ISPTEC), Angola
Dr. Jorge Aníbal Aranda Ortega, Universidad de Chile, Chile
Dr. José Machado Pais, Universidade de Lisboa, Portugal
Dr. Mário José Maestri Filho, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
Dr. Sérgio Soares Braga, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Dra. Sissy da Silva Souza, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil
Dr. Vitor de Athayde Couto, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Revisão textual e de ABNT:

Gabriela de Almeida Furtado
Gláucia Quênia Bezerra de Lima
Marco Aurélio Assis Cardoso
Raira Costa Melo
Rhayro Roberto Vieira de Oliveira

Projeto gráfico e capa:

Josiel da Silva Oliveira
Pedro Henrique Miranda Lima Moura

Apresentação

A revista **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, vinculada ao Departamento de Ciências Econômicas desta instituição, com satisfação comunica a publicação da edição correspondente ao seu volume 42, número 1, referente ao período compreendido entre janeiro e junho de 2021. Disponibilizamos este exemplar àqueles que colaboraram diretamente (autores, avaliadores, revisores, docentes e discentes voluntários (em especial, aos alunos Josafá Evangelista Leite, Luis Felipe Moura Sousa e Milena Pereira Alves) do DECON, profissionais de TI e editores de seção), programas e instituições parceiras, bem como ao público que acessa livremente o portal eletrônico do próprio periódico, reforçando o objetivo de promover a produção e a divulgação do conhecimento em Ciências Sociais Aplicadas por meio de textos inéditos que forneçam contribuições originais.

Nesta edição constam publicados 7 artigos e 1 resenha de verbete, envolvendo ao todo 15 autorias e coautorias, sendo: 7 de doutores, 1 de doutorando, 2 de mestres, 2 de mestrandos, 2 de graduados e 1 de discente de graduação. Figuram pesquisas elaboradas por autorias vinculadas às seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESPPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Uma novidade que passa a compor a revista desta edição em diante é a lista de avaliadores cadastrados no *site* da revista (<https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/index>). O intuito é singelamente agradecer-los e dar visibilidade a este trabalho voluntário, indispensável para a qualidade das publicações. Além disso, visa a incentivar novos profissionais a emitirem pareceres.

Duas outras novidades passam a constar na revista a partir desta edição. A primeira é o ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*, em português ID Aberto de Pesquisador e Contribuidor), um código de identificação das autorias. A segunda é o DOI (*Digital Object Identifier*; em português, Identificador de Objeto Digital), que facilitará o registro e, principalmente, a localização das publicações *online* do periódico. A implantação do DOI foi possível graças à equipe da Editora da UFPI (EDUFPI), parceira institucional que agradecemos.

Desejamos que os textos apresentados despertem a curiosidade e atendam às expectativas de quem os lerem. Agradecemos novamente a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para o lançamento desta edição da revista **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, tendo o prazer de convidar toda a comunidade acadêmica a uma agradável e proveitosa leitura.

**Política fiscal em modelos Pós-Keynesianos de crescimento e distribuição:
uma revisão teórica**

*Fiscal policy in Post-Keynesian models of growth and distribution:
a theoretical review*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.873>

João Gabriel de Araujo Oliveira¹
Renato Nozaki Sugahara²
Beatriz Estulano Vieira³

Resumo: Neste trabalho, foi utilizado o método de resenhas para a exposição de uma síntese da controvérsia do capital através do impacto das atividades governamentais na teoria crescimento econômico e distribuição de renda de longo prazo, a partir de Kaldor-Pasinetti e suas extensões. Dá-se ênfase às atividades do governo, às quais se apresentam de forma exógena e mostra-se as implicações da introdução deste setor ao modelo, por meio de políticas fiscais e considerando incentivos pontuais às demais classes. Concluindo que a maioria dos modelos que apresentam o governo confirmam o resultado de Pasinetti e indicam que a regulação da economia ocorre por meio de políticas fiscais que são de controle do setor público.

Palavras-chave: Distribuição de renda. Políticas governamentais. Política fiscal. Política macroeconômica.

Abstract: In this paper, the review method was utilised to expose a synthesis of the controversy of capital through the impact of government activities on the theory of economic growth and long-term income distribution from Kaldor-Pasinetti and its extensions. Emphasis is placed on government activities, which are exogenously presented, and the implications of introducing this sector to the model through fiscal policies and considering specific incentives for other classes are shown. In conclusion, most of the models presented by the government confirm Pasinetti's result and indicate that the regulation of the economy occurs through fiscal policies that are controlled by the public sector.

Keywords: Income distribution. Government policy. Fiscal policy. Macroeconomic policy.

Artigo recebido em 28/10/2020. Aceito em 18/1/2021.

¹ Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (FACE-UnB). Mestre e Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). O autor agradece ao suporte financeiro do PROEX-CAPES. E-mail: joaogabrielaraujooliveira@gmail.com

² Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina, lecionando na graduação e na pós-graduação.

³ Mestranda em Economia Regional pela UEL. Graduada em Economia pela UEL.

INTRODUÇÃO

Os modelos desenvolvidos pelos Pós-Keynesianos impactaram fortemente a vertente de crescimento econômico e distribuição de renda. Sua origem remonta à busca por alternativas em determinar condições de equilíbrio para o fio-de-navalha, apresentado originalmente por Harrod-Domar. Assim, desenvolveu-se uma taxa de crescimento natural de uma economia, em função das variáveis de propensão marginal a poupar e taxa de lucro, conhecida como Equação de Cambridge. Esta solução tem por finalidade responder às questões fundamentais da Economia Política que, entre outros aspectos, envolvem políticas fiscais. Para isso é considerado o governo, podendo definir, a partir de esforço consciente da sociedade, o desenvolvimento econômico e promover mudanças rápidas no sistema através da consideração de tributação, que possibilita transferência de renda e/ou aumento do investimento.

O primeiro modelo considerando o governo foi desenvolvido por Steedman (1972) incorporando a intervenção governamental na estrutura originalmente apresentada por Pasinetti (1962). O autor considera tributações diretas à renda de ambas as classes (salários e lucros), o que altera as relações encontradas por Pasinetti (1962), potencializando a taxa de lucro e a distribuição deste (*profit-share*).

São apresentadas aqui as principais características e resultados de um conjunto de diversos trabalhos sobre o tema de crescimento e distribuição de renda. Para isso, utilizou-se como método a elaboração de resenhas dos artigos originais da teoria Kaldor-Pasinettiana, as quais têm como objetivo trazer didaticamente a evolução da teoria e suas derivações, considerando política fiscal. Essa metodologia fundamenta-se nas leituras desenvolvidas no “Projeto Pedagógico de Leituras Orientadas em Teoria Econômica” na Universidade Estadual de Londrina. Os textos foram lidos, resenhados e apresentados de forma cronológica, a fim de criar uma sólida formação em teoria pós-Keynesiana e, com isso, afunilar ao tema de política fiscal que é tratado neste trabalho. Através deste método constrói-se uma linha do tempo que perpassa do artigo seminal de Kaldor (1956) com o desenvolvimento da Equação de Cambridge, aos artigos mais recentes publicados na segunda década do século 20.

Com isso, este trabalho divide-se em sete partes e busca verificar quais as implicações deste agente no crescimento econômico e na distribuição de renda de longo prazo, iniciando-se com esta introdução e a segunda seção com o contexto histórico de como se dá o desenvolvimento da inserção destes agentes. A terceira parte trata do modelo de Steedman (1972), onde o governo aplica impostos diretos sobre os salários e lucros para transferir renda aos trabalhadores por meio dos gastos públicos. O autor verifica que a tributação sob os lucros potencializa a taxa de lucro da economia e a distribuição deste.

Na quarta, aborda-se a teoria *kaldoriana* com orçamentos desbalanceados, onde Dalziel (1989) agrega a poupança do governo na poupança agregada e o setor externo apontando que mesmo com desbalanceamento a teoria mostra-se válida. Entretanto, este modelo mostra-se diferente do apresentado por Steedman (1972), apontando que a tributação não afeta a taxa de lucro ou a distribuição deste, mas as exportações líquidas sim. Denicólo e Mantteuzzi (1990), Dalziel (1989) e Dalziel (1991), apresentam um modelo com introdução de débitos públicos. Esses são vendidos por meio de títulos, aumentando a renda da classe dos capitalistas e trabalhadores, tendo em vista que estes títulos rendem uma taxa de juros igual à taxa de lucro do capitalista. Mostra-se que o governo pode, a partir dos seus déficits, auxiliar na distribuição de renda. Com base nos estudos de Pasinetti (1989a) e Pasinetti (1989b), os autores acima citados mostram que a introdução destes novos ativos modifica a poupança da economia, inserindo a poupança do governo nas demais e, ao desenvolverem o modelo da “Equação de Cambridge”, comprovam que a taxa de poupança do governo age de modo inversamente proporcional à taxa de lucro e afeta a distribuição de renda da economia.

De Araujo Oliveira e Teixeira (2020) retratam um modelo composto por uma espécie de economia capitalista que inclui a existência de instituições políticas, que serão influenciadas por suas experiências e pela confiabilidade do sistema e de seu poder político. Segundo os autores, a abertura da economia terá impacto positivo na renda, desde que o saldo corrente seja positivo. Para saldos negativos, haverá desequilíbrio na conta comercial e dívida ou crédito na conta do setor público. Portanto, a globalização afeta positivamente ambas as classes apenas se o Saldo em conta-corrente for positivo, mas não altera a essência dos resultados obtidos na “Equação de Cambridge”.

A quinta parte, trata-se do modelo Kaldor neoPasinetti, inicialmente desenvolvido por Kaldor (1966), onde é apresentado que o crescimento das empresas se dá pela introdução delas no mercado aberto. Com base nisso, geram-se ganhos de capital aos detentores das ações dessas empresas e estes ganhos crescem com a variação do capital e as taxas de valor delas. Em contrapartida, estes ganhos decrescem ao passo que são emitidas mais ações e o preço dessas varia.

Em virtude dessas ações provocadas pelo setor privado, Kaldor (1966) demonstra as consequências desse novo investimento dentro da economia, mostrando que os ganhos de capital agem de forma a potencializar a taxa de lucro, entretanto, reduzem a taxa de valor⁴.

⁴A taxa de valor representa o valor do total de ações no mercado dividido pelo estoque de capital total. Para mais esclarecimentos, veja Charles (2007).

Segundo Araujo (1995) o equilíbrio macroeconômico de longo prazo se dá através da igualdade entre essas duas taxas. Charles (2007) observa essa teoria e introduz ações do governo para aumentar estes ganhos de capital, subsidiando parte do consumo (incentivo aos trabalhadores), ou o lucro (incentivo aos capitalistas). Dessa forma, chega-se ao resultado de que, em ambos os casos, os incentivos aumentam a taxa de lucro dessa economia e, conseqüentemente, a distribuição deste; em contrapartida, essa taxa é reduzida. Por fim, as considerações finais acerca do tema discutido.

1. Intervenções governamentais em modelos Kaldor-Pasinetti

A partir de meados dos anos de 1940, surgiram na macroeconomia discussões com o intuito de explicar o crescimento econômico de longo prazo e quais os principais fatores que impulsionam esse crescimento. Harrod (1939) e Domar (1947) explicam que para que este crescimento seja permanente, a taxa de crescimento garantida (g_a) e a taxa natural⁵ (g_n) devem ser equivalentes. A isto foi dado o nome de “problema do fio-de-navalha”⁶. Em seus artigos, a única possibilidade de estabilidade dá-se ao passo que a poupança dividida pela razão capital-produto deve ser igual à taxa de crescimento da população. Sabendo que todas essas variáveis são exógenas e dificilmente a igualdade se manteria, deu-se o nome de instabilidade Harrodiana, que hoje é defendida por autores como Skott, Oreiro e Bowle, entre outros.

Kaldor (1956) considera que essa igualdade determinada por Harrod é improvável e possivelmente só ocorreria em sistemas absolutamente autoritários. Assim, o autor endogeniza a taxa de poupança na economia em resposta aos modelos neoclássicos que apenas discutem crescimento e não tratam da distribuição de renda. Este modelo ficou conhecido como “Equação de Cambridge”, a qual garante que a taxa de crescimento natural da economia é igual à multiplicação entre a taxa de lucro da economia (r) e a taxa de poupança (s). Para ele, a taxa de crescimento garantida não é independente do natural e vice-versa, mas estas dependem da flexibilização da margem de lucro (*profit-share*) que irá ajustar a igualdade de ambas e essa flexibilidade é determinada pela taxa de lucro da economia. Apesar de “solucionar” o problema, o autor não deu ênfase às diferentes classes que compõem a sociedade. O desenvolvimento e desfechos de sua teoria, em especial a sua mudança metodológica com relação às influências

⁵ A taxa garantida de crescimento é o resultado da divisão entre a taxa de poupança e o *capital-output ratio* e a taxa natural de crescimento é igual à taxa de crescimento da população mais um fator autônomo de crescimento. O problema desta igualdade é a combinação de fatores totalmente exógenos.

⁶ Para uma leitura aprofundada, ver o capítulo 3 de Jones (1976).

dos agentes, sejam eles trabalhadores, capitalistas ou firmas, são apresentados por King (2016). Contudo, os estudos kaldorianos foram foco do desenvolvimento de extensões ao longo dos últimos 60 anos.

Sendo assim, Pasinetti (1962), a partir de uma das extensões, divide a economia entre trabalhadores e capitalistas, onde ambos recebem lucros (diferindo de Kaldor) e a primeira classe também recebe salários. Para o autor, o ajuste de longo prazo a pleno emprego é automático. Ele mostra que apenas a taxa de poupança dos capitalistas influencia no crescimento de longo prazo e na distribuição de renda da economia. Assim, por meio da análise da distribuição dos lucros (*profit-share*), Pasinetti conclui que os trabalhadores não possuem força suficiente para impactar nas variáveis. Meade (1963) desenvolve o Teorema “dual”, mostrando que o teorema de Pasinetti teria mais de um resultado e no caso de, $s_w > \frac{I}{Y}$, sendo I o investimento da economia e Y a renda nacional, os trabalhadores serão responsáveis pela totalidade do investimento. Desse modo, adquirirão todo o capital existente na economia, resultando na exclusão da classe capitalista, como é apresentado por Araujo (1990):

Sem embargo, como poderá ser verificado em seguida, não somente teríamos $\left(\frac{K_P}{K}\right) < 0$, como também teríamos $I < s_w Y$, ou seja, os trabalhadores de posse de toda a renda nacional, estariam acumulando mais do que o necessário para a manutenção do pleno emprego, configurando uma situação incompatível com a trajetória do crescimento equilibrado de longo prazo. (ARAUJO, 1990, p. 58)

Para Samuelson e Modigliani (1966), a introdução do governo ao sistema gera uma instabilidade causada pelo impacto no nível de capacidade de utilização, onde tende ao problema dual. Para eles, o governo será responsável pela transferência de renda em prol dos trabalhadores, dando força a esta classe, que terá poder suficiente para gerar uma taxa de poupança maior que a taxa de investimento da economia, o que pode causar o desaparecimento com a classe capitalista do sistema e convergir a uma sociedade socialista.

Em resposta a estes autores e buscando a solução do problema dual, Steedman (1972) introduz o governo ao modelo Kaldor-Pasinetti. A partir deste artigo são mostrados quais os efeitos que esta nova classe agrega ao crescimento de longo prazo e que o *capital-output ratio* é independente dos métodos de produção, contradizendo o que Meade defendia, o que prova que os trabalhadores não serão capazes de deter todo o capital como é apresentado por Samuelson e Modigliani. Com esta expansão e suas extensões, vê-se que os planejamentos das autoridades governamentais afetam o crescimento e as consequências são observadas a depender de como elas são inseridas. Nas próximas seções, analisaremos o impacto das atividades governamentais em diferentes perspectivas na linha pós-Keynesiana.

2. Introdução das atividades de governo nos modelos Kaldor-Pasinetti

A introdução do governo nos modelos teóricos da vertente Kaldor-Pasinetti mostra que este agente afeta diretamente a renda dos trabalhadores e capitalistas por meio da tributação, gerando receita governamental (G). Entretanto, este imposto é revertido como forma de investimento ou por meio de transferência de renda aos trabalhadores (bG). O primeiro modelo estruturado para essa teoria, que mostra como as atividades do setor público afeta o crescimento de longo prazo, foi desenvolvido por Steedman (1972), o qual é apresentado nesta seção.

Em seu artigo, o governo opera com orçamento equilibrado. Na sua concepção, a tributação é direta e sob renda (lucros e salários), onde conclui que a tributação sob os lucros está diretamente relacionada com a *profit rate* da economia, não havendo nenhuma influência por parte da tributação dos salários ou taxa de poupança dos trabalhadores, o que mantém o equilíbrio da economia encontrado por Pasinetti para o caso sem governo. Portanto, a existência de certos tributos não afeta os resultados de Pasinetti, que, com um orçamento equilibrado, a atividade tributária e de gastos do Estado podem permitir o crescimento da *golden age* em condições que, sem a atividade do Estado, tornariam impossível o crescimento do pleno emprego de fatores.

$$S_w = \frac{dK_w}{dt} = s_w[(1 - t_w)W + (1 - t_p)rK_w + bG] \quad (1)$$

Onde, $0 \leq s_w \leq 1$ é a propensão marginal a poupar dos trabalhadores, $0 < t_w < 1$ representa os tributos diretos incidentes nos salários, W o montante de salários, $0 < t_p < 1$ os tributos diretos sob os lucros, $K_w \geq 0$ o montante do estoque de capital pertencente aos trabalhadores, $0 \leq b \leq 1$ representa a fração da receita governamental destinada a transferências. A poupança dos trabalhadores (1) é composta por salários líquidos (salários descontados os tributos), lucro líquido (lucro descontados seus tributos) e parte dos gastos de governo que são tomados como transferência de renda. Vale ressaltar que esta classe poupa e por isso investe, podendo ser detentora de parte do capital da economia (K_w).

$$S_c = \frac{dK_c}{dt} = s_c(1 - t_p)rK_c \quad (2)$$

Onde $K_c \geq 0$ é o estoque de capital pertencente aos capitalistas e $0 < s_c \leq 1$ é a propensão marginal do capitalista. A equação (2) mostra que os capitalistas recebem apenas lucros e, por conta disso, sua poupança também é formada apenas por eles. Isso mostra que o governo transfere renda apenas aos mais vulneráveis, o que não acontece com esta classe.

$$r = \frac{g_n}{s_c(1-t_p)} \quad (3)$$

Por fim, a equação (3) representa a taxa de lucro (r) da economia (“*Cambridge Equation*”), que é afetada positivamente pela tributação direta nos lucros, diferenciando do resultado obtido por Pasinetti (1962). Contudo, tal resultado confirma a essência da natureza da Equação de Cambridge, visto que nenhuma das variáveis dos trabalhadores afetam o equilíbrio do sistema.

Esta última equação contribui para mostrar a melhoria nos investimentos e na distribuição de renda, uma vez que, quanto maior a tributação sob os lucros, maior a taxa de lucro da economia, a qual afeta tanto o crescimento de K_w , quanto K_c no tempo, representando uma alteração no investimento das classes. Steedman passa a ser fortemente criticado por conta de não apresentar os resultados quando é considerado orçamento desbalanceado na economia, assim como o autor não apresentou também a interação da economia doméstica com o resto do mundo. Fleck e Domenghino (1987), afirmam que, caso o modelo assuma desbalanceamento, invalidaria toda a teoria apresentada. Dessa forma, pesquisadores da vertente Kaldor-Pasinettiana, que serão apresentados na próxima seção, passam a analisar a dinâmica do governo ao trabalharem com déficits e superávits.

3. Modelo com orçamentos desbalanceados

Contradizendo Fleck e Domenghino (1987), Dalziel (1989) e Denicólo e Mantteuzzi (1990) desenvolvem o modelo considerando orçamentos desbalanceados. O primeiro considera que o governo gera poupança e, a partir desta, torna possível resultados de superávit ou déficit. O segundo autor, existe a geração de déficits, que devem ser revertidos em títulos que agregarão o total de ativos pertencentes a cada classe.

Dalziel (1989) analisa o modelo com quatro setores (trabalhadores, capitalistas, governo e setor externo), e define que o governo gera poupança (S_g) aumentando a poupança agregada (S), a qual representa a soma das poupanças individuais de cada agente da economia, contribuindo diretamente no investimento da economia que é impulsionado pelas exportações ($-\infty < X < +\infty$).

$$s_w(W + P_w) + s_c P_c + s_g(P_g + T) = I + X \quad (4)$$

É possível analisar, a partir da equação (4), que a poupança global desta economia é formada pelas três classes, e que cada uma delas auferir lucro, sendo $P_w \geq 0$ a parcela do lucro referente aos trabalhadores, $P_c \geq 0$ a parcela do lucro referente aos capitalistas, $P_g \geq 0$ a parcela referente ao governo, derivados do capital de cada uma delas, $I \geq 0$ o investimento e X as exportações líquidas. A contribuição do governo passa, então, não apenas pela transferência de renda, mas do governo como um agente detentor de capital e impulsionador do investimento.

$$\frac{P}{K} = \frac{I+X}{s_c K} \quad (5)$$

$$\frac{P}{Y} = \frac{I+X}{s_c Y} \quad (6)$$

Observa-se que, nas equações (5) e (6), a geração de poupança pelo governo age de forma similar à dos trabalhadores, onde elas não alteram de forma alguma a distribuição do lucro ou a taxa de lucro desta. Entretanto, ao agregar o setor externo por meio da exportação líquida ao modelo, este age diretamente e proporcionalmente a ambas as relações. É interessante perceber que, diferente do modelo de Steedman, a tributação não afeta o modelo em nenhuma das taxas.

A partir desta primeira análise com o setor externo, Denicólo e Mantteuzzi (1990) consideram os déficits orçamentários, os quais são revertidos em títulos e, para que estes tenham uma atratividade, são pagos juros àqueles que os possuírem. Dessa forma, alargar-se-á a renda das classes e conseqüentemente a poupança delas, influenciando diretamente no investimento da economia. Sendo assim, o total de bens, tanto dos capitalistas ($A_c \geq 0$) quanto dos trabalhadores ($A_w \geq 0$), passa a ser determinado pela soma da quantidade de estoque de capital destinado a cada classe, somados às suas parcelas em títulos.

$$A_c = K_c + B_c \quad (7)$$

$$A_w = K_w + B_w \quad (8)$$

$B_c \geq 0$ é a parcela de títulos pertencentes aos capitalistas e $B_w \geq 0$ é a parcela de títulos pertencentes aos trabalhadores. Consideradas estas modificações, os títulos passam a incorporar a renda de cada uma das classes, dessa forma alterando cada poupança, indicando aqui que a interferência do governo passa a ser de forma direta na relação de investimento das classes. Essa afetaria a distribuição de renda apresentada por Pasinetti (1962) e de modo que, em detrimento da poupança do capitalista ser afetada, a taxa de lucro e a distribuição deste na economia também passam a ter nova face.

$$S_c = s_c[(1 - t_p)P_c + iB_c] \quad (9)$$

$$r = i = \frac{(1-t_p)P_c}{K_c} \quad (10)$$

$$r_n = \frac{(1-t_p)P_c + iB_c}{K_c + B_c} \quad (11)$$

Estes títulos rendem a uma taxa de juros dos débitos públicos (i) [equação (10)], ao passo que renderão o mesmo que as taxas de juros do capital. Com estas modificações aplicadas ao modelo é possível chegar às duas relações de taxas de lucro do capital privado (r_n), como mostra a equação (11) e juros a equação (10), as quais colocarão aos capitalistas e trabalhadores qual investimento será mais atrativo, o de capital movido pela taxa de lucro ou dos títulos. Essas relações mostram a intervenção do governo como uma melhora da distribuição, mantendo as dinâmicas encontradas por Pasinetti e Steedman.

Em ambas as relações, a tributação do lucro se relaciona de forma inversa ao encontrado na taxa de lucro da economia. Sabendo a taxa de juros, mostra-se que os rendimentos dos títulos são iguais à taxa de lucro dos capitalistas. Caso contrário, estes investirão apenas no setor privado, fazendo com que a introdução dos títulos modifique a renda da economia. Dalziel (1991) trabalha o artigo com a ideia de uma economia fechada. Esta alteração modifica a renda nacional, em vista de que $R_w = rD_w \geq 0$ representando o ganho dos trabalhadores pelos títulos, $R_c = rD_c \geq 0$ o ganho dos capitalistas com títulos e $R_g = -rD \leq 0$, o quanto o governo deve pagar aos capitalistas e trabalhadores dos títulos emitidos. Sendo assim, a equação da renda nacional mostra a agregação destes títulos em cada uma das classes.

$$Y = [(1 - t_w)W + (P_w + R_w)(1 - t_p)] + (P_c + R_c)(1 - t_p) + (1 - t_p)P_g + T - rD \quad (12)$$

Deste modo, as taxas de poupanças das três classes são modificadas, como mostram as equações (13), (14) e (15) e assim alterando a poupança nacional, como apresenta a equação (16). Como consequência do investimento destas, tem-se então a poupança agregada da economia o mesmo formato encontrado por Pasinetti (1989a), onde se agrega a transferência de renda remetida pelo governo através da introdução da poupança deste na economia.

$$s'_{ww} = s_w(1 - t_w) + s_g \alpha [t_w + (1 - t_p)(s_w t_i + (1 - s_w)t_p)] \quad (13)$$

$$s'_{wc} = s_w(1 - t_p) + s_g \alpha [t_w + (1 - t_p)(s_w t_i + (1 - s_w)t_p)] \quad (14)$$

$$s'_c = s_c(1 - t_p) + s_g \alpha [t_p + t_i(1 - s_c)(1 - t_p)] \quad (15)$$

$$S = s'_{ww}W + s'_{wc}P_w + s'_cP_c \quad (16)$$

Onde $\alpha = [1 - t_i(1 - s_g)]^{-1}$, $0 \leq t_i \leq 1$ representando a taxa de tributos indiretos. Araujo (1990) mostra que Pasinetti (1989a) e Pasinetti (1989b) trabalham com orçamentos desbalanceados e concluem que quanto maior a taxa de poupança do governo menor a taxa de lucro. Sendo assim, para orçamentos desbalanceados o governo não deve manter altos investimentos, dado que estes são reflexos de poupanças. Nestes casos, é incorporada a dinâmica do governo por meio da poupança na equação de Cambridge que, diferentemente dos trabalhadores, afeta a taxa de lucro da economia.

$$r = \frac{g_n}{s'_c} \quad (17)$$

A equação (17) mostra que, quanto $0 \leq s'_c \leq 1$ e quanto menor esta relação, maior a taxa de lucro, e quanto mais próximo de zero $-1 \leq s_g \leq 1$ esta relação tenderá ao encontrado por Steedman, de modo a diferenciar-se das demais equações encontradas por conta de, agora, a poupança do governo alterar a taxa de lucro, entretanto de forma negativa, aparecendo a tributação do lucro, a qual não influencia o modelo anteriormente apresentado. Estas relações de orçamentos desbalanceados são estudadas através de aplicações econométricas por Winter (2017), que mostra os efeitos dos débitos governamentais na taxa real de juros e lucro da economia.

Estes modelos, sejam com políticas fiscais ou monetárias, não apresentaram o passo de que podem existir orientações políticas, ou seja, uma decisão do governo em dar incentivos pontuais. Ao passo que as atividades governamentais podem determinar o rumo da economia, os governistas podem incentivar determinada classe com o intuito de analisar o efeito deste com relação ao comportamento dos demais agentes da economia. Esta perspectiva no modelo kaldoriano é vista no penúltimo ponto deste trabalho, com o intuito de dar entendimento ao quanto os agentes podem ser influenciados por este tipo de atividade.

4. Modelo Kaldor neoPasinetti com orientações políticas

A ideia central desse modelo é analisar o comportamento da economia, dadas intervenções pontuais do governo. O modelo Kaldor neoPasinetti busca explicar o quanto essas intervenções podem influenciar na distribuição de renda e nas decisões tomadas pelos capitalistas e trabalhadores, que sofrerão variações na poupança, consumo e investimento ao se depararem com qualquer incentivo. Esse incentivo é feito pela alteração da função de investimento da economia, onde se agregam aos ganhos de capital a determinação de um aumento do consumo (incentivo para o trabalhador) ou ao lucro (incentivo ao capitalista).

Ryoo e Skott (2016) tratam um modelo Harrodiano, estendendo a análise para uma economia corporativa com ativos financeiros explícitos. Para eles, quando as políticas monetárias e fiscais são aplicadas de maneira eficiente, podem manter o pleno emprego (no caso das finanças funcionais) ou o índice de endividamento desejado (no caso das finanças sólidas). Concluem que a política monetária na forma da regra de Taylor não pode estabilizar a economia se o índice de dívida for muito alto, entretanto, desestabiliza se o índice de dívida exceder um certo limite. Para que a política fiscal estabilize a economia e mantenha o pleno emprego, ela estará associada a flutuações persistentes na utilização e na taxa de acumulação. Quando as duas políticas são combinadas, elas podem trazer instabilidade ao sistema. Porém, se aplicadas separadamente, podem ser eficientes. As decisões de investimento ou emprego das empresas provavelmente serão afetadas se a economia se aproximar do pleno emprego, então a negligência do mercado de trabalho pode se tornar um problema para a economia.

Kaldor (1966) desenvolve o modelo Kaldor neoPasinetti, analisando o impacto dos ganhos de capital baseados no modelo desenvolvido por Pasinetti (1962). Neste modelo, os trabalhadores e capitalistas buscam retornos nos mercados de mobiliários, onde ambos podem gerar ganhos/perdas de capitais ($-\infty \leq G_K \leq +\infty$). Segundo Oreiro e Magalhães (2019), os ganhos/perdas de capitais representam um sistema previdenciário privado aos moldes de que,

tendo em vista que apenas trabalhadores investem neste sistema, estes supostamente consumirão os ganhos relativos na sua aposentadoria. A determinação dos investimentos derivados da poupança das famílias é verificada pela seguinte relação:

$$xI = s_w W - cG_K \quad (18)$$

Na equação (18), a fração do investimento financiada por meio dos títulos ($0 \leq x \leq 1$) multiplicada pelo investimento total da economia é derivada da relação entre a poupança dos trabalhadores, o quanto estes poupam de parte dos salários, menos aquilo que estes consumirão dos ganhos/perdas de capitais na aposentadoria a uma determinada taxa de consumo ($0 < c < 1$). Analisando o investimento, Kaldor (1966), Araujo (1995) e Charles (2007) mostram que esses ganhos de capital representam o crescimento das corporações a uma taxa de valor por parte destes ganhos, que estão relacionados com a variação deste estoque de capital menos o crescimento do número de novos títulos dados pelo preço (p) em relação à variação da quantidade de partes (ΔN).

$$G_K = v_r \Delta K - p \Delta N \quad (19)$$

Araujo (1995) mostra a relação das equações como o formato de uma IS/LM, onde passa a ser analisado o investimento da economia em referência à taxa de lucro desta. Charles (2007) desenvolve o modelo com base nas equações encontradas por Kaldor (1966), onde os ganhos/perdas de capital são somados à função de investimento e na poupança sendo deduzida a parcela do consumo referente a estes ganhos/perdas de capital.

$$I + G_K = s_f(1 - t_p)P + s_w(1 - t_w)Y - s_w(1 - t_w)P - c(v_r - x)I \quad (20)$$

A taxa de poupança do capitalista agora não é determinada apenas pelo lucro, mas uma taxa de poupança do mercado financeiro $0 < s_f \leq 1$. Modificada esta estrutura do investimento e após alguns procedimentos matemáticos, encontra-se uma taxa de lucro da economia aumentada em virtude do aumento dos investimentos, entretanto afetando de forma contrária à taxa de valor.

$$r = \frac{(1-x)g+gk}{s_f(1-t_p)} \quad (21)$$

$$v_r = \frac{1}{c} \left\{ \frac{s_w}{v_g} (1 - t_w) - \frac{s_w}{g} (1 - t_w) \left[\frac{(1-x)g+gk}{s_f(1-t_p)} - x(1 - c) \right] \right\} \quad (22)$$

Ao agregar essa nova variável $g_k = \frac{G_k}{k}$ ao modelo, mostra como é potencializada a taxa de lucro da economia. Em contrapartida, a parcela do investimento financiada pelos títulos trata-se de uma variável inversamente proporcional a essa taxa. Kaldor (1966) e Araujo (1995) mostram que a taxa de lucro é uma variável redutora da taxa de valor da economia, ou seja, ao aumentar a taxa de lucro a taxa de valor cai e por consequência os ganhos de capital se reduzem para que se mantenha o equilíbrio da economia.

Segundo Araujo (1995, p. 313) “o modelo Kaldor neoPasinetti assemelha-se à estrutura da abordagem IS/LM”⁷ (tradução própria). Onde o equilíbrio dos mercados no modelo encontra-se no intercepto dos valores de r^* e v_r^* , tal como obtido por Kaldor (1966) e apresentado em Charles (2007).

Através dessas hipóteses dos gastos de governo na economia, Charles (2007) introduz os ganhos de capital aumentados pelos gastos de governo ($G_e \geq 0$), podendo ser conduzido em duas diferentes orientações, assumindo assim que $G_e = \alpha(\bar{C} - C)$ e \bar{C} representam que o consumo aumentado pelos gastos de governo é maior que o consumo corrente. Ou admitir que $G_e = \alpha(\bar{P} - P)$, onde se faz a mesma analogia, entretanto com relação ao lucro, subsidiando parte deste por meio dos gastos de governo e incentivando ao capitalista, em ambos os casos $\alpha \geq 0$ representam parâmetro positivo de ajuste do governo, analisando assim quais são as consequências quando os gastos são direcionados e como o governo afeta a distribuição de renda da economia por meio de orientações políticas. As conclusões que se chegam são que, ao incentivarem o consumo por meio dos gastos de governo, estes incentivos afetam a taxa de lucro de forma positiva e a taxa de valor de forma negativa⁸.

$$r = \frac{g[1-\alpha c(v_r-x)] + \alpha \bar{c} - \frac{\alpha}{v}(1-t_w)}{(1-t_p)[\alpha(1-s_c) - s_c] - \alpha(1-t_w)} \quad (23)$$

$$v_r = \frac{xg\theta(1-c) + s_w(1-t_w) \left\{ \frac{\theta}{v}g + \alpha \left[\frac{(1-t_w)}{v} - \bar{c} - gcx \right] \right\}}{cg\theta - s_w(1-t_w)g\alpha c} \quad (24)$$

⁷Tradução própria de: “Kaldor’s neo-Pasinetti model may be cast in a framework which resembles the IS/LM approach”. Araujo (1995, p. 313).

⁸ As equações (30) e (31) destes trabalhos são correções feitas por de Araujo Oliveira, Sugahara e Teixeira (2019) às equações (14) e (15) do artigo de Charles (2007).

Aqui, considerou-se que a propensão marginal a consumir dos trabalhadores (c_w) está entre um intervalo de zero e um, pois caso assuma o pressuposto apresentado por Charles (2007), de que deveria ser igual à unidade, não deverão ser considerados os impactos sob a taxa de valor. Define-se $\theta = (1 - t_p)[\alpha(1 - s_f) - s_f] - \alpha(1 - t_w)$. Neste caso $\bar{c} = \frac{\bar{c}}{K}$, trata-se da relação entre o consumo fixado pelos gastos de governo e o estoque de capital desta economia. Como mostram as equações, os incentivos ao consumo aumentam a taxa de lucro da economia (basta aplicar a derivada parcial $\frac{\partial r}{\partial \bar{c}} = \frac{\alpha}{\theta} \geq 0$), o que proporciona maiores rendimentos às classes em virtude do aumento da renda com base no lucro. Em contrapartida, a taxa de valor desta economia reduz $\left(\frac{\partial v_r}{\partial \bar{c}} = -\frac{\alpha s_w(1-t_w)}{cg\theta - s_w(1-t_w)g\alpha c} \leq 0\right)$ afetando os ganhos de capitais de forma negativa, mantendo as relações encontradas por Kaldor (1966), na qual a taxa de valor e a taxa de lucro seguem direções opostas.

A segunda hipótese tratada pelo autor mostra o incentivo ao lucro nessa economia, deparando-se com a mesma relação anterior, a partir do incentivo e aumentando a taxa de lucro causando queda na taxa de valor. Estas são representadas da seguinte forma, com $\bar{r} = \frac{\bar{p}}{K}$ taxa de lucro fixada pelos gastos públicos:

$$r = \frac{\alpha\bar{r} + g(1-x)}{s_c(1-t_p) + \alpha} \quad (25)$$

$$vr = \frac{1}{cg} \left\{ \frac{s_w}{v} (1 - t_w) - g(1 - c)x - s_w \left[\frac{\alpha\bar{r} + g(1-x)}{s_c(1-t_p) + \alpha} \right] \right\} \quad (26)$$

A taxa de lucro fixada pelos gastos públicos age de forma diretamente proporcional à taxa de lucro da economia, mostrando que as atividades governamentais neste sentido melhoram as rendas das classes em virtude de aumentar o rendimento do lucro $\left(\frac{\partial r}{\partial \bar{r}} = \frac{\alpha}{s_c(1-t_p) + \alpha} \geq 0\right)$. Entretanto a taxa de valor tem relações inversamente proporcionais aos incentivos $\left(\frac{\partial v_r}{\partial \bar{r}} = \frac{-s_w\alpha}{s_c(1-t_p) + \alpha} \leq 0\right)$, o que ocasionará a redução dos ganhos de capital em virtude de uma das variáveis que determinam o montante dos ganhos/perdas ser a taxa de valor e esta é diretamente proporcional a eles.

Kaldor (1966) mostra como a existência do sistema financeiro tem implicações na distribuição de renda. Já os ativos financeiros diminuem a taxa de lucro. Ao inserir políticas orientadas, Charles (2007) afirma que incentivos às famílias, como o aumento do consumo, têm relação positiva com a distribuição de renda. O governo pode estimular simultaneamente

famílias e empresas, como em de Araujo, Sugahara e Teixeira (2019), como as políticas direcionadas afetam positivamente a relação de lucro. A decisão de quanto investir a título de incentivo como empresas e/ou famílias cabe ao governo, e o impacto do índice de lucro é positivo, independente da escolha desse agente. Os autores concluem que é necessário que o governo aumente o incentivo para que as famílias mantenham o equilíbrio. Em caso de déficit sustentável no longo prazo, ambas as classes serão prejudicadas, mesmo que o governo opte por favorecer as famílias.

Os modelos com introdução do governo desde Steedman (1972) até Charles (2007) tratam as atividades governamentais como exógenas e afetam a taxa de lucro e a distribuição deste na economia, por meio da tributação e/ou poupança gerada por este agente, com exceção do modelo de Dalziel com setor externo. Entretanto não houve por parte destes modelos a introdução das variáveis do governo de forma endógena. Todavia, as introduções dos incentivos abrem um novo leque de oportunidades nas teorias kaldorianas, principalmente aqueles que podem ser analisados com microfundamentações.

Considerações finais

Os modelos kaldorianos com introdução do governo mostram que, independentemente das circunstâncias, este sempre tenderá à mesma dinâmica econômica explicada por Pasinetti (1962). A regulação da economia com governo ocorre por meio de políticas fiscais, sejam em orçamentos balanceados ou não, que podem influenciar no crescimento de longo prazo impulsionando a taxa de lucro da economia e a distribuição deste. Desse modo, distribui a renda da economia, seja com base na transferência dessa entre as classes ou em virtude dos investimentos baseados em títulos.

Nestes modelos a atividade governamental se dá de forma exógena, onde a tomada de decisão do governo é dada. A análise ocorre por meio da existência ou não da política e as consequências dessas nas variáveis que determinam a situação da distribuição de renda, ou seja, através da taxa de lucro da economia e da distribuição deste na renda.

O modelo desenvolvido por Charles passa a proporcionar uma nova visão dos ciclos políticos, onde este apresenta o governo agindo de forma direta, incentivando aumento do consumo (para os trabalhadores) ou do lucro (para os capitalistas). Entretanto, como os outros modelos kaldorianos, este não apresenta como podem ser feitas estas intervenções e o modelo se divide com a proposta de o governo auxiliar apenas uma das variáveis, não mostrando a

possibilidade de este poder modificar ambas. Apesar disso, conseguiu mostrar o quanto os incentivos do governo, dentro dos modelos kaldorianos, modificam a relação de distribuição de renda da economia e quais os impactos para as empresas mediante alteração dos ganhos de capital, uma vez que estes incentivos modificam a taxa de valor da economia. Contudo, sua interpretação e solução matemática em relação aos incentivos pró-consumo estava errada e foi corrigida por Araujo Oliveira, Sugahara e Teixeira (2019).

As distribuições de renda e riqueza de longo prazo seguem regras de acumulação estabelecidas por Pasinetti, em combinação com uma função de progresso técnico para o crescimento da produtividade do trabalho que incorpora um efeito Kaldor e inovação induzida. A distribuição influencia a demanda por meio de taxas de poupança diferenciadas entre as classes e valores de lucratividade na determinação do investimento planejado. Ao longo do tempo, a função de progresso tecnológico de Nicholas Kaldor, junto com a inovação induzida descreve como o crescimento da produtividade responde à instalação de novo capital e mudanças na distribuição de renda. Taylor, Foley e Rezai (2018) mostram que não é necessário confiar apenas nas explicações do lado da oferta para o crescimento econômico. A partir do modelo desses autores, foi encontrada uma concentração crescente de riqueza, associada a uma taxa de empregos em queda e uma distribuição de renda mais concentrada.

Uma possível alternativa aos modelos Kaldor-Pasinetti, seria endogeneizar as atividades governamentais, principalmente com a utilização de microfundamentos. Desse modo, é possível buscar de que forma o governo pode dar estes incentivos, apresentando quais delas afetam as escolhas dos trabalhadores ou capitalistas, tanto em meio à coletividade quanto ao individual. Além disso, alguns trabalhos como Dalziel (1991) e Palley (1997), assim como Denicolo e Matteuzzi (1990) tratam dos aspectos de débitos governamentais que por englobarem aspectos de política monetária não fazem parte do escopo deste trabalho.

Referências

ARAÚJO, J. T. **Modelos Macroeconômicos de Simulação: Extensões dos Modelos Básicos de Kaldor e Pasinetti e Aplicações à Política Econômica Brasileira**. 162f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, 1990.

_____. *Kaldor's Neo-Pasinetti Model and Cambridge Theory of Distribution*. **The Manchester School**, Manchester, v. 63, n. 3, p. 311-317, set. 1995.

CHARLES, S. *The political role of the State in Cambridge theories of growth and distribution*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 567-574, out. 2007.

DALZIEL, P. *Cambridge (U.K.) versus Cambridge (Mass.): a Keynesian solution of "Pasinetti's Paradox"*. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, v. 11, n. 4, p. 648-653, 1989.

_____. *A Generalisation and Simplification of the Cambridge Theorem with Budget Deficits*. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 15, n. 3, p. 287-300, set. 1991.

DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G.; SUGAHARA, R. N.; TEIXEIRA, J. R. *A Generalize Kaldor neo-Pasinetti Model with Political Orientation and Considering an Open Economy*. **In: National Meeting of ANPEC**, 47, 2019, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: 2019, p. 1-20. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i6-2f78c2705c5a85b80d3c7ca5702b319e.pdf>. Acesso: 10 jun. 2020.

DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G.; TEIXEIRA, J. R. 2020. *A Note Reconsidering a Post-Keynesian Model of Growth and Distribution the Globalization Context*. **Metroeconomica**, Hoboken, v. 71, n. 3, 2020.

DENICOLÓ, V.; MANTTEUZZI, M. *Public Debt and the Pasinetti Paradox*. **Cambridge Journal of Economic**, Cambridge, v. 14, n. 3, p. 339-344, set. 1990.

DOMAR, E. O. *Capital Expansion, Rate Growth, and Employment*. **Econometrica**, New Haven, v. 14, n. 2, p. 137-147, abr. 1947.

FLECK, F. H.; DOMENGHINO, C. M. *Cambridge (U.K.) versus Cambridge (Mass.): A Keynesian solution of "Pasinetti's Paradox"*. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, v. 10, n. 1, p. 22-36, 1987.

HARROD, R. F. *An Essay in Dynamic Theory*. **The Economic Journal**, Oxford, v. 49, n. 193, p. 14-33, mar. 1939.

MEADE, J. E. *The Rate of Profit in a Growing Economy*. **The Economic Journal**, Oxford, v. 73, n. 292, p. 665-674, dez. 1963.

OREIRO, J. L., MAGALHÃES, L. C. G. *Cambridge Equation and the neo-Pasinetti Theorem in post-Keynesian Models of Growth and Distribution*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n.3, p. 485-508, 2019.

JONES, H. G. *An Introduction to Modern Theories of Economic Growth*. 1 ed. McGraw-Hill, 1976.

KALDOR, N. *Alternative Theories of Distribution*. **The Review of Economic Studies**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 83-100, 1956.

_____. *Marginal Productivity and Macro-Economic Theories of Distribution: Comment on Samuelson and Modigliani*. **The Review of Economic Studies**, Cambridge, v. 33, n. 4, p. 309-319, out. 1966.

PASINETTI, L. *Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth*. *The Review of Economic Studies*, Cambridge, v. 29, n. 4, p. 267-279, Oct. 1962.

_____. *Ricardian debt/taxation Equivalence in the Kaldor Theory of Profits and Income Distribution*. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 25-36, Mar. 1989a.

_____. *Government Deficit Spending is Not Imcompatible with the Cambridge Theorem of the Rate of Profit: A Reply to Fleck and Domenghino*. *Journal of Post Keynesian Economics*, Armonk, v. 11, n. 4, p. 641-647, 1989b.

KING, J. E. *Nicholas Kaldor after Thirty Years*. *PSL Quarterly Review*, Roma, v. 69, n. 277, p. 107-133, 2016.

RYOO, S.; SKOTT, P. *Fiscal and Monetary Policy Rules in an Unstable Economy*. *Metroeconomica*, Hoboken, v. 68, n. 3, p. 500-548, 2017.

SAMUELSON, P. A.; MODIGLIANI, F. *The Pasinetti Paradox in Neoclassical and More General Models*. *The Review of Economic Studies*, Cambridge, v. 33, n. 4, p. 269-301, 1966.

STEEDMAN, Ian. *The State and the Outcome of the Pasinetti Process*. *The Economic Journal*, Oxford, v. 82, n. 328, p. 1387-1395, Dec. 1972.

TAYLOR, J. B. *Discretion versus Policy Rules in Practice*. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*. v. 39, p. 195-214, 1993.

TAYLOR, L.; FOLEY, D.; REZAI, A. *Demand Drives Growth all the Way: Goodwin, Kaldor, Pasinetti and the Steady State*. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 43, n. 5, p. 1333-1352, 2018.

WINTER, C. *The Impact of Government Debt on the Long-run Natural Real Interest Rate: A Quantitative Evaluation*. *Applied Economics Letters*, Abingdon, v. 24, n.20, p. 1429-1434, 2017.

**Educação Financeira entre os empresários juniores
da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Bahia)**

***Financial Education among junior entrepreneurs
of the Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Bahia state)***

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.872>

**Heloisa Querino dos Santos¹
Alfredo Dib²**

Resumo: O objetivo neste estudo é auferir os conhecimentos dos empresários juniores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre a Educação Financeira. Os conceitos da Educação Financeira podem ser aplicados no dia a dia como, por exemplo, na compra de um bem ou serviço, nos juros da compra no cartão de crédito, na análise para a realização de um investimento e no planejamento para a aposentadoria, *etc.* É ainda educar a ação no trato das finanças pessoais e deve ser desenvolvida de forma gradual e constante. Entretanto, ainda não é um tema abordado em todas as escolas do Brasil, apesar de ser uma exigência legal. Os indicadores não mostram uma sociedade educada financeiramente, inclusive entre os jovens. Dessa forma, o problema da pesquisa é se há reflexo da atividade dos empresários juniores no gerenciamento de suas finanças pessoais. A metodologia é de natureza aplicada, de caráter exploratório com levantamento bibliográfico combinada à aplicação de questionário. Na análise percebeu-se que a atividade dos empresários juniores tem mais reflexo para os integrantes de empresas voltadas à gestão empresarial do que às demais áreas do conhecimento. Conclui-se que a ação da empresa júnior tem impacto na gestão financeira pessoal dos empresários juniores por expor os mesmos em um ambiente que trabalha com linguagem financeira tanto na execução dos projetos, quanto na gestão da própria empresa.

Palavras-chave: Crédito. Educação financeira. Endividamento. Planejamento financeiro. Movimento Empresa Júnior.

Abstract: The objective in this study is to present the knowledge of junior entrepreneurs of the State University of Santa Cruz (UESC) on Financial Education. Financial Education concepts can be applied day by day as, for example, on purchase of a good or service, interest on credit card purchase, investment performance analysis and retirement planning, *etc.* It is also to educate an action in the state of personal finances and it must be developed gradually and steadily. However, it is still not a topic addressed in all schools in Brazil, despite being a legal requirement. The indicators do not show a financially educated society, including among young people. Thus, the research problem reflects the activity of junior entrepreneurs in the management of their personal finances. The methodology is of an applied nature, of an exploratory character with bibliographic information combined with application of questionnaires. In the analysis, it was noticed that the activity of junior entrepreneurs has more impact on the members of companies focused on business management than on other areas of knowledge. It was concluded that a junior company action has an impact on the personal financial management of junior entrepreneurs by exposing them in an environment that works with financial language both in the execution of projects and in the management of the company itself.

Keywords: Credit. Financial education. Indebtedness. Financial planning. Junior Company Movement.

Artigo recebido em 22/10/2020. Aceito em 16/4/2021.

¹ Graduanda em Administração na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e bolsista pelo CNPq no Programa de Iniciação Científica da UESC (2019-2020). E-mail: hqsantos.adt@uesc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5732-4936>

² Doutor em Economia pela Universidade do Porto (U.Porto, Portugal). Pós-Doutor pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), atuando no Mestrado Acadêmico *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da UESC. E-mail: aadib@uesc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8936-5791>

Introdução

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) é um projeto de extensão no ensino superior que foi criado em 1967 na França e hoje está presente em universidades ao redor do mundo, inclusive no Brasil (aqui sendo regulamentado pela Lei nº 13.267/2016). Diante da necessidade de colocar em prática o que se aprende em sala de aula, o MEJ desempenha o papel de promover um ambiente de vivência empresarial, em que seus empresários juniores buscam desenvolver habilidades através da execução de projetos de consultoria em diversas áreas do conhecimento. Seus clientes, em sua maioria, são donos de micro e pequenas empresas locais, que enfrentam desafios cotidianos na gestão do seu empreendimento, principalmente relacionados às finanças da empresa, buscando orientações técnicas que facilitem o direcionamento para a resolução desses problemas.

Em 2010, através do Decreto Federal 7397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada com o objetivo de “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (BRASIL, não paginado). Já em 2019, o Banco Central do Brasil divulgou o projeto *Aprender Valor* – “a ação tem como objetivo levar a educação financeira para as escolas públicas do ensino fundamental de todo o país segundo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BCB, 2019, não paginado). Entretanto, as ações ainda não obtiveram resultados expressivos. Segundo o estudo da série Cidadania Financeira sobre Educação, Proteção e Inclusão (BCB, 2017), 63% dos homens consideram o seu conhecimento sobre finanças fraco ou mediano e, dentre as mulheres, cerca de 75% o consideram como muito fraco ou mediano.

Embora a lei exija a Educação Financeira como conteúdo curricular, ainda não é um tema abordado em todas as escolas do país e “a falta de conhecimento financeiro também atinge a didática da educação de nível superior, uma vez que há dificuldades por parte do aluno em entender assuntos que até então nunca tinha tido conhecimento na vida escolar anteriormente”. (CARVALHO; SCHOLZ, 2019, p. 104). Surge, então, o questionamento sobre o reflexo da vivência empresarial na gestão financeira pessoal dos empresários juniores que são jovens universitários e que realizam, dentre outros, serviços relacionados às finanças.

Sendo assim, a questão problema deste estudo é: existe relação entre a vivência empresarial e gestão das finanças pessoais dos empresários juniores participantes desta pesquisa? A problemática contribui para o entendimento da contribuição da atividade de extensão para a vida, não só profissional, mas pessoal dos graduandos participantes. O objetivo geral do presente trabalho é auferir os conhecimentos dos empresários juniores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre conceitos da Educação Financeira.

Além desta introdução, o estudo é composto por mais quatro seções. A segunda seção é a revisão de literatura que busca destacar os principais conceitos relacionados à Educação Financeira no Brasil, juntamente aos indicadores de uso do crédito e endividamento nacionais. A terceira seção descreve a metodologia que fora utilizada, bem como a apresentação do objeto de estudo que são os empresários juniores. Em seguida, na quarta seção, tem-se a apresentação dos resultados e discussão concernente à pesquisa realizada. Por fim apresentam-se as considerações finais no que se refere as implicações da pesquisa e sugestões para sua ampliação com estudos posteriores na área e as referências bibliográficas que foram utilizadas na elaboração do texto.

1. Revisão de literatura

A ausência do conhecimento na gestão das finanças pessoais resulta na falta de percepção financeira do indivíduo, o que dificulta as tomadas de decisões de forma assertiva. As três subseções seguintes buscam dar sustentação teórico-conceitual a afirmação anterior, ao abordarem a educação financeira, o uso do crédito e o endividamento no Brasil.

1.1. Educação Financeira

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005, não paginado), a Educação Financeira pode ser definida como o:

processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro.

A ênfase no indivíduo e na sociedade é o entendimento que a educação financeira é “o processo de gestão dos recursos financeiros de um indivíduo ou de uma família, objetivando a construção de uma vida financeiramente tranquila, tanto na fase produtiva, quanto na aposentadoria” (MARQUES; CORREA NETO, 2016, p. 3). Pires (2007, p. 13) ainda destaca que:

numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo) com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese, é o problema com que lidam as finanças pessoais.

Por tanto, defendemos que a Educação Financeira é o processo de educar a ação para as tomadas de decisões financeiras utilizando os pilares que fundamentam a saúde das finanças pessoais. Esses pilares contribuem para a construção de uma vida financeira que busca crescimento real no decorrer do tempo.

Para a melhor administração financeira, um dos primeiros passos é o planejamento, que consiste “na definição de ações no presente para alcançar objetivos futuros” (MARQUES; CORREA NETO, 2016, p. 20). Por exemplo, uma família deseja adquirir a casa própria (este é o objetivo) define que precisa poupar 20% da renda mensal (mensurável) por um período de 5 anos (prazo) e a cada trimestre avaliarão os resultados revisando o plano inicial. O planejamento pode ser estabelecido de curto (até um ano), médio (de dois a cinco anos) ou longo prazo (acima de cinco anos) e as definições são interligadas atendendo às demandas, ajustes e realidade de cada período.

O segundo fundamento é o controle financeiro, que deve ser realizado com periodicidade estabelecida a fim de obter a percepção financeira. Consiste na verificação do planejamento estabelecido, como o cumprimento dos prazos, a poupança da quantia estabelecida, ou ainda, o teto de gastos. A partir do controle financeiro é possível analisar os resultados e identificar os pontos que precisam ser aprimorados.

O investimento é o terceiro fundamento e é a partir dele que os resultados do trabalho, realizado no presente, podem ser aumentados para o futuro. No livro intitulado *O Homem Mais Rico da Babilônia*, Guerra (2017 [1926], p. 46) ressalta: “Ter dinheiro guardado é gratificante e pode alegrar uma alma avarenta, mas isso não leva a nada”. Investir, portanto, é aplicar parte da renda, seja em renda fixa, seja em renda variável, para que o dinheiro não perca valor no tempo. Antes pelo contrário, que ele cresça decorrente das decisões tomadas e seja desfrutado tanto nos próximos anos quanto de forma previdente. Marques e Correia Neto (2016, p. 144) descrevem a previdência como “preparar-se financeiramente para o futuro, no que se refere a assegurar renda adequada às necessidades de consumo e/ou para construir um patrimônio almejado”.

1.2. Uso do crédito

Cerbasi (2015, p. 74) destaca que para os que acreditam que só precisam ter cuidado com os gastos e investimentos nas finanças pessoais, necessitam se atentar para uma coisa: “nada é mais importante em sua vida financeira do que seu crédito”. Segundo o relatório da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) publicado em dezembro de 2020, em novembro 42,9% das famílias brasileiras estavam com as contas em atraso por mais de noventa dias, enquanto 44,8% declararam que não tiveram condições de pagar contas em atraso. Isso significa que essas famílias terão dificuldades para tomar crédito enquanto não saldarem suas dívidas para atingir seus objetivos financeiros.

Segundo o Serasa (n.d.), ter crédito significa que as empresas e instituições financeiras creditam confiança de que o tomador do crédito poderá pagar as contas em dia. Para isso, é feita a análise que é baseada no histórico do uso do crédito de cada pessoa, se está com as contas em dia, se o tomador já está endividado e como é o relacionamento dessa pessoa com as empresas. O crédito é uma importante ferramenta para alcançar os objetivos financeiros e pode ser usado, inclusive, se alguma emergência surgir. Mas se o histórico não apresentar confiança de que essa pessoa tem capacidade de pagamento, não poderá usufruir destes benefícios.

O cartão de crédito é a forma mais utilizada nesta modalidade e também é a maior responsável pelas dívidas em atraso. Segundo a PEIC (2020), o cartão de crédito é o tipo de dívida de mais de 79% dos endividados em dezembro de 2020, sendo que a média deste indicador é de 75,5%, permanecendo neste patamar desde que começou a ser mensurado em 2010. Cerbasi (2015, p. 95) salienta que o uso dessa ferramenta “passa a ser nocivo quando consideramos difícil ou desgastante honrar os compromissos assumidos no passado, ou quando se passa a recorrer frequentemente a pequenas ajudas financeiras para manter as contas em dia”. Em contrapartida, destaca que o bom uso do cartão de crédito consiste no pagamento das faturas em dia e na concentração dos gastos no cartão para melhorar o histórico, para que a pessoa possa começar a usufruir das vantagens ofertadas para uma minoria de usuários que sabem administrar bem essa forma de crédito.

1.3. Endividamento no Brasil

A economia brasileira passou por mudanças substanciais. Três forças promotoras dessas mudanças se destacaram: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias/institucionais de caráter neoliberal (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Em especial, na década de 1990, com o começo da reorientação do papel do Estado na promoção de serviços, bens e proteção aos indivíduos, ocorreu o equilíbrio inflacionário e estabilização da moeda nacional, gerando maior necessidade de responsabilidade da população pela gestão das suas finanças pessoais. Apesar do surgimento desta nova demanda, “as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1125) e “perante essa falta de orientação financeira que a sociedade se encontra, observa-se o aumento de famílias brasileiras endividadas que não sabem como administrar e aplicar suas rendas de forma cautelosa e positiva” (CARVALHO; SCHOLZ, 2019, p. 104).

No artigo intitulado de Endividamento das Famílias no Brasil: Aspectos Econômicos e Financeiros, Marcília Carvalho (2016 p. 8) define uma pessoa endividada como àquela que “desfruta de bens e serviços com recursos de terceiros para satisfazer seu padrão de consumo, ou seja, não possui os recursos próprios de imediato e recorre a recursos alheios acreditando em recursos próprios futuros para pagamento posterior”.

Segundo o relatório da PEIC (2020), no Brasil cerca de 65,1% das famílias estavam endividadas nesse ano, sendo que 40,1% declararam não ter condições de pagar as dívidas em atraso no mês de fevereiro de 2021. No mês de agosto de 2020 esse índice chegou a 67,5%, justificado, dentre outros fatores, pela crise com a pandemia do novo coronavírus. Desde que a PEIC começou a ser feita, em 2010, o menor índice de famílias endividadas foi de 54%, em junho de 2010, em que o maior percentual foram de dívidas com o cartão de crédito. A população brasileira tem enfrentado o endividamento decorrente de decisões tomadas no passado que não conseguem cumprir no presente. Isso com o cartão de crédito, financiamento de casa ou automóvel, carnês ou outros, o endividamento é real. Sem contar o empréstimo informal, aquele em que um parente ou amigo empresta dinheiro sem precisar de uma instituição para mediar o acordo.

Quando o assunto é poupar, a realidade é semelhantemente desanimadora. Uma pesquisa realizada em agosto de 2019 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostra que, de cada dez brasileiros, apenas três conseguiram poupar algum dinheiro, o que representa menos da metade da população. Quanto a

utilização de crédito, a expansão da oferta é considerável nos últimos anos, o que é importante para a alavancagem empresarial e para objetivos pessoais. “Isso permitiu maior acesso a produtos e serviços, porém, menor preocupação com investimento e poupança, impactando diretamente o desenvolvimento e desempenho da atividade econômica” (IVO *et al.*, 2015, p. 160) e sem a implementação conjunta de políticas de Educação Financeira, houve aumento do uso de crédito além da capacidade de pagamento, resultando no acúmulo das dívidas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o país passou por grande desestabilidade econômica com elevação dos índices inflacionários a números recordes. Isso fazia com que a população, assim que recebia o salário, corresse para os mercados para fazer a compra do mês, pois diariamente os preços subiam e o poder de compra diminuía. Nesse cenário, era quase impossível realizar planejamento financeiro para estabelecer objetivos no longo prazo, já que não se tinha certeza dos próximos passos da economia. Esta falta de planejamento é refletida nos dias atuais, em que, com a justificativa de que as parcelas cabem no bolso, os consumidores descartam a possibilidade de economizar determinada quantia para adquirir o bem desejado à vista e sem a incidência de juros. Isso revela a falta de percepção financeira (CERBASI, 2016) e o senso de imediatismo para o consumo. Neste sentido, Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1124) destacam que:

em um processo inflacionário, o curto prazo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendem a tornar essas decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Desse modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança a longo prazo.

A hiperinflação foi controlada e as políticas neoliberais possibilitaram uma nova forma de lidar com as finanças pessoais com a perspectiva de longo prazo e o vislumbre de estabelecer objetivos financeiros mais bem definidos. Em conjunto, houve a liberação de crédito e o aumento do incentivo ao consumo sem uma reorientação adequada de planejamento financeiro. O resultado é percebido através das pesquisas que calculam o índice de endividamento, com a maioria da população com as contas em atraso.

2. Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada é de natureza aplicada e de caráter exploratório, com levantamento de dados bibliográficos: artigos acadêmicos, pesquisas publicadas em *sites* governamentais, tais como indicadores de órgãos públicos e livros. A revisão de literatura foi realizada com foco nos fatores que ocasionam o endividamento, bem como nas formas de crédito disponíveis para este público e os movimentos da Escola Nacional de Educação Financeira no país (ENEF). Para a realização deste trabalho, foram utilizados conceitos de Lakatos e Marconi (2003) para direcionamento de metodologia científica, além de livros sobre Educação Financeira.

No primeiro momento, foi realizada uma série de pesquisas documentais em monografias, artigos científicos e documentos com conteúdo para as escolas de ensino fundamental e médio disponibilizados pela ENEF. Em conjunto a isso, foi realizado o acompanhamento de indicadores selecionados de órgãos públicos que apresentam os resultados de endividamento, uso de crédito e capacidade de poupança da população brasileira para buscar relações entre a falta de implementação efetiva das políticas de Educação Financeira nas escolas e os resultados dos indicadores.

Os participantes desta pesquisa são estudantes de graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da cidade de Ilhéus, estado da Bahia, especificamente os empresários juniores, integrantes do Movimento Empresa Júnior (MEJ) que é um projeto de extensão de amplitude mundial, cujo objetivo é promover a vivência profissional do estudante de graduação na preparação deste para o mercado de trabalho (BRASIL JÚNIOR, n.d.). O MEJ surgiu na França em 1967 e logo se expandiu para o mundo e chegou ao Brasil em 1987, tornando-o o país que mais oferece resultados na rede por anos seguidos, capacitando milhares de jovens e colocando no mercado de trabalho profissionais com vivência empresarial em diversas áreas de conhecimento.

Na UESC, sete empresas juniores estavam devidamente cadastradas até agosto de 2019. Elas atendem clientes em diversos nichos de mercado, oferecendo serviços de consultoria empresarial, tradução de texto em relações internacionais, desenvolvimento de projetos de engenharia e de tecnologias, além de projetos de comunicação visual. O que essas empresas têm em comum é que os participantes desenvolvem habilidades tanto ao realizarem os projetos quanto ao participarem da gestão da própria empresa júnior, realizando atividades de precificação, gestão de recursos, planejamento financeiro, dentre outros. Dessa forma, começam a ter contato com assuntos que fazem parte da Educação Financeira, já que “é necessário que estes que estão lidando com o mundo da administração comecem a mostrar a mudança de parâmetro na sociedade brasileira, marcada por uma

cultura de consumo sem planejamento.” (SILVA; PAIXÃO; MOTA, 2014, p. 15). Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa é entender como os empresários juniores lidam com os conceitos da Educação Financeira, bem como se a atividade na empresa júnior e os diferentes segmentos das empresas influenciam neste conhecimento.

Em seguida, foi elaborado um questionário “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 201). Este foi composto por trinta (30) questões, das quais, as doze primeiras são para a identificação do perfil socioeconômico do respondente, as dezoito seguintes são para auferir a percepção financeira pessoal e para identificar os conhecimentos sobre Educação Financeira, e, a última questão, para apontamentos de críticas, sugestões e comentários. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UDESC) por se tratar de uma pesquisa que tem como objeto de estudo seres humanos e foi financiado com uma bolsa de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Depois de aprovado, o questionário foi aplicado nos turnos matutino e vespertino segundo os dias e horários acordados com os participantes da pesquisa entre os meses de agosto de 2019 e janeiro de 2020.

“Após a coleta dos dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles são elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os seguintes passos: seleção, codificação, tabulação”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 166). A tabulação foi feita com a categorização das questões seguidas das respectivas respostas em abas separadas e o tratamento dos dados foi feito tanto por empresa júnior, para posterior apresentação às mesmas, quanto por questões gerais para se ter uma compreensão completa dos resultados.

3. Apresentação dos resultados e discussões

Na compreensão de Lakatos e Marconi (2003, p. 168): “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações”. Desta feita, segue a apresentação dos resultados com a interpretação dos mesmos.

Nesta pesquisa os participantes são identificados por números de 1 a 91, que representa a quantidade de empresários juniores que responderam à pesquisa. É importante destacar que a identidade das empresas juniores, bem como dos respondentes será preservada conforme acordado no termo de anuência assinado pelas partes. Para contribuir com a compreensão da apresentação dos dados, as empresas serão citadas por números do 1 ao 7, por exemplo: “Empresa 1” ou “Empresa 3”.

As áreas de atuação das empresas são: consultoria empresarial, projetos de engenharia e arquitetura, tecnologia no desenvolvimento de programas e otimização de sistemas, comunicação e identidade visual, relações internacionais, consultoria agropecuária e ambiental, além de engenharia de produção.

O perfil dos respondentes da pesquisa é de idade entre 18 e 39 anos, sendo que 86% têm até 23 anos. Daqueles, 38% são do sexo feminino e 62% do sexo masculino, com destaque para uma empresa estritamente relacionada ao desenvolvimento de tecnologias que possui 100% do quadro de membros do sexo masculino. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico Acumulado (CRAA) médio dos participantes é 7,52 – classificando-se como resultado mediano – e os turnos de estudo predominantes são o matutino e o vespertino. Ainda, 54% moram com seus familiares e 35% moram com estudantes, seja da mesma universidade, seja de outras localizadas no eixo Ilhéus/Itabuna.

Quando perguntados sobre a participação na vida econômica da família, 43% informaram receber alguma bolsa (em dinheiro) que ajuda a custear parte ou o total de suas despesas. Essas bolsas são vinculadas a projetos de Iniciação Científica, em que o estudante desenvolve estudos em diversas áreas de conhecimento; e ao Auxílio Permanência, que, segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, “é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC)” (Bahia, 2021, não paginado), que 35,2% dos respondentes informaram receber. Os que não possuem mesada são 32% e seus gastos são custeados conforme a necessidade, enquanto 24% recebem uma mesada fixa com a qual têm que pagar suas contas. Apenas 7% informaram que trabalham, mas não se consideram independentes financeiramente.

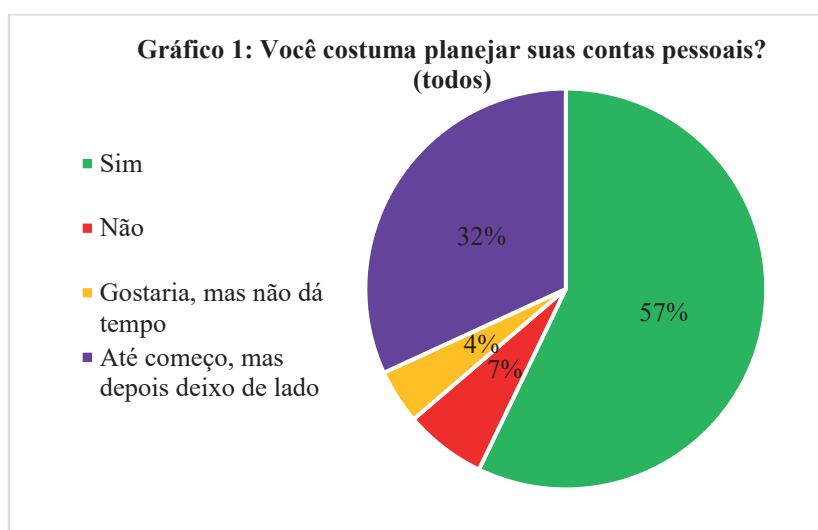
Somente 10% informaram já terem participado de algum curso sobre Educação Financeira. Sobre os assuntos abordados, destacaram-se os de controle de gastos, planejamento financeiro e investimentos em renda variável como *day-trade*, fundos de investimentos imobiliários (FIIs) e investimentos de longo prazo. Sobre seu significado de Educação Financeira, 88% responderam já terem ouvido falar e a maioria respondeu de forma coerente, mesmo aqueles que disseram não ter ouvido falar sobre o tema:

(1) “O ato de planejar, controlar e utilizar o dinheiro de uma forma em que se possa ganhar mais, gastar bem e investir” (Respondente 18).

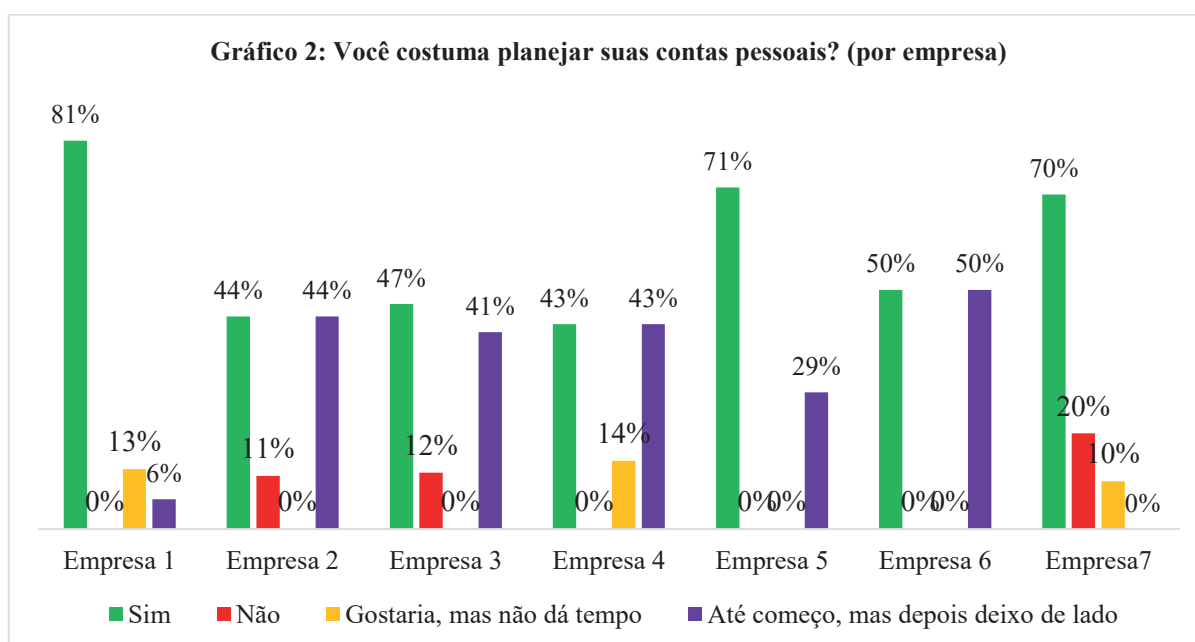
(2) “Acredito que seja a forma como nos organizamos a respeito dos nossos gastos atuais e futuros” (Respondente 25).

(3) “Para mim a Educação Financeira é a instrução para o controle de gastos, economia e consumo consciente” (Respondente 42).

Apesar de saberem o significado da Educação Financeira, apenas 57% de todos os participantes disseram que planejam suas contas (gráfico 1), seja por falta de tempo, porque começam sem prosseguir. As empresas 1, 5 e 7 apresentaram resultados mais satisfatórios, com destaque para a empresa 1, em que 81% dos participantes declararam planejar as suas contas pessoais (gráfico 2).

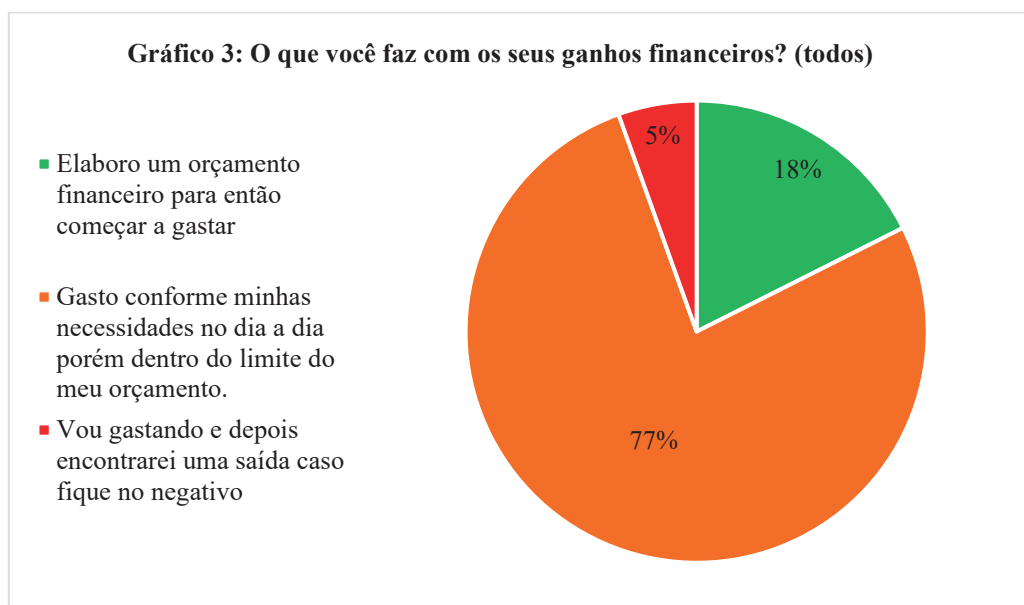


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

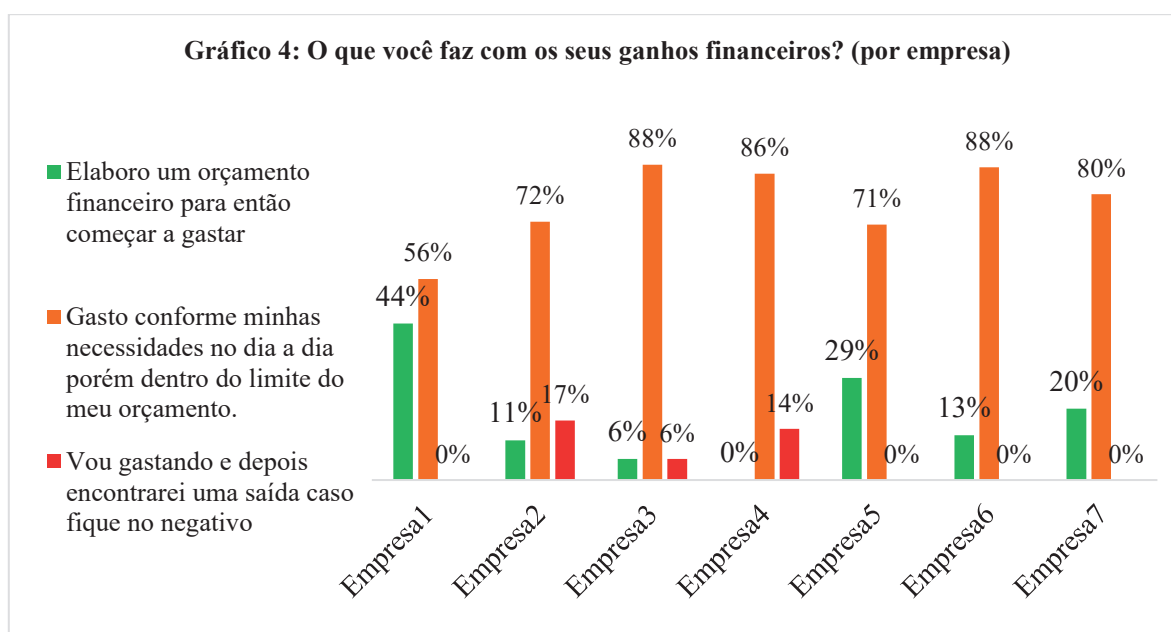


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre como gastam seus recursos financeiros, apenas 18% responderam que elaboram orçamento financeiro para então começarem a gastar e 77% responderam que gastam conforme as necessidades do dia a dia, porém dentro do limite do orçamento (gráfico 3). Destaque para a empresa 4, em que nenhum dos participantes respondeu elaborar orçamento financeiro (gráfico 4). Já a empresa 1 apresenta o melhor resultado, embora o índice de respondentes que gastam conforme as necessidades do dia a dia dentro do orçamento seja maior do que o índice de respondentes que elaboram orçamento antes de começar a gastar.

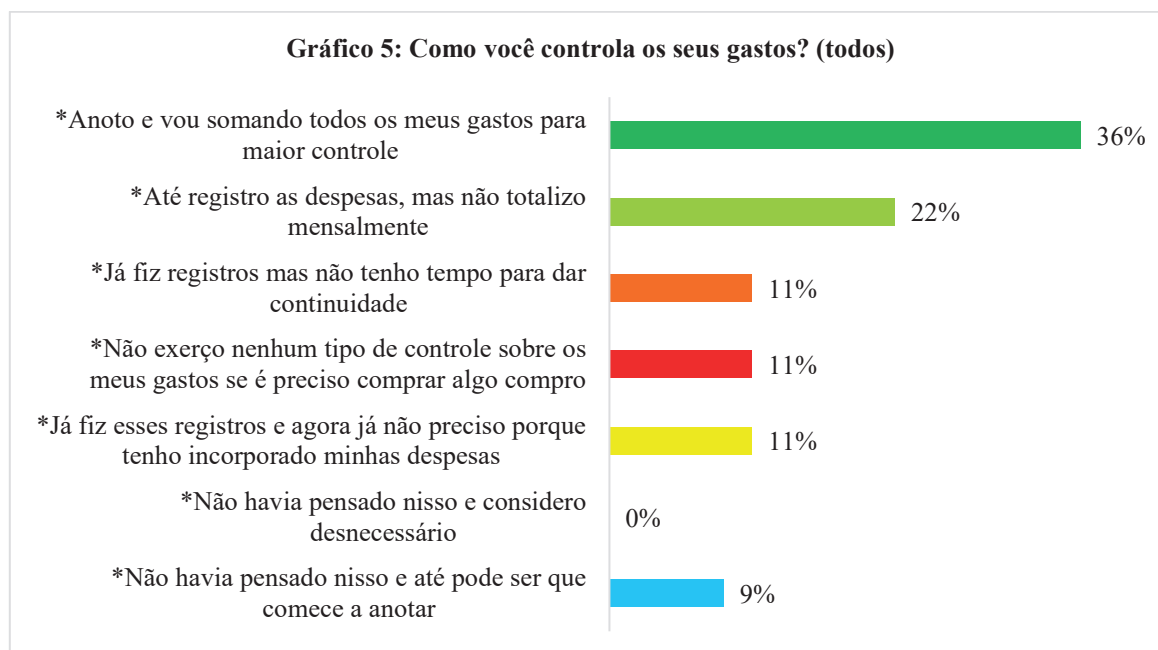


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

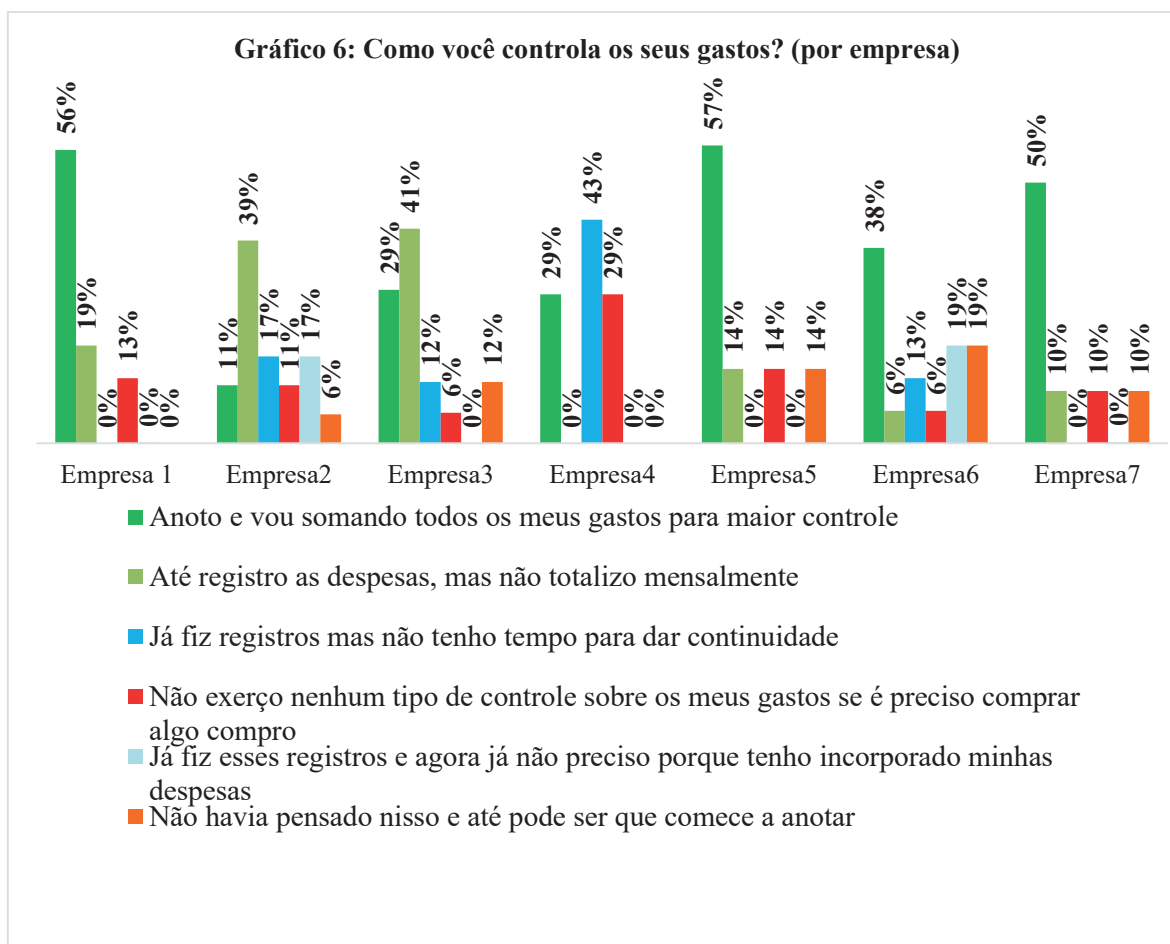
Já referente ao controle de gastos, apenas 36% responderam que anotam e somam todos os gastos para terem maior controle sobre eles e 22% fazem o registro, mas não totalizam no final do mês. Apenas 11% declararam não exercer controle sobre os seus gastos (gráfico 5).



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Nas empresas 1, 5 e 7 (gráfico 6), mais da metade dos respondentes anotam seus gastos para terem maior controle das suas finanças, enquanto que na empresa 4 mais de 28% disseram não exercer nenhum controle de seus gastos, o que pode trazer prejuízos na organização das finanças e os torna mais vulneráveis em momentos de imprevistos financeiros.

A forma de pagamento mais utilizada pelos respondentes é em dinheiro seguida pelo pagamento no débito em conta, que juntos representam 59% das formas de pagamento mais escolhidas. Na sequência, 16% preferem o pagamento por cartão de crédito em pagamento único, enquanto 14% responderam preferir parcelar no cartão de crédito pelo máximo de parcelas sem juros que a loja oferecer e 5% preferem parcelar mesmo com a incidência de juros. Ainda, 2% utilizam carnê da loja e nenhum participante sinalizou utilizar cheque. O resultado corrobora com o apresentado por uma pesquisa realizada pelo BCB em 2018, em que a maioria (60% dos brasileiros) prefere pagar as contas em dinheiro.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Ao serem questionados sobre os fatores que são considerados para a tomada de decisão quanto à forma de pagamento, as principais respostas foram:

- (1) “Considero, se no dinheiro for mais barato ou se terá desconto eu pago (à vista), se não houver diferença pago no débito (cartão)” (Respondente 5).
- (2) “Levo em consideração quanto ainda tenho no cartão, na conta e no bolso, e sempre pago pensando que com o meio de pagamento que não foi escolhido posso gastar em outras coisas” (Respondente 33).
- (3) “A menos que seja algo necessário, não utilizo o cartão, somente em compras na *internet*. O resto é no débito ou dinheiro” (Respondente 91).

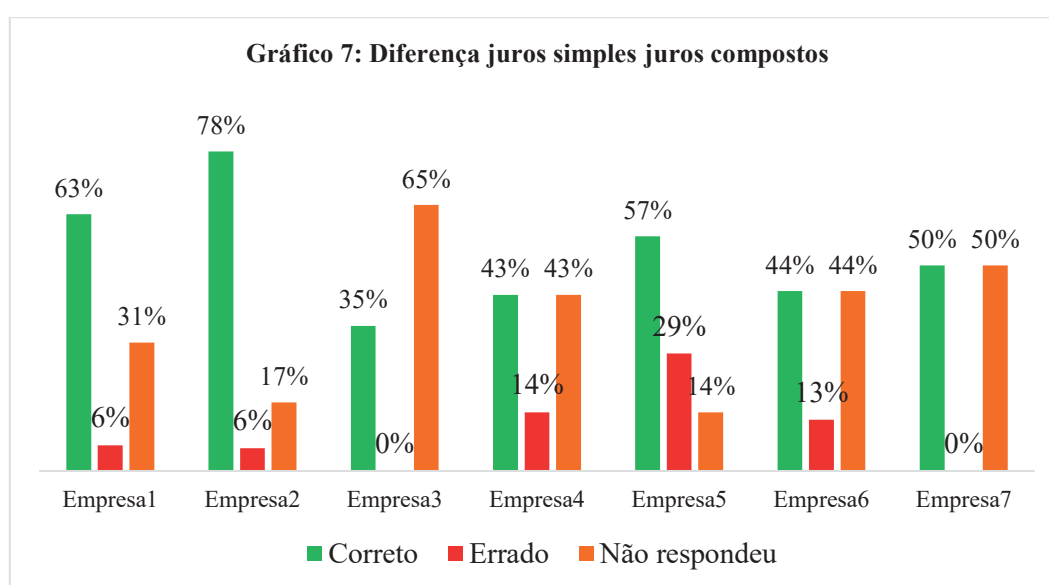
O conceito de juros está presente nas relações financeiras e entender como funcionam é imprescindível para o exercício dos fundamentos da Educação Financeira. Saber diferenciar juros simples de juros compostos é fundamental, tanto para selecionar a melhor opção no financiamento de uma dívida, quanto para calcular os rendimentos de um investimento ao longo do tempo. A respeito da diferença desses tipos de juros, apenas 54% responderam corretamente, enquanto 46% responderam incorretamente, ou não responderam. As principais respostas foram:

(1) “Basicamente o juro simples é o juro que vem da parcela, ele se dá e pronto. Já o juro composto trata dos juros em cima dos juros, sendo somado no juros que já foi aplicado assim vai” (Respondente 43).

(2) “Simples: uma taxa sobre o montante inicial, sendo que essa taxa se altera. Composto: uma taxa sobre o montante atual que está sempre se atualizando a cada espaço de tempo” (Respondente 59).

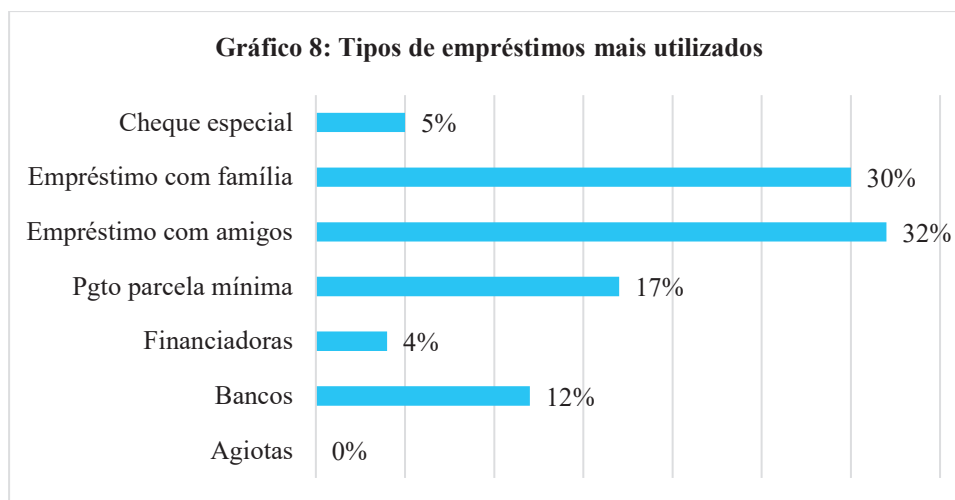
(3) “Juros simples é os juros aplicado sobre o valor inicial e juros composto é o juros aplicado sobre o novo valor com juros” (Respondente 86).

O gráfico 7 mostra os resultados da pergunta da diferença entre os juros simples e compostos.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quanto a utilização de empréstimos, 82% responderam que não fazem uso desse recurso. Entretanto, na pergunta seguinte, em que foi solicitado que eles marcassem as formas de empréstimo mais utilizadas por eles, 38% assinalou alguma opção. Desses, 62% responderam que utilizam mais o empréstimo informal com família e amigos, enquanto 17% utilizam a parcela mínima do cartão, 12% fazem empréstimos em bancos. Nenhum dos respondentes assinalaram a opção de empréstimo com agiota. O gráfico 8 mostra o resultado da resposta a esta questão.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, n.d.), “consumidor consciente é aquele que leva em conta, ao escolher os produtos que compra, o meio ambiente, a saúde humana e animal, as relações justas de trabalho, além de questões como preço e marca”. No presente estudo, 46% dos participantes se consideram consumidores conscientes, 47% responderam que depende da situação, do produto e do momento, e 7% declararam não serem consumidores conscientes. No momento das compras, 63% dos respondentes se consideram “Controlado”, enquanto 32% se definem como “Influenciável” ou “Impulsivo” e 4% não souberam responder.

Considerações finais

Neste artigo objetivou-se auferir os conhecimentos dos empresários juniores da UESC sobre a Educação Financeira. Em resposta a questão problema, os resultados mostram que os empresários juniores que integram empresas mais voltadas para a gestão empresarial, em que realizam serviços como estruturação financeira, análise de investimentos, dentre outros serviços relacionadas a finanças, e demais empresas relacionadas às áreas das ciências exatas apresentaram resultados de melhor percepção financeira. Esses planejam suas contas com mais frequência e tendem a ser mais ponderados na utilização de crédito, preferindo realizar seus pagamentos em dinheiro ou utilizando o cartão de débito.

Uma dificuldade identificada em todas as empresas participantes é com o controle dos gastos. A justificativa predominante para a não realização deste controle é a de falta de tempo para registrar ou, quando o fazem, não conseguem totalizar no final do mês. Sobre a diferenciação dos juros simples e compostos, quase a metade não respondeu ou respondeu de forma equivocada, mostrando falta de familiaridade com um dos termos financeiros mais utilizados em negociações para financiamento e oportunidades de investimento.

Os resultados da pesquisa mostram que a vivência em um ambiente que trabalha com linguagem financeira tanto na execução dos projetos quanto na gestão da própria empresa, agrega algum conhecimento sobre finanças. Se destacaram pela diferença entre as empresas os empresários voltados à gestão empresarial, que apresentaram na média resultados mais satisfatórios. Conclui-se que as atividades das empresas juniores têm reflexo na gestão financeira pessoal dos empresários juniores e que, a depender da área de atuação, esse reflexo é maior. Para pesquisas posteriores, sugere-se a ampliação do estudo com a participação de outros graduandos que não fazem parte das empresas juniores, a fim de buscar um comparativo de resultados entre esses públicos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Série Cidadania Financeira**: estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

_____. **O Brasileiro e sua relação com o dinheiro - 2018**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cedulasemoedas/pesquisabrasileiro/dinheiro/Apresentacao_brasileiro_relacao_dinheiro_2018.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

_____. **Projeto Aprender Valor é implementado no Pará - 2019**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/396/noticia>>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. Vida e dinheiro. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

_____. **Lei 13.267, de 6 de abril de 2016**. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13267.htm> Acesso em: 16 de abril de 2021.

BRASIL JÚNIOR - Confederação Brasileira de Empresas Juniores (2015). **Conhecendo o MEJ - Livro I**. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/crej/files/2012/09/DNAJu %CC%81nior-Livro-I-Conhecendo-o-MEJ.pdf>>. Acesso em: 3 de abril de 2021.

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: Cenário Da Educação Financeira no Cotidiano Escolar. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v.6, n .2, p. 102-125, Janeiro/Abril 2019. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/view/5817/pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CARVALHO, M. G. Endividamento das Famílias no Brasil: Aspectos Econômicos e Financeiros. **Revista Faete**, p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://faete.edu.br/papers/31>>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

_____. **Dinheiro: os segredos de quem tem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e inadimplência do Consumidor (PEIC) – dezembro de 2020**. Disponível em: <<http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-7>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). **Em cada dez brasileiros, sete não conseguiram poupar dinheiro em agosto, revela indicador CNDL/SPC Brasil**. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/em-cada-dez-brasileiros-sete-nao-conseguiram-poupar-dinheiro-em-agosto-revela-indicador-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

GUERRA, L. C. [1926]. **O Homem Mais Rico da Babilônia**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

IVO, G. A.; CRUZ, D. B. F.; CCHINELATO, F. B.; ZIVIANI, F. A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão e Regionalidade**, v. 32, n. 95, p. 160-174, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Mais Futuro**. Disponível em: <<http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia>>. Acesso em: 25 maio de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Quem é o consumidor consciente**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/quem-e-o-consumidor-consciente.html>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

MARQUES, É. V.; CORREA NETO, J. F. **Gestão Financeira Familiar: como as empresas fazem.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE); COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** São Paulo: OCDE/CVM, julho 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005.pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005.pdf)>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

PIRES, V. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas.** Piracicaba: Equilíbrio, 2007.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da Educação Financeira. **RAP Rio de Janeiro**, 41(6), p. 1121-41, nov./dez. 2007.

SERASA. **Entenda o que é crédito e como usá-lo a seu favor.** Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/o-que-e-credito/>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

SILVA, A. J.; PAIXÃO, R. B; MOTA, F. L. Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. **In:** Anais do XXI Congresso brasileiro de custos. Natal, 2014.

**Desenvolvimento regional e sustentabilidade:
mapeando o potencial verde do estado do Espírito Santo em 2018**

***Regional development and sustainability:
mapping the green potential of Espírito Santo state (Brazil) in 2018***

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.872>

Lázaro Cezar Dias¹

RESUMO: Fazendo uso da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a proposta deste artigo exploratório é mapear empregos verdes, *proxy* ligada à sustentabilidade, para o estado do Espírito Santo. Os dados da RAIS oferecem indicadores para o mercado formal de trabalho. O mapa apresentado foi gerado no *software Quantum Gis* (QGIS). Os empregos verdes aparecem de forma incipiente no eixo centro-sul do Estado. O potencial verde está concentrado nas regiões Central Serrana e Rio Doce, sentido Nordeste, ou seja, litoral capixaba e regiões mais urbanizadas.

Palavras-chave: Espírito Santo. Empregos verdes. Desenvolvimento regional. Sustentabilidade.

ABSTRACT: This exploratory article, using the Annual List of Social Information, maps green jobs, proxy linked to sustainability, for the formal labor market of Espírito Santo, Brazil. The map was generated using the Quantum Gis (QGIS). In an incipient way, green jobs appear in the center-south of the state. The green potential is concentrated in the Central *Serrana* and *Rio Doce* regions, in the Northeast direction, in the way of the coast and the most urbanized regions.

Keywords: Espírito Santo. Green jobs. Regional development. Sustainability.

Artigo recebido em 13/10/2020. Aceito em 15/3/2021.

¹ Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM).
E-mail: [lzc.cezar@gmail.com](mailto:lzr.cezar@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1051-6054>

Introdução

Todaro e Smith (2015) fundamentam o conceito de desenvolvimento a partir de estruturas organizacionais interligadas, envolvendo crescimento econômico acelerado e sustentado, redução de desigualdades, erradicação da fome e pobreza, entre outros processos multidimensionais. Indivíduos e instituições multilaterais estabelecem acordos a nível internacional, interligando as economias. Desastres ambientais como as queimadas no Pantanal brasileiro ou um surto epidêmico em Wuhan na China afetam globalmente pessoas e nações, trazendo temas como proteção ambiental e saúde pública para o centro do debate mundial. Um dos grandes desafios explicitados pelos autores está em assegurar sustento, autoestima e liberdade, tendo em vista a heterogeneidade das pessoas, suas diversidades ambientais, variações de humor (clima social), hierarquias familiares, *etc.*

Empresas sustentáveis são aquelas que valorizam criatividade e inteligência dos funcionários como insumos necessários à manutenção da produtividade (MUÇOUÇA, 2009; CARUSO, 2010; BARBIERI *et al.*, 2010). Para Silva *et al.* (2012), a participação nos lucros e resultados, tal como um plano de carreira que garanta condições decentes de trabalho, consumo e bem-estar, também criam rotinas de comprometimento e dedicação na firma. As ecoinovações, processos pelos quais novas combinações acarretam externalidades positivas do ponto de vista organizacional produtivo, sustentam a economia em uma trajetória menos agressiva ao meio ambiente, instituições e agentes sociais (SILVA *et al.*, 2012). Trazendo o conceito de uma maneira mais prática, empresas que hasteiam a bandeira da sustentabilidade e de uma economia verde, demonstram preocupação com assimetrias salariais por gênero na construção de um mercado de trabalho menos estratificado e desigual, por exemplo. Os empregos verdes ou com potencial verde estão associados à redução do impacto ambiental de indústrias e setores econômicos para patamares sustentáveis (ONU, 2009).

O estado do Espírito Santo está localizado no litoral da região Sudeste, e conta com 78 municípios distribuídos em 10 microrregiões administrativas. Destaque nacional em termos de produto interno bruto (PIB) *per capita*, a unidade da federação ao longo da década 2001-2010 tinha boa parte do seu valor agregado bruto atrelado às *commodities*, o que ao mesmo representava um atraso em comparação aos outros três estados da região, também configurava uma janela de oportunidade para investimentos em ciência e tecnologia que pudessem induzir o *catching-up* regional em termos de produção e difusão de inovações e desenvolvimento (CAÇADOR; GRASSI, 2009).

Isto posto, qual é o potencial verde do Espírito Santo? Como os empregos verdes se distribuem entre suas regiões administrativas e municípios? A proposta do artigo é mapear empregos formais atrelados à sustentabilidade, a partir de metodologia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (NONATO; MACIENTE, 2012). A partir das óticas ocupacional e setorial, a contribuição dos autores lança luz sobre ocupações que já contribuem ou potencialmente poderão contribuir para reduzir impactos ambientais em atividades econômicas. Replica-se com adaptações a classificação para a unidade da federação (UF), somando à discussão aspectos microeconômicos e de desenvolvimento regional, no intuito de contribuir para a literatura do tema e, ao mesmo tempo, incitar estudos e debates que identifiquem as potencialidades e desafios da economia verde para outros estados e/ou recortes setoriais e ocupacionais.

A primeira seção do texto resgata conceitos fundamentais ao desenvolvimento regional e à sustentabilidade. A segunda contextualiza o leitor sobre aspectos gerais da economia capixaba. Materiais e método são indicados na terceira. A quarta discute os resultados dessa empreitada exploratória. Por fim, são tecidas as considerações finais.

1. Desenvolvimento regional e sustentabilidade

O desenvolvimento agrega processos de crescimento econômico sustentável e diminuição de desigualdades e de assimetrias micro e macroeconômicas. Do ponto de vista normativo, o emaranhado institucional presente nas economias definem e por vezes retardam iniciativas proficuas de mudanças estruturais. A partir de Amartya Sen (2013), pode ser entendido ainda como a expansão das liberdades verdadeiras preferidas pelas pessoas. Partindo do conceito de sistemas sociais, a economia está diretamente e internamente presente num contexto de relações entre fatores econômicos e não econômicos, desde padrões burocráticos e legais à tradições e aspectos culturais, os quais variam de região para região, município para município, distrito para distrito. Romper padrões assimétricos, dependentes, periféricos e injustos é objetivo relevante e central aos estudiosos do desenvolvimento (FURTADO, 1978).

O desenvolvimento endógeno é um fenômeno territorial pelo qual atores e instituições interagem e por meio de decisões de investimento estratégico e propiciam redes de competição e inovação (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001). A urbanização está inexoravelmente atrelada a esses processos e a inclusão de modelos produtivos, inovativos e sustentáveis, podem garantir manutenção mais duradoura das taxas de crescimento econômico².

² Em Vásquez Barquero (2014, p. 54): “Schumpeter (2005) apontou que a diferença entre crescimento e desenvolvimento é que o crescimento está relacionado a mudanças em variáveis econômicas, como produção, emprego, a poupança e o investimento, enquanto desenvolvimento refere-se a alterações nos mecanismos endógenos do sistema econômico, INFORME ECONÔMICO (UFPI) - ISSN 1517-6258

Num recorte vinculado à economia brasileira, Bielschowsky (2012) assinala a presença de três oportunidades em termos de possibilidades de desenvolvimento: amplo mercado interno de consumo em massa, forte demanda nacional por recursos naturais abundantes e perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social). Associados a estes, os processos inovativos e encadeamentos produtivos poderiam ampliar as capacidades de crescimento desse tripé motriz do desenvolvimento. Assinalando a má organização da pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias na economia brasileira, o autor comenta tais atividades tem potencial para se tornar um quarto motor, desde que propriamente estimuladas e organizadas.

Apesar de a literatura do desenvolvimento regional endógeno negligenciar a relação do local ou da região com o todo nacional, é importante não esquecer que essa relação está engajada em um jogo para o qual existem regras comuns, como a política macroeconômica e o sistema político-administrativo. Nesse sentido, é saudável que se combine o desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativo da região/indivíduo em relação ao todo nacional, exatamente para evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões (AMARAL FILHO, 1999, p. 282).

Corroborando tais argumentos, Amaral Filho (1999) assinala a importância do investimento em infraestrutura para uma efetiva manutenção do desenvolvimento local³; que por sua vez careceria de uma estratégia de desenvolvimento global regional, com participação do Estado, empresas privadas e sociedade civil organizada (sindicatos, associações e organizações não governamentais). Embora tenham havido esforços teóricos coletivos nas últimas décadas de vertentes como institucionalismo, evolucionismo, novos clássicos, dentre outros, ainda há muito o que avançar.

O tripé da sustentabilidade é habitualmente representado por três pilares: i) crescimento econômico; ii) proteção ambiental; iii) comunidade e equidade (social). Orbitando esse sistema, as ecoinovações, as socioinovações e a ecojustiça funcionam como instrumentos que potencializam transbordamentos diversos, sociais, ambientais e econômicos (SILVA *et al.*, 2012). A dimensão econômica está relacionada à inovação, mediante avanços tecnológicos e científicos que viabilizem a produção de maneira eficiente, coerente com o fato de que os recursos naturais são finitos e, por vezes, escassos. A dimensão social visa a garantir às pessoas as condições dignas citadas. Orbitando esses pilares mais usuais, estão outros pilares como é o caso do político e cultural. As inovações, ainda que atreladas majoritariamente ao pilar econômico, podem e devem funcionar em sintonia com os demais pilares. Juntos, organizam a base de um sistema que oportunize o desenvolvimento

provocando uma ruptura dos processos de acumulação de capital e gerando a sua transformação em outros processos e mecanismos mais inovadores”.

³ O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como “um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região” (AMARAL FILHO, 1999, p. 262).

sustentável e que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (NASCIMENTO; MENDONÇA; CUNHA, 2012).

Na busca de equilibrar a balança do desenvolvimento que seja economicamente viável e sustentável dentro das esferas social, ambiental e econômica, Ansanelli e Cintrão (2019) sugerem um caminho no qual energias renováveis como a hidroelétrica, a termoelétrica, biomassa, de marés, eólica, aos poucos substituam as que hoje predominam tal como petróleo, carvão, gás natural e nuclear. No Brasil, alguns bens ambientais obtêm destaque como é o caso do etanol, produtos químicos e máquinas elétricas, o primeiro sendo líder nessa modalidade e de média-baixa modalidade tecnológica (ANSANELI; CINTRÃO, 2019). Segundo os autores, é profícuo caminhar para um cenário no qual as energias não renováveis aos poucos sejam substituídas por alternativas que agridam menos o meio ambiente *lato sensu*. Segundo Marsden e Farioli (2015), o caminho da bioeconomia pode atenuar os problemas associados ao crescimento populacional e esgotamento dos recursos energéticos, alimentares e minerais, combinados às mudanças climáticas e ambientais, num sentido de agir na produção, consumo, processamento, armazenamento, reciclagem e eliminação de recursos biológicos.

Nascimento (2012) une a noção de sustentabilidade a duas origens: i) na biologia, por meio da ecologia, atrelada à resiliência dos ecossistemas sob efeito de interações ou agressões realizadas pelas populações locais; ii) como adjetivo do desenvolvimento, na economia. A discussão ganha mais relevância nos anos cinquenta do século passado, quando os impactos das duas grandes guerras mundiais e da expansão da demanda mundial por bens industrializados despertou boa parte dos governos para os dados e efeitos da emissão de gases e poluentes a nível global. Em 1972 aconteceu a Conferência de Estocolmo, em que os países desenvolvidos defendiam como pauta central o meio ambiente, ao passo que outros (na época chamados de Terceiro Mundo) atacavam a pobreza. Como resposta ao evento, o Brasil criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) (NASCIMENTO, 2012). O Ministério do Meio Ambiente foi instituído em 1992.

Nesse mesmo ano ocorreu a Rio-92, importante evento da agenda econômica mundial do ponto de vista da sustentabilidade, e que precedeu a assinatura do Protocolo de Kyoto, acordo que limitava os níveis de emissão de gases que agravam o efeito estufa. Uma melhora das condições macro dinâmicas brasileiras aconteceu a partir de 1993, cenário que desencadeou descentralização política e financeira, cabendo às unidades da federação formularem parte das políticas públicas; e maior participação na política de grupos censurados no período do regime militar. A legislação ambiental é fator preponderante na transição da economia brasileira para uma economia de baixo carbono (BARBIERI *et al.*, 2010; CARUSO, 2010; SCHNEIDER, 2010). As organizações

sustentáveis configuram-se em instituições que buscam equidades diversas, levando em consideração as três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica (BARBIERI *et al.*, 2010).

Caruso (2010) destaca o papel do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Sistema Florestal Brasileiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na coibição, inibição e impedimento da prática do desmatamento, para além dos incentivos ao reflorestamento. Nesse sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também orienta os países membros a adotarem expansão da geração de energia baseada em recursos renováveis (solar, eólica, dentre outras) e reduzir a dependência do petróleo (CARUSO, 2010).

O relatório de Muçouçah (2009) é um dos pioneiros na identificação das atividades ligadas à redução de impactos ambientais, os chamados empregos verdes. Tais ocupações estão, em áreas urbanas ou rurais, inerentemente ligadas ao processo de desenvolvimento econômico e social local, já que buscam ações comedidas em termos de abalos ecossistêmicos. As atividades também são encontradas em diferentes níveis de qualificação e setores econômicos (CASTELÃO *et al.*, 2017).

Com base nas referências apresentadas, a atuação do Estado brasileiro é fundamental e deve ser estratégica, visto que a sustentabilidade ambiental como um pilar para e das inovações é peça benquista nos novos produtos e processos gerados. Sob a ótica do mercado de trabalho, a demanda por “habilidades verdes” e capacitações técnicas é cenário com tendência à expansão. Sintoma disso é o esforço recente das Secretarias de Estado de Turismo e de Cultura do Espírito Santo de incentivarem pesquisas e investimentos ligados ao ecoturismo, economia criativa e desenvolvimento regional (IJSN, 2019b). A próxima subseção aproxima o leitor do recorte realizado, apresentando características gerais da economia capixaba. O conceito dos empregos verdes é explorado na terceira seção.

2. Aspectos gerais da economia capixaba

Em 2017, o PIB capixaba atingiu (em valores correntes) aproximadamente R\$ 113 bilhões, crescimento de 0,5% em comparação com 2016. Em termos *per capita*, incremento de 2,6%, saindo do patamar de R\$ 27.497 em 2016 para R\$ 28.223 em 2017. A indústria extrativa aumentou sua participação no produto interno bruto de 4,8% em 2016 para 6,0% em 2017 (2019c). A Tabela 2.1, adaptada do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2019a), resume o comportamento de alguns indicadores econômicos ao longo dos trimestres de 2018.

As informações do *Panorama Econômico do Espírito Santo* (IJSN, 2019a) indicam aumento de 17.389 empregos formais no mercado de trabalho capixaba em 2018, puxados pelo setor de Serviços (9.018), Comércio (3.663) e Construção Civil (3.002). A taxa de informalidade no estado, segundo o mesmo relatório, fechou o ano em aproximadamente 37%. A indústria, setor que tende a ser o centro da espiral inovativa, apresentou em 2018 uma retração em sua produção de 0,9%. As indústrias de Transformação, Fabricação de celulose, papel e produtos de papel e Fabricação de produtos minerais não metálicos tiveram queda anual de 2,8%, 5,6% e 13,7%, respectivamente.

Tabela 2.1: Indicadores da Economia capixaba em 2018

Indicadores	Contra o trimestre anterior	Interanual	Acumulado no ano
PIB trimestral	-0,2	2,2	2,4
Produção Industrial	0,9	4,2	-0,9
Volume de Serviços	-2,0	-2,9	-1,1
Exportações	13,4	24,9	9,6
Importações	1,1	0,7	9,3
Estoque de emprego formal	0,2	2,0	2,0

Fonte: adaptado de IJSN (2019a).

Na contramão dessa tendência, algumas atividades apresentaram expansão na comparação 2017/2018, a saber a Indústria Extrativa, Fabricação de produtos alimentícios e Metalurgia, apresentando respectivamente as porcentagens de 0,9%, 3,1% e 1,6% no indicador de produção industrial acumulada no ano (IJSN, 2019a). O Panorama ainda indica que a taxa de desocupação no quarto trimestre de 2018 estava em 10,2%, um total de aproximadamente 219 mil pessoas. Apesar da alta desocupação, 2018 empregou mais 68 mil empregos na comparação com 2017, principalmente no setor privado sem carteira. O Estado encerrou 2018 com um estoque de 10.520 pessoas no setor Extrativo Mineral, 112.786 na Indústria de Transformação e 42.360 empregados na Construção Civil. Segundo o IJSN (2019b), os setores de maior participação na economia em termos de vínculos são Serviços (35,97%) e Comércio (38,47%). As indústrias de Transformação e Extrativa corresponderam respectivamente a 12,92% e 4,43% dos empregados formais totais em 2018.

Oliveira, Botelho e Avellar (2019) elencam órgãos e aparelhos pró-inovação em Vitória, município localizado na Região Metropolitana do estado. São eles: Prefeitura Municipal de Vitória, o livro-documento “Diretrizes para o Parque Tecnológico de Vitória” (CDV), Governo do Espírito Santo, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Institutos Federais do Espírito Santo (IFES),

Fundação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Faculdade Multivix, Faesa Centro Universitário e Região Central. No ano de 2013 foi inaugurada a Fábrica de Ideias, instituição pública de incentivo à inovação. Segundo os autores, apesar da presença desses agentes, o estado ainda apresenta dificuldades em implementar políticas públicas ligadas à inovação. Em estudo de caso, mencionam o atraso do Parque Tecnológico de Vitória que, apesar de entrega parcial de prédios, o projeto final parece estar longe de seu objetivo, obstaculizado por questões políticas, de gestão e orçamentárias.

3. Materiais e método

A seleção de Nonato e Maciente (2012) identifica 1.044 atividades com potencial de intervenção ambiental (negativa ou positiva), aproximadamente 43% do total das ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). É relevante salientar que a seleção leva em conta tanto atividades com alto potencial de esverdeamento já em curso, ligadas à agropecuária, à pesca, à produção florestal, aos biocombustíveis e aos resíduos, como exemplos, quanto também atividades que geram impactos ambientais significativos e, por vezes, negativos, tais como a construção civil, os transportes e as indústrias de base.

Cabe ressaltar, portanto, que os empregos identificados como verdes, ou de potencial verde, abrangem não apenas aqueles cujas atividades ocupacionais estão voltadas para a redução de impactos ambientais, mas também aqueles cujo impacto ambiental possa ser elevado. A inclusão de ocupações com alto impacto ambiental é motivada pelo fato de estas poderem ser alvo específico de esforços, tanto privados quanto públicos, na direção de uma economia mais verde (NONATO; MACIENTE, 2012, p. 57).

Destarte, o uso indiscriminado da metodologia pode acarretar em mensuração exacerbada ou com viés de duplo sentido, no qual um crescimento de empregos potencialmente verdes, porém carregados de impactos negativos, pode não necessariamente indicar um esverdeamento virtuoso da economia regional. Para 2010, o estudo do Ipea selecionou 8,77% do total de postos formais de trabalho. À vista disso, opta-se nesse artigo por utilizar apenas os 20 principais grupos com maior proporção de ocupações propensas a gerarem impactos ambientais, indicados na próxima seção (NONATO; MACIENTE, 2012).

Do contingente total de empregos filtrados na plataforma *Dardo*, da Relação Anual de Informações Sociais⁴ (RAIS), aplica-se a proporção indicada na terceira coluna da Tabela 4.1 (última coluna), obtendo os empregos potencialmente verdes. Realizada a filtragem, distribui-se os empregos pelas regiões administrativas e municípios do Espírito Santo. O mapa foi gerado fazendo uso do *Quantum Gis* (QGIS), *software* gratuito, licenciado pela *General Public License* (GNU) e baseado em um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Suporta diversos formatos e funcionalidades de vetores, varreduras e bancos de dados, possuindo diversas ferramentas que permitem a visualização, edição, e exploração e análise dos dados na composição de mapas (ALMEIDA, 2018).

4. O Potencial verde do Espírito Santo

Para 2008, Muçouçah (2009) e Caruso (2010) quantificaram os empregos verdes no Brasil. A partir de uma análise setorial, Muçouçah identificou 2.653.059 empregos verdes, 6,73% do total dos postos formais de trabalho. Caruso (2010) selecionou 4.751.435 postos de trabalho, cerca de 12% do emprego formal no Brasil, a partir de abordagem alternativa que identifica 67 famílias ocupacionais verdes, que possuiriam tarefas relacionadas ao meio ambiente ou à reciclagem.

Em análise realizada aplicada à região do Pantanal brasileiro, Castelão *et al.* (2017) observaram queda do número empregos verdes na série 2002-2012, mas identificaram crescimento no número de empregos com tendência de proteção ao meio ambiente. Esse resultado é justificado em parte pelo fato de que as ocupações verdes ou de potencial verde encontram-se camufladas e por vezes intrínsecas à rotina das empresas, as quais a classificação não é capaz de mensurar. Ainda, reconhecendo o caráter mutável das empresas, novas ocupações e/ou funções são eventualmente criadas e podem não estar contempladas por essa classificação.

No Espírito Santo, do total de 37.872 empregos e após a filtragem a partir das respectivas porcentagens de cada grupo sugerido em Nonato e Maciente (2012), os 31.998 empregos verdes representam 3,6% do pessoal total empregado formalmente no estado no ano de 2018 (Tabela 4.1). As atividades “Processamento industrial do fumo” e “Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos” não somaram vínculos ativos em 31 de dezembro de 2018, portanto estes grupos foram excluídos do quadro de resultados.

⁴ A RAIS tem periodicidade anual e sua declaração é obrigatória a todos os estabelecimentos. Cobre aproximadamente 97% do mercado de trabalho formal (incluindo estatutários, celetistas e outros). Para além de sua utilização em políticas públicas de Estado, as informações da RAIS são amplamente utilizadas em pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais, devido à sua robustez informacional, grau de abrangência territorial e desagregação (IJSN, 2019b).

Tabela 4.1: grupos de atividade econômica com maior proporção de ocupações propensas a gerarem impactos ambientais – ES (2018)

Código	Grupo CNAE 2.0	Empregos potencialmente verdes (%)	Emprego total (unidades)	Empregos potencialmente verdes (unidades)
11	Produção de lavouras temporárias	82,04	2.876	2.359
12	Horticultura e floricultura	84,74	806	683
13	Produção de lavouras permanentes	92,35	12.745	11.770
14	Produção de sementes e mudas certificadas	70,59	146	103
15	Pecuária	85,63	8.497	7.276
16	Atividades de apoio à agricultura e pecuária	81,89	3.114	2.550
21	Produção florestal	76,81	963	740
23	Atividades de apoio à produção florestal	79,28	2.389	1.894
31	Pesca	70,81	210	149
102	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	72,94	308	225
103	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	71,88	1.434	1.031
107	Fabricação e refino de açúcar	81,59	270	220
161	Desdobramento de madeira	70,15	997	699
172	Fabricação de papel, cartolina e papel cartão	71,23	133	95
193	Fabricação de biocombustíveis	76,81	1.210	929
293	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	70,40	393	277
382	Tratamento e disposição de resíduos	72,16	655	473
383	Recuperação de materiais	71,04	726	516
	Total		37.872	31.998

Fonte: elaboração própria. Dados da RAIS/Ministério da Economia.

Os grupos que mais somaram vínculos estão concentrados principalmente nas regiões Rio Doce (27,40%), Nordeste (25,77%), Metropolitana (8,74%), Sudoeste Serrana (8,64%) e Central Serrana (7,83%), conforme Tabela 4.2. No tocante aos grupos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0): “Produção de lavouras permanentes”, “Atividades de apoio à agricultura e pecuária”, “Produção de lavouras temporárias” e “Atividades de apoio à produção florestal” têm destaque.

A Tabela 4.3 distribui os vínculos verdes pelos 20 municípios que mais empregaram no ano de 2018. No tocante às regiões de maior potencial verde no estado, é notável o destaque de três principais regiões, excetuando a região Metropolitana, a mais urbanizada e populosa. A Nordeste, representada pelos municípios de São Mateus, Pinheiros, Conceição da Barra, Jaguaré e Montanha. As atividades ligadas à agropecuária dessa região certamente impactaram para este resultado (IJSN, 2019b). Uma segunda região de destaque é a Rio Doce, com importante participação em atividades ligadas à extração mineral. Destaca-se, por fim, a região Central Serrana na figura do município de Santa Maria de Jetibá e suas atividades agropecuárias.

Tabela 4.2: Indicadores ocupacionais do potencial verde – ES (2018)

Região	Empregos potencialmente verdes (unidades)	Proporção de empregos verdes (%)
Metropolitana	2.796	8,74
Central Serrana	2.504	7,83
Sudoeste Serrana	2.764	8,64
Litoral Sul	1.528	4,78
Caparaó	1.016	3,17
Rio Doce	8.765	27,40
Centro-Oeste	1.826	5,74
Nordeste	8.244	25,77
Noroeste	1.051	3,28
Total	36.494	100,00

Fonte: elaboração própria. Dados da RAIS/Ministério da Economia.

No tocante aos municípios com maior número de empregos, destaque para Linhares (5.451), São Mateus (2.636), Santa Maria de Jetibá (1.851), Aracruz (1.564), Pinheiros (1.474), Conceição da Barra (1.470) e Sooretama (1.177). Os cinco municípios de menor participação ou menor potencial verde são Bom Jesus do Norte (29) e Ibitirama (27) na região do Caparaó, Água Doce do Norte (28) e Mantenópolis (12) na região Noroeste e, Laranja da Terra (28) na região Sudoeste Serrana. Evidenciado o baixo potencial verde desses municípios e regiões, comparativamente às demais, a organização de polos de capacitação técnico-produtiva, tal como o estreitamento das relações entre municípios os quais possuem maior número de vínculos ativos de empregos verdes, configuram condições necessárias à geração de renda atrelada a práticas criativas, inovativas, colaborativas e sustentáveis.

Na medida em que os esforços garantam resultados, no curto e longo prazo, os efeitos de transbordamentos reconfigurariam o arranjo local dos polos de potencial verde pelo Espírito Santo. Municípios ainda incipientemente verdes, como é o caso de Domingos Martins, Marechal Floriano, Itapemirim, Venda Nova do Imigrante, Colatina, Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim, Serra, Nova Venécia e Pedro Canário, a partir de investimentos públicos e privados, intermediados e/ou financiados pelos órgãos e aparelhos pró-inovação já citados, rompem estruturas antigas e improdutivas, criando rotinas e processos mais lucrativos economicamente, gerando emprego, renda e desenvolvimento local.

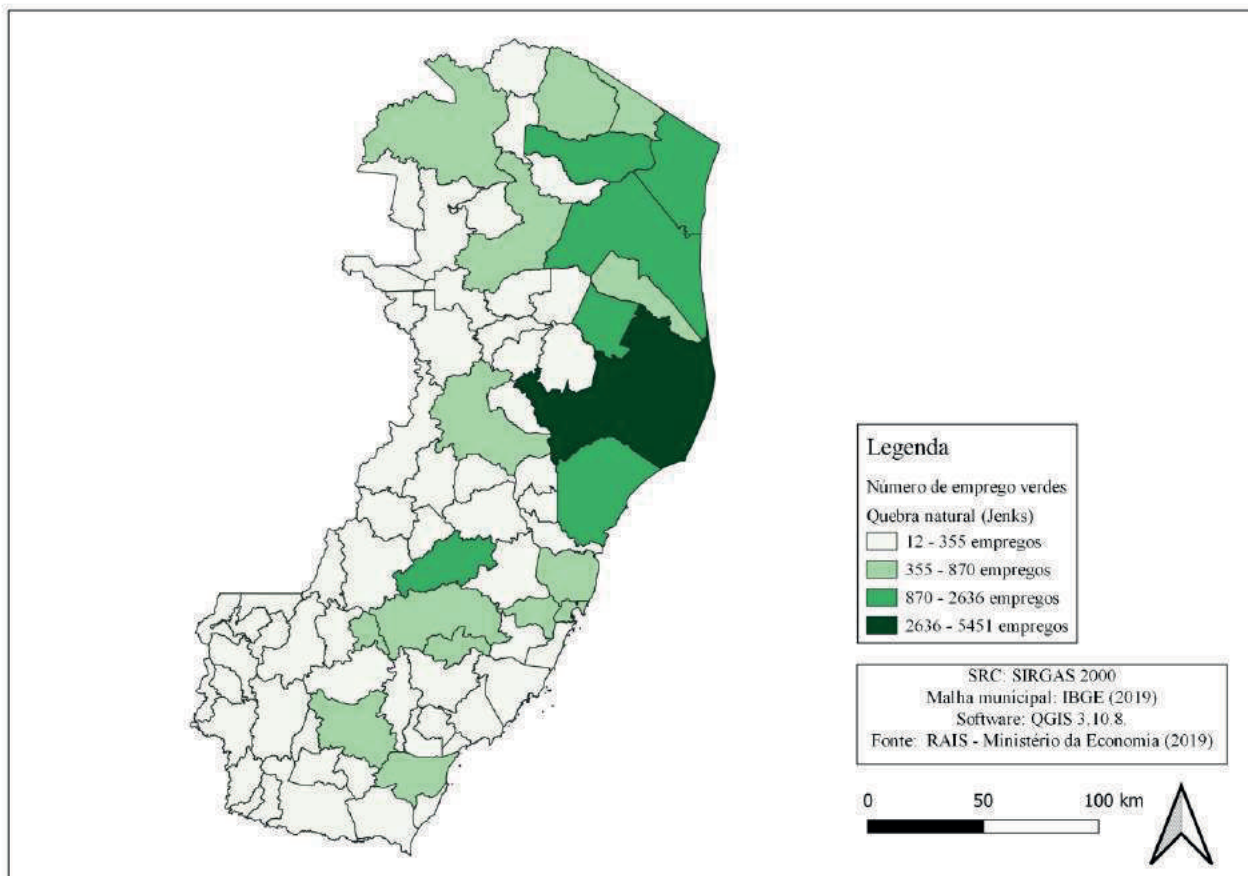
Tabela 4.3 – Distribuição dos empregos verdes pelos municípios do ES (2018)

Município	Região administrativa	Empregos (unidades)
Linhares	Rio Doce	5.451
São Mateus	Nordeste	2.636
Santa Maria de Jetibá	Central-Serrana	1.856
Aracruz	Rio Doce	1.564
Pinheiros	Nordeste	1.474
Conceição da Barra	Nordeste	1.470
Sooretama	Rio Doce	1.177
Jaguaré	Nordeste	870
Vitoria	Metropolitana	741
Montanha	Nordeste	716
Domingos Martins	Sudoeste Serrana	713
Marechal Floriano	Sudoeste Serrana	701
Itapemirim	Litoral Sul	689
Venda Nova do Imigrante	Sudoeste Serrana	584
Colatina	Centro-Oeste	574
Cariacica	Metropolitana	556
Cachoeiro De Itapemirim	Central-Sul	536
Serra	Metropolitana	534
Nova Venécia	Noroeste	428
Pedro Canário	Nordeste	408

Fonte: elaboração própria. Dados da RAIS/Ministério da Economia.

Atividades criativas e turísticas têm tido atenção especial do governo do estado do Espírito Santo nos anos recentes. O potencial verde brasileiro é notório e corroborado pela literatura (MUÇOUÇA, 2009; CARUSO, 2010; NONATO; MACIENTE, 2012). Uma estratégia que alie processos inovativos e criativos, dentro de um escopo de um caráter mais limpo e que respeite a regulação existente, poderá propiciar nos próximos anos no Espírito Santo a produção e difusão de novas tecnologias, físicas e sociais, culminando em geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico ambientalmente e socialmente sustentável. Trilhar esse caminho não é tarefa trivial. Os municípios capixabas possuem características distintas e singulares, as assimetrias estruturais evidenciadas pela análise do potencial verde carecem de esforço coletivo por parte dos empresários, sociedade civil organizada e instituições do Estado brasileiro.

Figura 4.1: distribuição geográfica das ocupações com potencial verde – ES (2018)



Fonte: elaboração própria. **Nota:** Quebra Natural (*Jenks*). O método identifica as quebras entre as classes utilizando fórmula estatística que minimiza a soma da variância dentro de cada quartil, função a qual o software Q-GIS disponibiliza.

Assim como outros indicadores econômicos são acompanhados periodicamente e sistematicamente por instituições de ensino, pesquisa e governos, acompanhar o potencial verde do Espírito Santo e outros estados brasileiros é desejável e estratégico, já que países mais desenvolvidos e importadores de *commodities* brasileiras recomendam e valorizam práticas produtivas sustentáveis, sendo a UF exportadora ativa de bens primários. Ainda, tendo em vista o dinamismo e a não consensualidade entre instituições em como mensurar as atividades potencialmente verdes, estudos regionais e que identifiquem as atividades de destaque em cada município e região é complementar às proposições anteriores. À comunidade científica, abrem-se novas janelas para pesquisas futuras acerca do tema.

Considerações finais

Notórias são as transformações globais vivenciadas pelas economias de mercado nos anos recentes, reconfigurando estruturas organizacionais das empresas, destruindo e criando profissões, postos de trabalho, empresas de pequeno, médio e grande porte. Diante desse contexto criativo em uma abordagem *schumpeteriana*, ainda que incerto do ponto de vista *keynesiano*, a opção por modelos sustentáveis e/ou verdes podem indicar caminhos alternativos e profícuos para as gerações presentes e, principalmente, para as futuras.

Neste artigo o esforço foi mapear, a partir de estatísticas do mercado formal de trabalho no Espírito Santo, a distribuição das ocupações com potencial verde pelos municípios e regiões administrativas. Os empregos verdes aparecem de forma incipiente no eixo centro-sul do Estado. A observação das tabelas e mapa elaborados esboçam maior concentração nas regiões Central Serrana e Rio Doce, sentido Nordeste, ou seja, litoral capixaba e regiões mais urbanizadas. Destaque para os municípios de Linhares, São Mateus, Santa Maria de Jetibá, Aracruz, Pinheiros, Conceição da Barra e Sooretama.

O desenvolvimento regional sustentável está intimamente ligado à indução das potencialidades dos capitais humano e econômico, aliado à uma trajetória menos corrosiva ao meio ambiente. As instituições de ensino e pesquisa no Espírito Santo destacam-se nacionalmente. Incluir disciplinas voltadas à inovação e à sustentabilidade nas bases e matrizes curriculares, da educação infantil ao ensino técnico e superior é exemplo de estratégia efetiva no desenvolvimento de sinergias coletivas para abertura de janelas de oportunidades para um virtuoso “*esverdeamento capixaba*”.

Referências

ALMEIDA, L. C. Análise espacial de dados com o *quantum gis*: exercícios realizados durante tópico especial ofertado pelo programa de pós-graduação em Geografia da UFSC. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 3, n. 8, pp. 173-194, nov. 2018.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, IPEA, n. 23, junho, Brasília, pp. 261-286, 1999.

ANSANELLI, S. L. M.; CINTRÃO, M. G. A inserção do Brasil no mercado mundial de bens ambientais: uma comparação entre as listas da OCDE e da APEC. **Economia Ensaios**, Uberlândia, n. 34 (1), pp. 122-143, jul./dez. 2019.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, jun. 2010.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: Uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 453-480, jul./set. 2009.

CARUSO, L. A. *Skills for green jobs in Brazil: unedited background country study / Luiz Antonio Cruz Caruso; Intern. Labor Office, Skills and Employability Department.* - Geneva: ILO, v. 1, 2010.

CASTELÃO, R. A.; SOUZA, C. C.; FRAINER, D. M.; NETO, J. R. M. “Empregos verdes” na região do Pantanal brasileiro. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 3, pp. 126-137, dez/2017.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Panorama Econômico Espírito Santo**, n. 29, VI trimestre de 2018. Vitória: IJSN, 2019a.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Características do Emprego Formal no Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 2019b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Espírito Santo, Produto Interno Bruto 2017**, Vitória: IJSN, 2019c.

MARSDEN, T; FARIOLI, F. *Natural powers: the bio-economy and sustainable place-making.* **Sustainability Science**, v. 10, pp. 331-344, 2015.

MUÇOUÇA, P. S. **Empregos verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos**. Brasília: OIT, 2009.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, pp. 51-64, 2012.

NASCIMENTO, T. C., MENDONÇA, A. T. B. B.; CUNHA, S. K. Inovação e sustentabilidade na produção de energia: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil. **Cadernos EBAPE BR**, v. 10 (3), pp. 630-651, 2012.

NONATO, F. J. A. P.; MACIENTE, A. N. A identificação dos empregos verdes, ou com potencial verde, sob as óticas ocupacional e setorial. **Radar IPEA**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, pp. 1-10, 2012.

OLIVEIRA, R. R.; BOTELHO, M. R. A.; AVELLAR, A. P. M. Evolução do ambiente institucional de inovação e obstáculos de implementação do Parque Tecnológico de Vitória-ES. **Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**. São Paulo: Blucher, pp. 593-611, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Empregos verdes: rumo ao trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono.** [s.l.]: *WorldWatch Institute*, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), pp. 511-531, jul./set., 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2013.

SILVA, C. L.; CASAGRANDE JR, E. F.; LIMA, I. A.; SILVA, M. C.; AGUDELO; L. P. P.; PIMENTA, R. B. **Inovação e sustentabilidade.** Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development.** 12th Ed. New Jersey: Pearson, 2015.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Os territórios inovadores: espaços estratégicos do desenvolvimento, Crítica e Sociedade. **Rev. de Cultura Política**, v. 4, n. 2, pp. 52-71, 2014.

Perfil do trabalhador sul-mato-grossense: uma análise utilizando os dados da PNAD 2015

Worker profile in Mato Grosso do Sul state (Brazil): an analysis using data from PNAD 2015

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.884>

Renner Pinzan Moraes¹
Roselaine Bonfim de Almeida²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o perfil do trabalhador sul-mato-grossense e, com base em determinadas características desse trabalhador, determinar a probabilidade de ele estar trabalhando. Para isso, utilizou-se como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. Após definição das variáveis, foi apresentada uma análise descritiva da distribuição das características dos trabalhadores sul-mato-grossenses. Dentre os resultados encontrados, observou-se que a maioria dos indivíduos ocupados eram do sexo masculino (57,75%) enquanto a maioria dos desocupados eram do sexo feminino (57,43%). A média de idade dos indivíduos que trabalhavam foi de 33 anos. Além disso, 68,64% dos empregados possuíam carteira de trabalho assinada. Após a análise descritiva dos dados, estes foram utilizados na aplicação do modelo econométrico logístico, *Logit*. De acordo com os resultados, as variáveis gênero e escolaridade foram estatisticamente significantes. Com relação a variável gênero, observou-se que a chance de um indivíduo do sexo masculino estar trabalhando era 80,21% maior do que a chance de uma mulher. Além disso, um ano a mais de escolaridade aumentou em 5,9% a chance de o indivíduo estar trabalhando.

Palavras-chave: Perfil do trabalhador. Mercado de trabalho. Mato Grosso do Sul. PNAD. *Logit*.

Abstract: This paper aim to analyze the profile of the worker from Mato Grosso do Sul state (Brazil) and based on certain characteristics of that worker, determine the probability of his be working. For this, the *PNAD of 2015* was used as a data source. After defining the variables, a descriptive analysis of the distribution of the characteristics of workers of Mato Grosso do Sul was presented. Among the results found, it was observed that most employed individuals were male (57.75%) while the majority of unemployed were female (57.43). The average age of the individuals who worked was 33 years. In addition, 68.64% of employees had a formal contract. After the descriptive analysis of the data, these were used in the application of the logistic econometric model, *Logit*. According to the results, the variables gender and education were statistically significant. Regarding to the gender variable, it was observed that the chance of a male individual being working was 80.21% higher than the chance of a woman. In addition, an extra year of schooling increased the chance that the individual was working by 5.9%.

Keywords: Worker profile. Labor market. Mato Grosso do Sul. PNAD. *Logit*.

Artigo recebido em 1º/11/2020. Aceito em 22/5/2021.

¹ Graduado em Ciências Econômicas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
E-mail: rennerpm_9@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3761-6856>

² Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).
Professora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD.
E-mail: roselainealmeida@ufgd.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2195-0035>

Introdução

Ao se analisar a economia de determinada região, um aspecto que não pode ser ignorado é o papel desempenhado pelo mercado de trabalho. Isso porque ele contém um dos principais fatores para o desenvolvimento de qualquer país, que é o fator trabalho. A relação entre trabalhador e empregador já vem sendo estudada há muito tempo. Alguns desses estudos têm como finalidade encontrar respostas que ajudem o trabalhador a se colocar em um mercado de trabalho que está em constante transformação (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Segundo Chiavenato (2013), os avanços da globalização, das inovações tecnológicas, dos aumentos de produção e da competitividade vêm modificando as relações de trabalho e, portanto, o perfil dos trabalhadores. Dessa forma, o indivíduo que não se encaixa no perfil e não consegue adaptar-se aos novos cenários e exigências torna-se “ultrapassado” e, conseqüentemente, será substituído por um novo profissional mais atento à nova concepção do mercado.

Com o intuito de ajudar na proposição de políticas públicas de desenvolvimento social, especialmente as voltadas ao trabalho, primeiramente é preciso entender o funcionamento desse mercado e de suas principais características. Entretanto, como o principal insumo do mercado de trabalho é o próprio “trabalhador”, faz-se necessário entender quais características fazem com que ele consiga se inserir nele, ou, o inverso, o que faz com que ele esteja excluído desse mercado. Isso pode ser feito por meio da análise do mercado de trabalho, com base nas características dos trabalhadores e das áreas em que estes podem atuar (MORETTO; POCHMANN, 2008).

Diante deste contexto, dada a importância do perfil do trabalhador para o mercado de trabalho, surge a seguinte questão: como é composto o mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul? Para responder a esse questionamento, este estudo tem como objetivo inicial analisar o perfil do trabalhador desta unidade federativa (UF) e, em seguida, com base em determinadas características desse perfil, calcular a probabilidade de ele estar trabalhando.

O tema mercado de trabalho é de suma relevância para a sociedade, seja de forma direta ou indireta. Assume-se que o trabalho é um dos principais eixos que fazem o mecanismo social funcionar e, levando em consideração sua importância na produção em geral e para o consumo da própria sociedade, ele recebe diferentes valores e significados para os mais diversos meios sociais. Dessa forma, dada a importância desse tema para os diversos segmentos da sociedade, este artigo pretende preencher a lacuna referente aos estudos relacionados ao mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul.

1. Revisão da Literatura

Para caracterizar os diferentes mercados de trabalho, conforme estudo de Cunha *et al.* (2010), é importante a compreensão do termo que o relaciona à sua capacidade produtiva, ou seja, ao capital humano. Este assunto foi identificado e estudado por Adam Smith ([1776] 1983), que percebeu a relevância que o grau de educação tinha sobre o mercado de trabalho. Logo, a diferença de um trabalhador para outro teria relação direta com a educação recebida.

Sendo o capital humano algo característico de cada pessoa, a construção do mesmo deve partir do próprio indivíduo. Como o indivíduo é o fator principal, todo conhecimento, habilidade e comportamento que lhe proporcione algum rendimento ou satisfação futura, através do melhoramento de sua capacidade de produção, torna-se então um investimento de capital adquirido e que faz parte apenas daquele indivíduo (CUNHA *et al.*, 2010).

Não sendo o capital humano um bem passivo de compra e venda, deverá ser adquirido e incorporado ao cidadão através de investimentos e oportunidades dadas a cada um. A educação (aprendizados e especializações), por sua vez, passa a ser a melhor forma de investimento, pois se torna parte do indivíduo. Portanto, a agregação de valor ao capital de cada indivíduo é dada pelo seu conhecimento e habilidades. Este valor será percebido através do nível de empregabilidade, aproveitamento e produtividade, os quais trarão aumento futuro de renda e progresso social, dadas às condições tecnológicas (CUNHA *et al.*, 2010).

Uma abordagem mais atual sobre o mercado de trabalho é a teoria da segmentação, a qual se distingue da teoria do capital humano, que floresceu até o final da década de 1960. Diferentemente da teoria anterior, em que o aumento da educação proporcionava um aumento médio da renda dos indivíduos, a teoria da segmentação delimita a influência do grau de escolaridade enquanto determinante da distribuição da renda. Contudo, a educação tem papel maior na alocação e distribuição dos diferentes postos de trabalho, o que usualmente é conhecido como mobilidade ocupacional (SILVA, 2006).

Em vista disso, tem-se um mercado de trabalho dividido em dois segmentos: o primário e o secundário. O primeiro está relacionado às grandes empresas, em que o histórico do trabalhador é essencial, tendo este maior estabilidade no emprego e salários maiores, o que torna o indivíduo leal e confiável, reduzindo os riscos para as empresas. O segundo mercado normalmente é concentrado nas pequenas firmas, em que o trabalhador não tem garantias ou real possibilidade de promoção para cargos ocupacionais; tornando a mão de obra rotativa e, portanto, não há aumentos nos índices de salários (SILVA, 2006).

A divisão do mercado é identificada até mesmo no que diz respeito a investimentos em tecnologia para o aumento da produção. No mercado primário, por suas inúmeras vantagens, a agregação de tecnologias e qualificação faz com que aumente a produção e diminua o uso da mão de obra sem qualificação, gerando ganhos tanto para as firmas quanto para os funcionários que irão receber maiores salários. Já no mercado secundário, como os salários são relativamente mais baixos, ocorre maior uso da mão de obra sem qualificação, há dificuldades para investimentos tecnológicos e, portanto, baixos retornos de produção (SILVA, 2006).

Nos países já desenvolvidos (com o modelo fordista/toyotista de gestão), a crescente industrialização e, conseqüentemente, o aumento da tecnologia, fez com que a segmentação se fizesse ainda mais desigual, ocasionando maior flexibilidade entre os trabalhadores no mercado de trabalho. Passam a existir diferentes tipos de trabalhadores: i) os centrais, que têm os seus direitos assegurados por lei, ocupando o mercado primário; ii) os periféricos, que estão divididos em dois grupos, um com trabalhadores que exercem tarefas menos complexas (mercado secundário) e o outro um pouco mais qualificado (prestam serviço ou possuem contratos por tempo determinado); iii) os trabalhadores marginalizados, que atuam apenas no mercado informal. Logo, a indústria, conforme sua demanda por mão de obra, deve se instalar no mercado mais favorável às suas vantagens relativas e renunciar aos outros setores (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Conforme visto até o momento, o mercado de trabalho vem passando por transformações constantes ao longo do tempo, o que pode ter impacto na escolha ocupacional dos indivíduos. A literatura econômica apresenta alguns estudos que tentam compreender se determinadas características individuais podem influenciar essa escolha ocupacional. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Nasir (2005), que analisou as diferenças na distribuição ocupacional entre homens e mulheres no Paquistão e o papel que diferentes características do indivíduo podem desempenhar nessa distribuição. Para isso, o autor utiliza os dados da Pesquisa Integrada de Domicílios do Paquistão (*Pakistan Integrated Household Survey – PIHS*) para os anos de 2001 e 2002.

Com base em uma amostra de 13.793 indivíduos com idades entre 10 e 65 anos, o autor utiliza um modelo *logit* multinomial para estimar o seu modelo, tendo como variáveis independentes a idade do trabalhador, rendimentos, escolaridade, ocupação, treinamento, sexo, estado civil e experiência. Os resultados mostram que o capital humano tem forte influência na escolha ocupacional. Os indivíduos com maior nível educacional possuem empregos melhores. Além disso, o capital humano tem maior influência na escolha ocupacional do que características específicas do indivíduo. Com relação ao gênero, observou-se que os homens se encontravam em ocupações com salários mais altos do que as mulheres (NASIR, 2005).

No Brasil também encontramos estudos que analisam a participação de determinados grupos no mercado de trabalho. Scorzafave e Menezes-Filho (2001) analisam a trajetória da participação feminina no mercado de trabalho através da Taxa de Participação na Força de Trabalho (TPFT). Essa trajetória foi calculada entre os anos de 1982 e 1997, ou seja, para diferentes gerações. O cálculo da participação feminina no mercado de trabalho foi realizado através de um modelo *Probit*, isso porque a TPFT é uma variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo participa do mercado de trabalho e 0 caso não participe. Como variáveis explicativas do modelo, os autores selecionaram características pessoais da mulher, como sua idade e nível de escolaridade, e características da sua família (renda do domicílio, número de adultos, *etc.*). Esses dois grupos foram selecionados porque ambos poderiam influenciar diretamente a decisão da mulher de participar ou não do mercado de trabalho.

Os resultados encontrados mostram que os coeficientes estimados são estatisticamente significantes e que quase todas as variáveis têm efeitos marginais de acordo com os sinais esperados. Com relação a variável educação, o estudo utilizou variáveis *dummy*, em que o grupo com maior nível educacional foi utilizado como grupo base. Dessa forma, as variáveis *dummy* incluídas no modelo apresentam efeitos marginais negativos, ou seja, se um indivíduo do grupo base (mais educado) passasse para outro grupo (menos educado) a probabilidade de participação no mercado de trabalho iria diminuir (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001).

A escolha ocupacional também já foi analisada para grupos de maior idade. Queiroz e Ramalho (2009) analisaram os fatores que determinam a participação dos idosos no mercado de trabalho. Para isso, os autores utilizaram os dados da PNAD 2007. O modelo empírico utilizado foi o *logit* multinomial, em que foram delimitadas quatro categorias de ocupação: i) trabalhadores assalariados com carteira assinada; ii) trabalhadores empregados sem carteira assinada; iii) empregados por conta própria ou empregadores; iv) funcionários públicos. Dentre os resultados encontrados observou-se que quanto maior a idade, maior a chance de o idoso trabalhar em ocupações sem carteira assinada ou como autônomo. Em contrapartida, quando maior o nível de escolaridade, independente do sexo do indivíduo, maior a chance de o idoso trabalhar com carteira assinada e/ou como servidor público.

2. Metodologia

2.1. Fonte de dados

Como fonte de dados destaca-se as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE/PNAD, 2021). A PNAD é uma pesquisa amostral realizada nos domicílios brasileiros, cuja finalidade é observar o comportamento de diversas características socioeconômicas da população, como as condições demográficas, sociais, de trabalho, rendimento, habitação, dentre outras.

Este trabalho utilizou apenas os dados para o estado de Mato Grosso do Sul, objeto de análise do estudo. Dessa forma, inicialmente a base de dados conta com uma amostra de 6.018 observações, o que representa, aproximadamente, uma população de 2.659.102 indivíduos.

Para caracterizar o perfil do trabalhador sul-mato-grossense foram utilizadas as seguintes variáveis: i) condição de ocupação na semana de referência; ii) gênero; iii) idade; iv) autodeclaração de cor ou raça; v) estado civil; vi) renda mensal domiciliar; vii) escolaridade (contínua e o curso mais elevado que o indivíduo frequentou); viii) quantidade de crianças com menos de 12 anos de idade no domicílio; ix) quantidade de horas trabalhadas; x) carteira de trabalho; xi) sindicalização; xii) posição na ocupação; xiii) grupamento da atividade principal; e xiv) previdência privada.

No modelo econométrico foram utilizadas as seguintes variáveis:

- **Condição de ocupação do indivíduo:** variável binária cujo valor 1 indica que o indivíduo estava ocupado na semana de referência e 0 que ele não estava ocupado;
- **Masculino:** variável binária cujo valor 1 indica que o indivíduo é do sexo masculino e 0 que é do sexo feminino;
- **Idade:** idade do indivíduo;
- **Idade²:** idade ao quadrado, em que espera-se que o efeito marginal seja negativo;
- **Branco:** variável binária cujo valor 1 indica que o indivíduo é branco e 0 que ele não é branco;
- **Casado:** variável binária cujo valor 1 indica que o indivíduo é casado e 0 que ele não é casado;
- **Criança < 12 anos:** variável que indica o n^o de crianças menores de 12 anos no domicílio;
- **Anos de escolaridade:** variável que indica o número de anos de estudo;

• **Curso mais elevado que frequentou anteriormente:** na base de dados da PNAD essa variável possui 13 categorias: 1 – Elementar (primário); 2 – Médio 1º ciclo (ginásial, *etc.*); 3 – Médio 2º ciclo (científico, clássico, *etc.*); 4 – Regular do ensino fundamental ou do 1º grau; 5 – Regular do ensino médio ou do 2º grau; 6 – Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau; 7 – Educação de jovens e adultos ou supletivo de ensino médio ou do 2º grau; 8 – Superior de graduação; 9 – Mestrado ou Doutorado; 10 – Alfabetização de jovens e adultos; 11 – Creche; 12 – Classe de alfabetização; 13 – Maternal, jardim de infância, *etc.* Essas categorias foram agrupadas em três grupos: i) *Ensino fundamental*, que agrupou todos os indivíduos que cursaram, no máximo, até o ensino fundamental (categorias 1, 2, 4, 6, 10, 11, 12 e 13); ii) *Ensino médio*, que agrupou todos os indivíduos que cursaram o ensino médio (categorias 3, 5 e 7); iii) *Ensino superior*, que agrupou todos os indivíduos que cursaram o ensino superior ou pós-graduação (categorias 8 e 9). No modelo econométrico o grupo base é *Ensino fundamental*.

Para a apresentação dos resultados, primeiramente foi realizada uma análise descritiva mostrando as principais características dos indivíduos da amostra³. Em seguida, foi apresentado o resultado do modelo de regressão logística.

2.2. Modelo econométrico

O objetivo central deste estudo é analisar o perfil do trabalhador no estado de Mato Grosso do Sul e, em seguida, com base em determinadas características desse indivíduo, calcular a probabilidade de ele estar trabalhando. Para isso, foi utilizado um modelo de resposta binária.

A seguir tem-se o princípio da análise deste estudo, em que Y é a variável binária a ser explicada, sendo ela a condição de ocupação do indivíduo na semana de referência, ou seja, essa variável indica se o indivíduo estava ocupado ou não na semana de referência da pesquisa. Dessa forma, $Y=1$ indica que o indivíduo estava trabalhando na semana de referência e $Y=0$ indica que ele não trabalhou na semana de referência.

Para esta análise utilizou-se o modelo de regressão logística, denominado *logit*. Assim como qualquer modelo de resposta binária, o modelo *logit* tem por objetivo explicar os efeitos das variáveis independentes, que neste estudo representam as características pessoais dos indivíduos, sobre a probabilidade de resposta da variável dependente (WOOLDRIDGE, 2006).

³ Os dados para todas as tabelas foram ponderados através do *software STATA* (2013).

Para apresentar o modelo de regressão logística, Gujarati (2006, p. 480) utiliza a seguinte representação:

$$P_i = E(Y = 1 | X_i) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)}} \quad (1)$$

onde:

β_1 = constante;

β_2 = coeficiente da variável i ;

X_i = variáveis explicativas.

Ainda segundo Gujarati (2006, p. 481), a equação (1) pode ser simplificada da seguinte forma:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} = \frac{e^Z}{1 + e^Z} \quad (2)$$

onde: $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$.

A equação (2) é chamada de função de distribuição logística (acumulada). Gujarati (2006) argumenta que os valores em Z podem variar entre $-\infty$ e $+\infty$, e que o valor de P_i encontra-se entre 0 e 1, respeitando as condições da função de distribuição logística.

Ainda segundo o autor, como P_i é não linear tanto no X como nos valores dos β 's (encontrados em Z), passa a não ser possível a obtenção de um melhor ajustamento pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para resolver esse problema deve-se linearizar a equação (1). Logo, se P_i é a probabilidade de o indivíduo estar trabalhando, do contrário temos que $(1 - P_i)$ é a probabilidade de o indivíduo não estar trabalhando, assim:

$$1 - P_i = \frac{1}{1 + e^{Z_i}} \quad (3)$$

A equação (3) também pode ser escrita da seguinte forma:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{Z_i}}{1 + e^{-Z_i}} = e^{Z_i} \quad (4)$$

Obtêm-se, portanto, a razão das chances de o indivíduo estar trabalhando em contraposição ao indivíduo não estar trabalhando ($1/1-P_i$).

Entretanto, ao se calcular o logaritmo natural da equação (4), tem-se:

$$L_i = \ln \left(\frac{P_i}{1 - P_i} \right) = Z_i \quad (5)$$

A razão entre as chances passa a ser linear, tanto para X quanto também para os demais parâmetros da equação. A equação L_i é, portanto, denominada de modelo *logit*.

Entretanto, esse ainda não é o resultado. O próximo passo é encontrar o efeito parcial de cada uma das variáveis. Para isso, é preciso encontrar a função de densidade de probabilidade, ou seja, é preciso derivar a função de distribuição cumulativa⁴. Vale ressaltar que o efeito marginal depende do valor dos regressores. Os resultados do modelo *logit* serão apresentados na próxima seção.

3. Resultados

Para responder os objetivos deste artigo a análise dos resultados foi dividida em duas partes. A primeira apresenta, através de uma análise descritiva dos dados, o perfil do trabalhador sul-mato-grossense. A segunda utiliza o modelo econométrico *logit* para calcular, com base em determinadas características desse indivíduo, a probabilidade de ele estar trabalhando.

3.1. Análise Descritiva

Para que haja melhor percepção a respeito do trabalhador sul-mato-grossense, a seguir apresentam-se informações que quantificam a distribuição das características desses, de acordo com os dados coletados pela PNAD 2015. Essas informações estão divididas em três subseções. A primeira apresenta as características pessoais da população em geral, a segunda apresenta as características relacionadas ao mercado de trabalho e a terceira compara as características dos indivíduos que estavam trabalhando com as características dos indivíduos que não estavam.

⁴ Para fazer os cálculos foi utilizado o programa *STATA*.

3.1.1. Características pessoais da população

Sendo o trabalhador a variável chave deste estudo, logo, a porcentagem de indivíduos que disseram estar ocupados na semana da coleta dos dados foi de 93,81%, enquanto os outros 6,19% estavam desocupados. Variáveis como renda e idade, apresentam-se respectivamente da seguinte maneira: a renda mensal domiciliar média era de R\$ 3.947,61 e a idade média aproximada foi de 33 anos. No que diz respeito ao gênero (sexo), 49,39% dos indivíduos declararam ser do sexo masculino, enquanto 50,61% declararam ser do sexo feminino.

Ao se analisar a população de acordo com a autodeclarada cor ou raça, percebe-se que a população sul-mato-grossense apresenta certa miscigenação entre povos. Porém, a cor parda, que representa 48,39% dos indivíduos, seguida da cor branca, que representa 45,25%, são as que representam a maior parte da população (mais de 90%). Em seguida, em menores proporções, tem-se os indivíduos que se autodeclararam da cor ou raça preta (5,1%), amarela (0,8%) e os indígenas (0,47%).

Outro aspecto interessante é a distribuição da população em termos de relação conjugal. De acordo com os dados pode-se observar que, em sua maioria, as pessoas se encontram solteiras, o que representa 78,67% da população. O restante divide-se entre divorciados (8,54%), viúvos (8,54%), casados (2,82%), e, por fim, os separados (2,07%).

Com relação ao número de dependentes, foi calculado a porcentagem de indivíduos que afirmaram conviver em seu domicílio com crianças (dependentes) menores de 12 anos, podendo estas crianças assumir o papel de filhos, irmãos, primos, familiares, dentre outros. Assim, 51,48% dos indivíduos entrevistados responderam não conviver com crianças menores de 12 anos, 28,75% conviviam com pelo menos uma criança, 14,14% com duas crianças, 4,17% com três crianças, 0,96% com quatro crianças e 0,5% conviviam com até cinco crianças no mesmo domicílio.

É de grande importância a análise desta variável, uma vez que, conviver com crianças menores de 12 anos no mesmo domicílio pode se tornar uma externalidade quanto à produção do trabalhador, principalmente nos casos em que os responsáveis legais dessas crianças necessitam manter vínculo empregatício. Como estas crianças são dependentes e necessitam de cuidados e atenção, além, é claro, das necessidades básicas de saúde, alimentação, e vestuário, tudo isso acaba influenciando direta ou indiretamente sobre os demais membros da residência.

A Tabela 1 apresenta a escolaridade dos indivíduos sul-mato-grossenses, em anos de estudo.

Tabela 1 - Anos de escolaridade dos indivíduos de Mato Grosso do Sul

Ano(s)	%
0	18,87
1	3,12
2	3,95
3	4,40
4	8,35
5	6,12
6	4,65
7	4,28
8	7,83
9	3,05
10	2,53
11	17,72
12	1,97
13	1,42
14	1,98
15	9,75
Total	100,00

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Esta variável mostra o tempo, em anos, de frequência à escola. Entretanto, analisando somente essa variável não é possível estabelecer se os anos correspondem ou não a determinados graus de ensino, ou seja, não sabemos se, por exemplo, nove anos de estudo corresponde realmente ao nono ano do ensino fundamental. As quantidades que apresentam maior incidência são onze anos de estudo, com 17,72% e quinze anos de estudo, com 9,75%.

Para complementar esta informação, e dar mais clareza no que diz respeito ao nível de educação dos sul-mato-grossenses, a Tabela 2 expõe os níveis de educação dos indivíduos em nível de aprendizado, ou seja, qual o grau mais elevado de estudo que estes tiveram acesso.

Tabela 2 - Distribuição dos indivíduos de Mato Grosso do Sul por curso mais elevado que frequentou anteriormente

Curso	%
Elementar (primário)	12,62
Médio 1º ciclo (ginásio, etc.)	2,42
Médio 2º ciclo (científico, clássico, etc.)	1,57
Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	32,64
Regular do ensino médio ou do 2º grau	28,05
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1,67
Educação de jovens e adultos ou supletivo de ensino médio ou do 2º grau	2,09
Superior de graduação	17,00
Mestrado ou doutorado	1,16
Alfabetização de jovens e adultos	0,08
Creche	0,44
Classe de alfabetização	0,08
Maternal, jardim de infância, etc.	0,18
Total	100,00

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Com esta informação mais precisa no que tange ao grau de educação, percebe-se que em sua maior parte o estado apresenta um baixo nível de desenvolvimento educacional, sendo que os que cursaram o regular do ensino fundamental são 32,64%, que, somados aos que cursaram o regular do ensino médio (28,05%) representam mais da metade da população do estado.

O nível de ensino superior de graduação (17%) é relevante, mas indica que poucas pessoas dão continuidade aos estudos após finalizar o ensino médio, não se engajando em um grau maior de aperfeiçoamento. Este é o caso, por exemplo, do nível percentual de pessoas com mestrado ou doutorado (1,16%). Em compensação, a taxa de pessoas que possuem apenas alfabetização é muito próxima de zero (0,08%).

3.1.2. Características do mercado de trabalho

Esta subseção apresenta, através de algumas variáveis específicas, características relacionadas ao mercado de trabalho, como se dá a ocupação entre os setores, assim como a distribuição das atividades neste mercado.

A primeira variável a ser analisada é a jornada de trabalho, em horas semanais, cumprida pelos trabalhadores. De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 2000), o indivíduo pode trabalhar, no máximo, 44 horas semanais. No entanto, devido a fatores de necessidade e dada as características do mercado, a exemplo do trabalho informal, esse limite estabelecido muitas vezes é excedido. Os dados mostram que, em 2015, 5,69% dos indivíduos trabalhavam até 14 horas semanais, 19,71% trabalhavam entre 15 e 39 horas, 42,55% entre 40 e 44 horas (tempo limite estipulado pela CLT), enquanto 18,14% trabalhavam entre 45 e 48 horas e 13,92% trabalhavam 49 horas ou mais.

São inúmeros os fatores que podem contribuir para essa condição de excesso de horas trabalhadas, não podendo assim afirmar que esses 32,06% dos indivíduos que trabalham além das 44 horas semanais sofrem com o descumprimento das leis, uma vez que horas de trabalhos adicionais podem ser consideradas horas extras, e devem ser remuneradas à parte do salário contratual.

Outra característica a ser destacada é a ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho. A Tabela 3 mostra como se dividem os trabalhadores sul-mato-grossenses.⁵ Os trabalhadores com carteira assinada representam o maior grupo, com 38,17%. Estes estão assegurados pela CLT, e, por vez, possuem maior prospecção de auxílios futuros.

⁵ De acordo com a PNAD 2015, essa variável tem uma amostra de 3.060 observações.

Tabela 3 - Quantidade de indivíduos de Mato Grosso do Sul distribuídos por áreas de ocupação

Área de ocupação	%
Emprego com carteira de trabalho assinada	38,17
Militar	1,08
Funcionário público estatutário	8,66
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	13,69
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2,61
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,77
Conta própria	20,62
Empregador	5,78
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,88
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16
Não remunerado	1,57
Total	100,00

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Como o segundo maior contingente no mercado de trabalho, figuram os trabalhadores por conta própria (20,62%). Estes, em sua maioria, são prestadores de serviço, e se tornam Microempreendedores Individuais (MEI), regularizados diante do estado por meio da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a terceira maior parte da distribuição estão outros trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, com 13,69%, que ocupam os setores de trabalho informal, sem garantias futuras e sem maiores chances de crescimento promocional de cargos, uma vez que a maior parte desses trabalhadores estão posicionados em pequenas empresas.

Já os outros 27,51% dividem-se entre serviços militares (exército, marinha e aeronáutica), funcionários públicos estatutários (que conseguem estabilidade após três anos de efetivado), trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada, empregadores (que contratam trabalhadores mediante remuneração), trabalhadores que produzem para o próprio consumo, trabalhadores da construção para o próprio uso (este com a menor parcela dentre todas as ocupações, 0,16%) e, por fim, os trabalhadores não remunerados.

A Tabela 4 também analisa a posição de ocupação, mas, neste caso, podemos observar como os trabalhadores se distribuem de acordo com o gênero, cor ou raça, estado civil e anos de estudo. Observa-se, por exemplo, que os homens são os que possuem percentual maior de carteira assinada (66,95%), de trabalho por conta própria (64,03%) e de empregadores (74,58%). As cores branca e parda são as que mais se destacam, entretanto, elas variam de acordo com a posição de ocupação. Além disso, os funcionários públicos possuem o maior percentual em termos de anos de escolaridade (53,58% possuem 15 anos de escolaridade). Por fim, a maioria dos militares (94,44%) é solteira.

Tabela 4 – Posição de ocupação por gênero, cor ou raça autodeclarada, anos de estudo e estado civil, em porcentagem

Posição na ocupação	Gênero		Cor ou raça autodeclarada				
	Masculino	Feminino	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
Emprego com carteira de trabalho assinada	66,95	33,05	0,17	46,58	5,99	0,26	47,00
Militar	93,94	6,060	0,00	45,45	3,03	0,00	51,52
Funcionário público estatutário	37,36	62,64	1,13	50,94	4,15	3,40	40,38
Outro emprego sem carteira de trabalho assinada	63,48	36,52	0,95	44,39	5,49	1,19	47,97
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	5,00	95,00	0,00	41,25	1,25	0,00	57,50
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	6,16	93,84	0,68	28,08	13,70	0,00	57,53
Conta própria	64,03	35,97	0,32	43,90	6,50	0,48	48,81
Empregador	74,58	25,42	0,00	68,93	0,56	3,39	27,12
Trabalhador na produção para o próprio consumo	22,73	77,27	1,14	42,05	9,09	2,27	45,45
Trabalhador na construção para o próprio uso	60,00	40,00	0,00	20,00	0,00	20,00	60,00
Não remunerado	35,42	64,58	0,00	56,25	0,00	0,00	43,75
Total	57,75	42,25	0,42	46,34	5,75	0,95	46,54

Posição na ocupação	Anos de estudo			Estado civil				
	8 anos	11 anos	15 anos	Solteiro	Casado	Separado	Divorciado	Viúvo
Emprego com carteira de trabalho assinada	8,93	30,9	11,67	82,83	4,16	2,86	8,71	1,43
Militar	9,09	39,39	24,24	94,44	5,56	0,00	0,00	0,00
Funcionário público estatutário	4,53	24,53	53,58	69,84	3,97	3,97	16,67	5,56
Outro emprego sem carteira de trabalho assinada	11,72	22,73	13,64	89,19	1,35	1,35	6,42	1,69
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	18,75	20,00	2,50	62,22	2,22	8,89	15,56	11,11
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12,5	15,97	0,69	70,19	5,77	2,88	10,58	10,58
Conta própria	11,15	23,25	10,51	72,75	4,76	2,12	14,02	6,35
Empregador	6,21	28,25	36,72	68,66	4,48	2,99	17,91	5,97
Trabalhador na produção para o próprio consumo	7,95	7,95	1,14	60,00	4,44	8,89	11,11	15,56
Trabalhador na construção para o próprio uso	40,00	20,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00
Não remunerado	10,42	18,75	10,42	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9,70	25,73	15,83	79,06	3,82	2,76	10,45	3,92

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Outra variável importante de ser analisada é o grupamento de atividade principal em que estão subdivididos os trabalhadores, apresentado na Tabela 5⁶.

Tabela 5 - Grupamento de atividade principal de Mato Grosso do Sul

Grupamento	%
Agrícola	15,98
Outras atividades industriais	0,69
Indústria de transformação	9,61
Construção	9,71
Comércio e reparação	18,30
Alojamento e alimentação	4,12
Transporte, armazenamento e comunicação	5,00
Administração pública	6,63
Educação, saúde e serviços sociais	11,50
Serviços domésticos	7,39
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,18
Outras atividades	6,90
Total	100,00

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

De acordo com esta variável, temos a organização dos grupos de empreendimentos do trabalho principal dos indivíduos na semana de referência. O grupamento de atividades do comércio e reparação apresenta a maior alocação de trabalhadores no estado (18,30%) já que o setor terciário (comércio e prestação de serviços) é representante de uma vasta gama de atividades, que complementam os setores primário e secundário (produção de matéria prima e indústria de transformação).

As atividades do grupamento agrícola (15,98%) representam a segunda maior ordenação de trabalhadores, uma vez que a economia do estado sofre grande impacto decorrente da produção primária, através do cultivo de grandes lavouras e da pecuária. Na sequência temos a educação, saúde e serviços sociais (11,50%), a indústria de transformação (9,61%), a construção (9,71%) e os serviços domésticos (7,39%).

A Tabela 6 também analisa o grupamento de atividade principal. Neste caso, podemos observar como os trabalhadores se distribuem de acordo com o gênero, cor ou raça, estado civil e anos de estudo.

⁶ De acordo com a PNAD 2015, essa variável tem uma amostra de 3.060 observações.

Tabela 6 – Grupamento de atividade principal por gênero, cor ou raça autodeclarada, anos de estudo e estado civil, em porcentagem

Grupamento de atividade principal	Gênero		Cor ou raça autodeclarada				
	Masculino	Feminino	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda
Agrícola	76,48	23,52	0,82	44,99	6,34	0,61	47,24
Outras atividades industriais	90,48	9,52	0,00	47,62	14,29	0,00	38,10
Indústria de transformação	59,52	40,48	0,34	43,88	7,14	0,68	47,96
Construção	97,31	2,69	0,34	37,04	9,43	0,34	52,86
Comércio e reparação	60,18	39,82	0,00	47,86	5,36	1,07	45,71
Alojamento e alimentação	41,27	58,73	0,00	45,24	2,38	0,00	52,38
Transporte, armazenamento e comunicação	89,54	10,46	0,65	51,63	1,96	0,00	45,75
Administração pública	60,59	39,41	0,99	48,28	5,91	2,46	42,36
Educação, saúde e serviços sociais	22,44	77,56	0,57	54,26	3,13	1,70	40,34
Serviços domésticos	5,75	94,25	0,44	32,74	9,29	0,00	57,52
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	38,28	61,72	0,78	45,31	3,13	2,34	48,44
Outras atividades	56,87	43,13	0,00	58,77	4,27	1,42	35,55
Total	57,75	42,25	0,42	46,34	5,75	0,95	46,54

Grupamento de atividade principal	Anos de estudo			Estado civil				
	8 anos	11 anos	15 anos	Solteiro	Casado	Separado	Divorciado	Viúvo
Agrícola	11,25	13,7	3,07	81,25	3,47	3,82	6,25	5,21
Outras atividades industriais	0,00	52,38	19,05	91,67	0,00	0,00	8,33	0,00
Indústria de transformação	3,87	31,4	8,87	80,34	5,06	1,69	8,99	3,93
Construção	12,16	15,88	6,76	83,33	3,33	1,43	10,48	1,43
Comércio e reparação	11,67	35,91	9,69	84,12	3,34	0,84	9,19	2,51
Alojamento e alimentação	13,60	25,60	4,00	68,00	7,00	6,00	9,00	10,00
Transporte, armazenamento e comunicação	9,21	34,21	6,58	80,49	1,22	2,44	14,63	1,22
Administração pública	8,37	30,05	37,93	71,70	2,83	4,72	16,04	4,72
Educação, saúde e serviços sociais	2,56	22,73	49,15	72,83	5,43	4,89	14,67	2,17
Serviços domésticos	14,73	17,41	1,34	67,79	4,7	4,7	12,08	10,74
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8,59	39,06	13,28	81,71	3,66	1,22	10,98	2,44
Outras atividades	6,16	25,59	37,44	83,82	2,21	1,47	11,03	1,47
Total	9,70	25,73	15,83	79,06	3,82	2,76	10,45	3,92

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Observa-se, por exemplo, que os homens trabalham mais na construção (97,31%) e em outras atividades industriais (90,48%), enquanto as mulheres predominam no serviço doméstico (94,25%). As cores branca e parda são as que mais se destacam, mas variam de acordo com o grupamento de atividade principal. Além disso, boa parte dos indivíduos que trabalham na administração pública (37,93%) e na educação, saúde e serviços sociais (49,15%) possuem 15 anos de escolaridade. Por fim, as pessoas solteiras representam a maioria dos indivíduos distribuídos nesses grupos de atividade.

3.1.3. Comparação: características dos indivíduos que estavam e que não estavam trabalhando

A Tabela 7 apresenta a distribuição dos indivíduos que estavam e que não estavam trabalhando de acordo com as variáveis sexo, cor ou raça, estado civil, anos de estudo, curso mais elevado que frequentou e convivência com crianças menores de 12 anos no mesmo domicílio⁷.

Tabela 7 - Distribuição das características dos indivíduos ocupados e desocupados em Mato Grosso do Sul (%)

Característica		Ocupado	Desocupado
Sexo	Masculino	57,75	42,57
	Feminino	42,25	57,43
Cor ou raça	Indígena	0,42	0,50
	Branca	46,34	39,60
	Preta	5,75	6,44
	Amarela	0,95	
	Parda	46,54	53,47
Estado Civil	Solteiro	79,06	91,98
	Casado	3,82	1,85
	Separado	2,76	1,23
	Divorciado	10,45	4,32
	Viúvo	3,92	0,62
Anos de estudo	0 ano	4,98	4,98
	11 anos	25,73	26,87
	15 anos	15,83	5,47
Curso mais elevado que frequentou	Reg. Ensino fundamental	33,83	45,39
	Reg. Ensino médio	30,85	38,16
	Superior de graduação	20,42	11,18
Conviver com crianças menores de 12 anos no mesmo domicílio	Nenhuma	60,92	52,97
	01 Criança	26,08	30,69
	02 Crianças	9,97	12,38
	03 Crianças	2,48	2,48
	04 Crianças	0,36	1,49
	05 Crianças	0,20	0

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

⁷ Do total de 3.262 indivíduos da amostra da PNAD 2015 que responderam à pergunta “Condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade”, 93,81% (3.062 pessoas) responderam que estavam ocupados e 6,19% (202 pessoas) responderam que estavam desocupados.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 7, percebe-se que as características particulares dos indivíduos fazem com que estes apresentem diferentes proporções de ocupação e desocupação no mercado de trabalho. Nota-se, por exemplo, que a maioria dos indivíduos ocupados são do sexo masculino (57,75%), enquanto a maioria dos desocupados são do sexo feminino (57,43%).

Ao se analisar o aspecto cor e raça, observa-se que as cores branca e parda possuem, praticamente, o mesmo número de indivíduos, 46,34% e 46,54% respectivamente, enquanto a cor parda é predominante entre os desocupados (53,47%).

Para melhor entendimento da característica escolaridade, foram analisadas duas variáveis distintas, anos de estudo e o curso mais elevado que frequentou (na Tabela 7 apresentam-se apenas os três aspectos mais influentes de cada variável). A primeira revela que a maior parte tanto da população ocupada quanto da população desocupada aparece com onze anos de estudo frequentado, implicando assim na segunda variável, a qual indica que em sua maioria os indivíduos têm como curso mais elevado que frequentou o ensino fundamental, com 33,83% para os ocupados e 45,39% para os desocupados. O número de indivíduos que frequentou até o nível superior de graduação é maior para o grupo dos ocupados (20,42% contra 11,18%). Por último, os dados revelam que mais da metade dos ocupados e desocupados não convive com nenhuma criança menor de 12 anos (60,92% e 52,97% respectivamente).

Ainda existem outras características que são de grande importância para o mercado de trabalho no estado. Variáveis que também são encontradas na PNAD 2015 mostram que 68,64% dos empregados possuíam carteira de trabalho assinada, apenas 17,33% dos empregados possuíam vínculo sindical e 36,67% não contribuía com a previdência social. Além disso, a média de idade dos indivíduos que trabalharam na semana de referência foi de 33 anos e sua renda média foi de R\$ 3.994,85.

3.2. Resultados do modelo econométrico

Como visto anteriormente, um dos objetivos deste artigo é, com base em determinadas características do indivíduo, calcular a probabilidade de ele estar trabalhando. Uma forma de se fazer isso é utilizando o modelo *logit*. A Tabela 8 mostra os resultados da estimação do modelo *logit*, em que a variável dependente é uma variável binária que indica se o indivíduo trabalhou, ou não, na semana de referência da pesquisa.

Nesta tabela são apresentados os efeitos marginais no ponto médio das variáveis explicativas (gênero, idade, idade ao quadrado, cor ou raça, estado civil, crianças com menos de 12 anos e anos de escolaridade) em razão da variável dependente *trabalho*, com base nos dados fornecidos pela PNAD 2015⁸. Dessa forma, a segunda coluna da Tabela 8 mostra o efeito marginal no ponto médio da variável independente em questão, sobre a probabilidade de o indivíduo estar trabalhando na semana de referência.

Tabela 8 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de estar trabalhando

Variável	Efeito Marginal	Erro Padrão	Odds Ratio
Masculino	0,035142*	0,01067	1,802147
Idade	0,0060395**	0,00212	1,111157
Idade²	-0,0000351	0,00003	0,999387
Branco	0,01004	0,00989	1,193430
Casado	0,0162375	0,02665	1,380604
Criança menor de 12 anos	-0,0041965	0,00557	0,929379
Anos de escolaridade	0,003277**	0,00136	1,058859

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Nota: *significante a 1%; **significante a 5%; número de observações = 2.041.

Conforme apresentado na Tabela 8, as variáveis gênero, idade e anos de escolaridade são estatisticamente significantes. Com relação aos sinais, as variáveis idade ao quadrado e quantidade de crianças menores de 12 anos apresentam um efeito marginal negativo. Individualmente analisadas, as variáveis trazem diferentes impactos sobre a probabilidade de o indivíduo estar trabalhando. Com relação a variável gênero, a probabilidade de os homens estarem trabalhando é 3,51 pontos percentuais (p.p.) maior do que das mulheres.

Outra variável importante a ser analisada é a escolaridade, isso porque, como se observou na literatura, espera-se que quanto maior a escolaridade do indivíduo, melhor o seu resultado no mercado de trabalho, o que poderia aumentar a probabilidade de ele estar trabalhando. Ao se analisar a variável anos de estudo, pode-se observar que o seu coeficiente é positivo, o que está de acordo com o esperado.

Outra forma de apresentar o impacto dessas variáveis é através da razão de chances (*odds ratio*), que se encontra na quarta coluna. Com relação a variável gênero, observa-se que a chance de um indivíduo do sexo masculino estar trabalhando é 80,21% maior do que a chance de uma mulher. Além disso, um ano a mais de escolaridade aumenta a chance de o indivíduo estar trabalhando em 5,9%.

⁸ Outras especificações para esse modelo podem ser encontradas no apêndice do artigo.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo inicial analisar o perfil do trabalhador no estado de Mato Grosso do Sul e, em seguida, com base em determinadas características do indivíduo, calcular a probabilidade de ele estar trabalhando.

Os resultados encontrados mostram que a maioria dos indivíduos ocupados são do sexo masculino, enquanto a maioria dos desocupados são do sexo feminino.

Há diferentes posições de ocupação, sendo a situação de emprego com carteira de trabalho assinada a que apresenta maior proporção. Além disso, existe grande diversificação das atividades econômicas no estado, não havendo, portanto, apenas uma matriz econômica geradora de renda.

Com relação a aplicação do modelo econométrico, os resultados mostraram que as pessoas do sexo masculino têm maior probabilidade de estarem empregadas quando comparado as pessoas do sexo feminino com as mesmas características.

A escolaridade também é um determinante positivo para a condição do indivíduo estar trabalhando, dado que o efeito marginal desta afeta positivamente a probabilidade de o indivíduo estar inserido no mercado de trabalho. A variável escolaridade acabou corroborando o que apresenta a Teoria Econômica, que implica que quanto maior o nível de aperfeiçoamento do indivíduo, melhor serão suas condições de manter um vínculo empregatício.

Este trabalho veio para suprir uma lacuna existente sobre a caracterização do mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, já que apresentou resultados importantes sobre suas características, em especial as variáveis que afetam a probabilidade de um indivíduo se inserir nesse mercado.

Uma limitação deste trabalho é que a variável ocupação foi analisada como uma grande categoria, sem levar em consideração que trabalhadores em diferentes ocupações podem ter perfis diferentes. Sendo assim, para futuras pesquisas, sugere-se a utilização de um modelo multinomial.

Referências

- BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho (CLT)**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Coletânea de Legislação. São Paulo: Atlas, 104º ed., 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Talento e empregabilidade, 2013**. Instituto Chiavenato. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/wp-content/blogs.dir/36/files/2013/08/talento-e-empregabilidade1.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2021.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno; MARTINS, Gilberto de Andrade. Doutores em ciências contábeis: análise sob a óptica da teoria do capital humano. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 532-557, 2010.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Brasília: IBGE/PNAD 2015 (2021). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 27 de maio de 2021.
- MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. **O Público e o Privado**, v. 6, p. 37-56, Fortaleza, 2008.
- NASIR, Zafar Mueen. *An analysis of occupational choice in Pakistan: A multinomial approach*. **The Pakistan Development Review**, v. 44, n. 1, p. 57-79, 2005.
- OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.
- QUEIROZ, Vivian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil. **Revista EconomiA**, v. 10, n. 4, p. 817-848, dezembro de 2009.
- SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441-478, dez. 2001.
- SILVA, Arthur Simão Pereira da; MONSUETO, Sandro Eduardo; PORSSE, Alexandre Alves. Flexibilidade do mercado de trabalho: uma análise comparativa entre segmentos socioeconômicos no Brasil (2002-2009). **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 45, n. 1, 2015.
- SILVA, Ivanilda. Teorias do emprego segundo o enfoque do capital humano, da segmentação e dos mercados internos. **Revista da Fapese**, v. 2, n. 2, p. 129-140, 2006.
- SMITH, Adam [1776]. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STATA CORP. **Stata Statistical Software: Release 13**. College Station, TX: StataCorp LP, 2013.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Apêndice

Tabela A.1 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de estar trabalhando (Especificação 1)

Variável	Efeito Marginal	Erro Padrão	Odds Ratio
Masculino	0,0348689*	0,01046	1,816143
Idade	0,0036047*	0,00038	1,066403
Branco	0,0094261	0,00966	1,184843
Casado	0,0166607	0,02569	1,406025
Criança menor de 12 anos	-0,002919	0,00533	0,949271
Anos de escolaridade	0,0035558*	0,0013	1,065473

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Nota: *significante a 1%; número de observações = 2.041. Esta especificação do modelo difere da Tabela 8 por não apresentar a variável idade ao quadrado.

Tabela A.2 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de estar trabalhando (Especificação 2)

Variável	Efeito Marginal	Erro Padrão	Odds Ratio
Masculino	0,0327156*	0,01087	1,895236
Idade	0,0027431*	0,00042	1,057976
Branco	0,0112369	0,00983	1,263251
Casado	0,0156543	0,02179	1,453420
Criança menor de 12 anos	-0,0038715	0,0051	0,923541
Ensino médio	0,0250356*	0,00945	1,729300
Ensino superior	0,0417434*	0,00967	3,212081

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Nota: *significante a 1%; número de observações = 1.713. Esta especificação do modelo difere da Tabela 8 por não apresentar a variável idade ao quadrado e por substituir a variável ‘Anos de escolaridade’ por uma *dummy* que representa o curso mais elevado que o indivíduo frequentou. A elaboração dessa variável *dummy* foi explicada na metodologia e a *dummy* base é “Ensino Fundamental”.

Tabela A.3 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de estar trabalhando (Especificação 3)

Variável	Efeito Marginal	Erro Padrão	Odds Ratio
Masculino	0,0327975*	0,01093	1,895998
Idade	0,002947	0,00249	1,062298
Idade2	-0,00000281	0,00003	0,999942
Branco	0,0112979	0,00988	1,264317
Casado	0,0156495	0,02185	1,452028
Criança menor de 12 anos	-0,0039491	0,00519	0,922207
Ensino médio	0,025048*	0,00947	1,727939
Ensino superior	0,0417213*	0,0097	3,199742

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da PNAD 2015.

Nota: *significante a 1%; número de observações = 1.713. Esta especificação do modelo difere da Tabela 8 por substituir a variável ‘Anos de escolaridade’ por uma *dummy* que representa o curso mais elevado que o indivíduo frequentou. A elaboração dessa variável *dummy* foi explicada na metodologia e a *dummy* base é “Ensino Fundamental”.

Relações entre o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família

Relationship between the Eradication of Child Labor Program and the Bolsa Família Program

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.885>

Mirian Regina de Oliveira¹
Lucas Casonato²

Resumo: Este artigo discute as relações entre os dois maiores programas socioeconômicos brasileiros que têm servido no combate ao trabalho infantil: o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Família (PBF). Do ponto de vista econômico, a teoria do Capital Humano tem enfatizado a importância da instrução nas primeiras etapas educacionais, visto que ela serve de base ao próprio processo de aprendizagem futuro. No Brasil, o trabalho infantil tem raízes históricas, na própria formação de sua economia, mas a intensificação no seu combate, do ponto de vista econômico, só ocorreu com a transferência de renda, começando em 1996 com a criação do PETI. Essa luta foi aprimorada em 2001 com a criação do Bolsa Escola, em 2003 com o surgimento do PBF, e em 2005 pela integração entre PETI e o PBF. Neste contexto, o trabalho discute por meio de revisão bibliográfica o problema do trabalho infantil e as iniciativas brasileiras para combatê-lo com base nos pontos em comum identificados entre esses programas: a evolução institucional, os incentivos econômicos de curto prazo e as relações entre os dois maiores programas que uniram os benefícios de curto e longo prazo por meio da transferência de renda condicionada à presença escolar – PETI e PBF.

Palavras-chave: Trabalho infantil; PETI; PBF; Programas sociais; Transferência de renda condicionada.

Abstract: This article debates the relations existing between the two largest Brazilian socioeconomic programs that have served to combat child labor: Erradicação do Trabalho Infantil Program (PETI) and the Bolsa Família Program (PBF). From an economic point of view, the theory of Human Capital has emphasized the importance of instruction in the first educational stages since it serves as the basis for the future learning process itself. In Brazil, child labor has historical roots, in the formation of its economy, but the intensification of its struggle, from an economic point of view, only occurred with the transfer of income, starting in 1996 with the creation of PETI. This effort was improved in 2001 with the creation of Bolsa Escola, in 2003 with the emergence of the PBF, and 2005 through the integration between PETI and the PBF. In this context, the paper discusses, through a bibliographic review, the problem of child labor and Brazilian initiatives to combat it based on the common points identified among these programs: institutional evolution, short-term economic incentives, and the relationships between the two largest programs that have combined the short and long term benefits through income transfer conditioned to school presence – PETI and PBF.

Keywords: Child labor; PETI; PBF; Social programs; Conditional cash transfer.

Artigo recebido em 8/9/2020. Aceito em 15/5/2021.

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESPPR). E-mail: m.oliveira0101@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-002-2395-3205>

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e da FESPPR. E-mail: casonato.economia@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1280-3049>

Introdução

O trabalho infantil é um problema social que materializa diversas condições associadas às famílias envolvidas: situação de pobreza, falta de oportunidades, exploração das crianças, subversão da infância, *etc.* Para além desse ponto de vista social, o olhar econômico também reprovava o prejuízo causado pelo trabalho à educação infantil com base na teoria do Capital Humano, como mostra Ramos (2015): pelos efeitos diretos nos anos de estudo das crianças, pela diminuição da capacidade futura de aprendizagem, ou ainda por conta do ciclo vicioso de pobreza que pode estar continuando nessa geração ou impondo à próxima.

As vantagens atribuídas à educação e ao lazer na primeira infância são conquistas recentes na história, visto que há poucos séculos o trabalho de crianças tinha lugar comum na sociedade. No Brasil, não foi antes do século XX que essas preocupações entraram na agenda pública, visto que sua própria formação econômica até ali estivera alicerçada no sistema escravista (FURTADO, 1995).

Com o passar do tempo, a conscientização da sociedade criminalizou o trabalho infantil, admitindo-o como prejudicial ao desenvolvimento intelectual e social, promovendo toda uma reforma institucional por meio de leis que condenaram este tipo de labor e defenderam o direito de crianças e adolescentes. Segundo Mattoso (2002), foi a partir da Constituição de 1988 que o governo assumiu a postura de defender a infância, criando mecanismos jurídicos que permitissem as políticas públicas atuar com o propósito de erradicar o trabalho infantil.

Se as iniciativas institucionais só tomaram forma em período recente, os incentivos econômicos que entenderam a situação socioeconômica do trabalho infantil, o de complementar a renda das famílias para que mantenham as crianças afastadas do labor, estiveram ainda mais atrasados porque só surgiram em nível nacional há cerca de 30 anos. A primeira política pública neste sentido foi o Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal em 1996, com a proposta de, entre outras coisas, transferir renda aos seus beneficiários. Essa proposta alinhou a situação dos aflitos em busca do trabalho infantil com a necessidade de preservar-lhes uma renda mínima e apoio escolar. Na sequência, veio o Bolsa-Escola em 2001 e, logo em seguida, em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF), que o abrangeu. Estes dois últimos também pautados no oferecimento de condições econômicas mínimas aos seus beneficiários, mas condicionadas à frequência escolar dos jovens.

A existência das mais diversas mazelas sociais não enfrentadas pela sociedade ou pelas políticas públicas permitem a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Para além das consequências já destacadas, tal aproximação coloca esses jovens em situações de maior risco à exploração ou violência (MATTOSO, 2002). Por isso, a preocupação com o trabalho infantil acabou sendo integrada à luta contra a desigualdade socioeconômica por meio da integração entre o PETI e o PBF em 2005. Logo, é possível afirmar que a questão econômica, entre todas as causas do labor na infância, foi alçada à posição de prioridade pela política pública. Desta forma, a continuidade do trabalho infantil no cenário brasileiro pode ser associada a políticas públicas ineficazes no âmbito da educação e da distribuição de renda.

Com base nessas considerações, levanta-se o seguinte problema de pesquisa que norteia este artigo: qual a relação entre o PETI e o PBF como políticas públicas que atendem no combate ao trabalho infantil? Essa questão interessa porque esses programas surgiram em contextos diferentes e com objetivos distintos, mas acabaram integrados pelo ponto comum aos seus beneficiários, a pobreza.

Este artigo tem como objetivo discutir as relações entre o PETI e o PBF, os dois maiores programas socioeconômicos brasileiros que têm servido no combate ao infantil. Nota-se que as ações previstas pelos programas PETI e PBF procuram possibilitar o desenvolvimento socioeconômico das famílias beneficiadas, notadamente por afastá-las da linha de extrema pobreza. A esperança é que isto reduza os índices de trabalho precoce, uma vez que os jovens alcançados por meio de tais iniciativas sejam inseridos em ambiente escolar, no curto prazo, e integrem a força de trabalho no longo prazo com maior qualificação.

A pesquisa justifica-se como forma de ajudar na compreensão sobre as potencialidades das políticas socioeconômicas no combate ao trabalho infantil, visto que o problema persiste na sociedade brasileira. Segundo dados de 2015, embora os números do trabalho infantil no Brasil tenham caído pela metade nas duas últimas décadas, ainda há 2,4 milhões de criança sujeitas a essa situação e seus agravantes (IBGE, 2015).

O trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica, buscando discutir a evolução do combate ao trabalho infantil no Brasil, da transformação institucional à adoção de políticas de transferência de renda condicionada. A partir disso são apontados e analisados os pontos em comum entre o PETI e o PBF, enquanto políticas mais recentes de manutenção dos jovens fora do ambiente de trabalho.

O restante do artigo está dividido da seguinte maneira: a segunda seção apresenta a problemática do trabalho infantil e as mudanças institucionais realizadas no país para combatê-la; na terceira seção é feita uma contextualização sobre políticas socioeconômicas, em especial com relação à dicotomia entre universalização e focalização, para apresentar os programas PETI e PBF; a quarta seção é dedicada à análise desses dois programas. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

1. A questão do trabalho infantil e seu combate no Brasil

O trabalho infantil iniciou-se no Brasil no período de colonização, quando crianças indígenas e negras realizavam trabalhos nas fazendas ainda em idade muito tenra. Lopes (2015) destaca que as crianças escravas já eram precificadas conforme suas habilidades, como lavar, passar, pastorear, *etc.* Aos doze anos de idade as crianças escravas já eram consideradas adultas, e carregavam consigo a profissão por sobrenome.

No Brasil, o crescimento do trabalho infantil a partir do século XIX foi devido, em parte, a chegada dos efeitos da revolução industrial. Proprietários de fábricas instaladas no país, especialmente em São Paulo, constataram que crianças e adolescentes representavam mão de obra mais barata, de fácil adaptação e com baixo poder reivindicativo. A prática continuaria no século XX, instigada por fatores como o crescimento econômico, o aumento populacional, a acentuação da desigualdade de renda, dentre outros, empurrando as crianças ao trabalho (LOPES, 2015).

Se antes sua verificação era mais explícita, hoje muito se encontra travestida de auxílio ao lar, uma vez que a elas destinam-se trabalhos diversos como os de babás, empregadas domésticas, para além das situações facilmente identificadas como vendedoras ambulantes ou flanelinhas. Mas, fato é que problema do trabalho precoce persiste, uma vez que mais de dois milhões de crianças encontram-se nessa situação (IBGE, 2015).

1.1. Causas do trabalho infantil

Denomina-se trabalho infantil toda e qualquer forma de trabalho, remunerado ou não, exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima permitida para o trabalho conforme a legislação de cada país, com a finalidade de sustento individual ou familiar (VIER, 2014). No Brasil a idade mínima para trabalhar é de dezesseis anos de idade, salvo no caso excepcional de menor aprendiz em que se permite o início laboral aos quatorze (FERRO; KASSOUF, 2005).

O trabalho infantil está diretamente relacionado à pobreza e má distribuição de renda ao longo dos anos, uma vez que crianças e adolescentes são inseridos no mercado de trabalho como fuga à miséria, visto que os provedores de seus lares mal ganham para alimentar a casa. Diante de tal realidade, tais jovens se submetem, espontaneamente ou não, aos mais diversos tipos de atividades laborais como forma de complemento de renda familiar. Estas ocupações são amplas, e vão desde os trabalhos domésticos, passando pela realização de tarefas permitidas por leis aos adultos, até a inserção em atividades criminosas (MATTOSO, 2002).

Nesta perspectiva de Basu e Tzannatos (2003, *apud* KASSOUF, 2015), a pobreza está entre os fatores determinantes do trabalho infantil. Os autores argumentam que crianças e adolescentes de famílias com renda mais alta, de classe média a alta, dificilmente serão inseridos no mercado de trabalho antes de atingir a maioridade. A diferenciação com relação aos pobres é a condição financeira, que pode lhes proporcionar certa comodidade e priorizar os estudos dos filhos.

A escolaridade dos pais é outro fator que explica o trabalho infantil, principalmente porque esses anos de estudo são correlacionados a maiores rendas, permitindo que a família possa independe das possíveis rendas geradas no trabalho infantil. Atua aí também a composição familiar, já que o maior número de filhos acaba diminuindo a renda *per capita* familiar, aumentando a probabilidade de os filhos mais velhos serem colocados para trabalhar. Também existem explicações que remetem ao senso comum quanto ao trabalho infantil, uma vez que, interpretado como ocupação formal, pressupõe proteção contra a influência de pessoas ligadas a atividades ilícitas. Da mesma forma, pais que tiveram ocupações na primeira infância tendem a enxergar com maior naturalidade a precoce inserção laboral de seus filhos (KASSOUF, 2015).

1.2. A evolução institucional brasileira no combate ao trabalho infantil

Embora o combate ao trabalho infantil tenha sido formalizado em períodos mais recentes, pode-se atribuir a preocupação com as crianças na legislação brasileira pelo menos desde a década de 1940 na instituição do Código Penal Brasileiro (CPB). O CPB foi instituído via Decreto-Lei nº 2.848 em 07 de dezembro de 1940, no período do Estado Novo, vigorando até os dias de hoje. Nele, foram tratados os direitos de menores no art. 136, em que o parágrafo 3º versa sobre sujeitar uma pessoa que esteja em sua autoridade ou guarda a trabalho inadequado ou excessivo, o que pode resultar em pena de dois meses a um ano de detenção, com a possibilidade de agravante caso o crime seja contra menor de 14 anos de idade (BRASIL, 1940).

Em 1943, quando da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), também foi abordada a questão do trabalho de menores, o que está compreendido entre os artigos 402 e 441, que consideram como menores os indivíduos entre 14 e 18 anos de idade. O artigo 403 determina pela ilegalidade da entrada de menores de 16 anos de idade em qualquer tipo de labor, salvo na condição de Jovem Aprendiz que pode ser iniciada aos 14 anos de idade. Esse caso especial é regulamentado nos artigos 428 e 432 da CLT, mostrando a particularidade no contrato de trabalho especial a que está sujeito: exige-se frequência escolar, carga horária máxima de trabalho e data prévia para o encerramento do contrato (BRASIL, 1943).

A Constituição Federal (CF) do Brasil, promulgada depois de mais de 40 anos dessas iniciativas, em 1988, estabeleceu em seu artigo 227 que família, sociedade e Estado são responsáveis pela proteção e garantia de direito das crianças e adolescentes. Em especial, deve-se “[...] colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 84).

Embora tivesse suas bases lançadas ainda na Assembleia Constituinte de 1987, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) só foi promulgado em 1990, por meio da lei 8.069/90. O estatuto discorre a respeito de alguns tipos de trabalhos proibidos à menores de dezoito anos, como trabalho noturno, insalubre ou perigoso. O artigo 60 proíbe veementemente qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade (BRASIL, 1990).

A partir das décadas do período 1980-1990 a sociedade brasileira pareceu ter tomado ciência da gravidade do trabalho infantil. É a partir daí que se estabelece a necessidade de monitoramento e erradicação dessa prática (MENDONÇA, 2002). A finalidade destas leis não é apenas combater o trabalho infantil, mas garantir o reconhecimento da cidadania das crianças e dos adolescentes, tornando-os sujeitos de direitos. Neste aspecto, a evolução institucional do país mostra que o tema do trabalho infantil se tornou uma questão de direitos humanos.

Logo, a evolução institucional a partir da década de 1940 foi no sentido de dar cada vez maior proteção às crianças e adolescentes, coibindo o trabalho infantil e práticas que colocassem os jovens em risco. Uma vez materializadas sob a Constituição Federal de 1988, as instituições formais brasileiras já estavam em pleno acordo com as demandas institucionais internacionais, que vieram a formalizar o compromisso internacional do Brasil com o fim do trabalho infantil. Desde então, os mecanismos desenvolvidos para afastar crianças e adolescentes têm saído da área jurídica para observar os aspectos econômicos, considerando a condição de pobreza a principal causa do trabalho infantil.

1.2.1. A influência das convenções internacionais na transformação institucional

Um país que se torna membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), compromete-se com a prevenção e erradicação do trabalho infantil, escravidão, prostituição, trabalho forçado e todos os tipos de atividades ilícitas, que sejam prejudiciais a crianças e adolescentes.

O Brasil, por ser membro da OIT, ratificou algumas convenções que discorrem sobre trabalho infantil. Dentre está a Convenção nº 138, ratificada e aprovada no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 139 em 1999, entrando em vigor apenas em 2002 por meio da Lei nº 4.134/02. Essa convenção estabelece que a idade mínima para ingressar no trabalho deve estar vinculada ao final da obrigação escolar, de forma geral aos 16 anos.

Já a Convenção nº 182 da OIT, ratificada em território nacional e entrando em vigor em 2000 por meio do Decreto-Lei nº 3.597/00, normatizou sobre a hierarquia entre as piores formas de trabalho infantil e as ações imediatas para sua extinção. Essa Convenção determinou que menores 18 anos não poderiam ter contato com atividades análogas à escravidão, prostituição, trabalho forçado, tarefas perigosas ou práticas ilícitas, dentre outras.

2. As políticas socioeconômicas de combate ao trabalho infantil no Brasil

Apesar das várias preocupações legais, na década de 1990 o Brasil estava entre os maiores empregadores de trabalho infantil. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a OIT atribuíram ao país uma taxa superior a 10% das ocorrências mundiais das piores formas de trabalho infantil, incluindo aí a prostituição e o tráfico de drogas (SOUZA, 2016). De acordo com Mattoso (2002), tal perspectiva fez com que o Brasil fosse o único país da América Latina a participar do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC).

Adicionalmente, em razão dos índices de pobreza, evasão escolar e trabalho infantil, bem como da alta correlação entre eles, o Estado brasileiro intensificou a discussão sobre políticas sociais para contornar o problema. A ideia centrou-se na distribuição de renda como forma de reduzir a desigualdade social e quebrar o ciclo de pobreza das famílias. Neste período, houve uma mudança na postura estatal, da passiva para a ativa no combate ao trabalho infantil (MARCELINO, 2019).

Porém, essa atuação mais ativa no combate ao trabalho infantil e/ou às desigualdades de renda passaram por uma mudança na agenda das políticas públicas. Esteve em discussão a superação daquelas políticas universais, condizentes com os objetivos da Constituição de 1988 como saúde e educação para todos, para a realização de políticas focalizadas pautadas no direcionamento e eficiência do gasto público.

Segundo Marcelino (2019), a política universalizada é aquela direcionada a todos os indivíduos, sem nenhuma discriminação ou critério para tornar alguém elegível ao benefício. Serve de exemplo o Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal, embora não seja voltado ao combate de problemas sociais específicos, como no caso do trabalho infantil e da desigualdade socioeconômica. A política focalizada se diferencia desta, de acordo com Casonato (2014), pelo processo de restrição dos candidatos elegíveis a partir de determinados critérios. O PBF é uma forma de focalização dos gastos públicos porque direciona os recursos transferidos a pessoas que enquadrem nas condições necessárias para o recebimento das bolsas.

O combate à desigualdade, dentre outros tópicos abordados pelas políticas sociais, vem da compreensão de que algumas questões merecem a interferência direta do Estado, o que enseja o surgimento dessas iniciativas por parte do poder público. Entretanto, associado a isto está a compreensão de que tais metas não são alcançáveis somente por meio de uma estrutura básica oferecida para toda a sociedade, as ações universais. Para tanto, faz-se necessário um direcionamento dos esforços públicos, o que se manifesta no uso de políticas focalizadas.

Nas últimas décadas, o Governo Federal tem apostado nas políticas focalizadas como apoio para solucionar os problemas socioeconômicos. Principalmente porque, a baixo custo, é possível transferir renda diretamente às famílias, o que resolve um problema de curto prazo, a condição de baixa renda. Da mesma forma, a possibilidade de exigir contrapartidas permite, além da justificção social desses gastos, direcionar os beneficiados aos serviços públicos universais para viabilizar as transformações socioeconômicas de longo prazo via educação.

2.1. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

De acordo com Raupp (2007), a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em 1994, com o apoio da OIT e da UNICEF, foi de extrema importância no combate ao trabalho precoce. Principalmente porque essa iniciativa levou à criação do Programa de Erradicação e Prevenção ao Trabalho Infantil dois anos depois, em 1996, tornando-se, à época, o principal programa de combate ao trabalho infantil. Segundo

Alberto *et al.* (2016), o PETI foi iniciado nas carvoarias de Mato Grosso do Sul e posteriormente foi expandido para todo o território nacional, com a proposta de retirar de atividades laborais as crianças e adolescentes de até 15 anos e direcioná-las às escolas.

Em 2011, o PETI passou a integrar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), conjunto de programas assistenciais voltados para as camadas menos favorecidas da sociedade, passando a ter orçamento e benefícios como prerrogativas de lei. De acordo com a LOAS, o PETI é baseado no tripé: “[...] transferência de renda, trabalho social com o núcleo familiar e atividades socioeducativas” (BRASIL, 2015).

Os pré-requisitos para uma família ser elegível ao PETI são: 1) ter renda mensal superior a R\$170,00 *per capita*; 2) possuir filho com idade inferior a 16 anos de idade e em condição de trabalho infantil; 3) estar inscrita no Cadastro Único do Governo Federal. Em contrapartida, como condição para o recebimento do benefício é exigido das famílias que as crianças e adolescentes devem abandonar o labor e manter 85% de frequência escolar. Os valores do benefício concedido dependem do tamanho populacional em que ele é conferido. Para municípios com até 250 mil habitantes, a bolsa é de R\$ 25,00 por jovem inscrito no programa, e em cidades que ultrapassam esse limite populacional o valor sobe para R\$ 40,00 (BRASIL, 2019). De acordo com Raupp (2007), uma criança ou adolescente é desligado do programa por três motivos: (i) ter completado 16 anos de idade; (ii) mudar de município; (iii) descumprir alguma das exigências pré-estabelecidas pelo programa.

2.2. O Programa Bolsa Família (PBF)

O programa Bolsa Família foi criado por meio da Lei 10.836/2004, com o objetivo de atender a duas finalidades básicas: “enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social; promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES; MENDES, 2005, *apud* MARCELINO, 2019, p. 19).

O PBF resultou da unificação de programas de transferência de renda já existentes do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. De acordo com Casonato (2014), a centralização dessas iniciativas em um único programa buscou tornar os gastos sociais mais eficientes. Para Licio *et al.* (2009, *apud* CASONATO, 2014, p. 30) o PBF se tornou o “[...] carro-chefe das políticas sociais”.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PBF é um programa de transferência direta de renda condicionada que visa às famílias extremamente pobres (com renda *per capita* mensal de até R\$ 89,00) e pobres (com renda *per capita* mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00). Para participar do programa, além do cadastro e atendimento ao critério da renda, é necessário o atendimento de algumas condições: i) estar em dia com a carteira de vacinação em crianças até 7 anos de idade; ii) frequência escolar superior a 85% em crianças de 6 a 15 anos, e 75% de frequência escolar para adolescentes de 16 a 17 anos; iii) acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos; iv) participar de atividades educativas, como palestras sobre aleitamento materno, alimentação saudável entre outras (BRASIL, 2019).

O valor da bolsa que cada família recebe varia de acordo com o tipo de benefício em que ela se encaixa: 1) Benefício Básico: importância de R\$89,00 para famílias extremamente pobres, podendo ser complementado com outro benefício do PBF; 2) Benefício Variável: de 0 a 15 anos no valor de R\$41,00 por criança e/ou adolescente com até 15 anos; 3) Benefício Variável à Gestante: quantia de R\$ 41,00 por gestante na família até a conclusão da gravidez; 4) Benefício Variável Nutriz: importância de R\$41,00 por recém nascidos de até 6 meses de idade; 5) Benefício Variável Jovem: valor de R\$48,00 pago por adolescentes entre 16 e 17 anos de idade (BRASIL, 2019).

Na leitura de Raupp (2007), no tocante à educação, as condições de manutenção escolar para o recebimento da renda visam a diminuir os índices de evasão e repetência escolar entre as famílias de baixa renda. Isso é feito aproximando-as do sistema educacional, por meio da obrigatoriedade de um percentual mínimo de frequência.

3. As relações entre o PETI e o PBF

Embora os programas PETI e PBF tenham objetivos distintos, o primeiro compartilha a totalidade de seu público-alvo com o segundo, e ambos como políticas socioeconômicas têm, sob o ponto de vista econômico, agido no combate ao trabalho infantil. Isso ocorre, em primeiro lugar, pelo oferecimento de uma renda básica de curto prazo, que permite algum subsídio das famílias para independerem do labor das crianças e adolescentes. Em segundo lugar, há uma lógica de longo prazo que lhes é inerente, visto que a manutenção escolar desses jovens busca garantir a eles maiores salários no futuro, via mais anos de escolaridade. Se for possível extrapolar esses resultados entre gerações, espera-se a quebra do atual ciclo vicioso da pobreza em que tais beneficiados se encontram: baixa renda – trabalho infantil – pouca escolaridade – baixa renda no futuro.

Assim, uma análise dos dois programas permite elencar os três principais pontos de contato entre eles: (1) famílias elegíveis; (2) transferência de renda; (3) manutenção escolar das crianças e adolescentes. Sobre (1) (o perfil dos beneficiários), é possível atestar que “[...] se encontram em situações de vulnerabilidades sociais, vivendo em extrema pobreza, tendo como forma de minimizar sua situação a Transferência de Renda que os programas oferecem” (RAUPP, 2007, p. 50).

Com relação a (2) (renda que é repassada para as famílias), percebe-se que os dois programas se preocupam de imediato com a redução da situação de vulnerabilidade. Esta iniciativa, além de contribuir com resultados diretos por meio da diminuição da fome, também colabora indiretamente ao permitir o desenvolvimento humano necessário para aumentar a qualidade do processo de aprendizagem.

Por fim, (3) (os condicionantes para a manutenção da transferência de renda) contribuem para a redução da evasão escolar e aumento do desempenho escolar. Estes, além de competirem com o tempo que seria disponibilizado para o trabalho, ainda colaboram pela lógica temporal de viabilizarem a interrupção do ciclo de pobreza. Neste sentido, tais regras estão engajadas no combate ao trabalho infantil por possibilitar aos indivíduos saírem da situação de miséria a longo prazo, tendo a oportunidade de vislumbrar um futuro com mais dignidade através da educação (RAUPP, 2007).

A análise das condicionalidades ainda revela pequenas diferenças entre os critérios usados pelos dois programas com relação à frequência escolar. O PETI, direcionado para jovens de até 16 anos, exige 85% de permanência na escola, ao passo que o PBF divide os beneficiados entre os até 15 anos, com a mesma exigência de 85%, os de 16 e 17 anos de quem são cobrados 75% de frequência escolar. Isso revela uma tolerância maior do PBF com relação a presença na escola para os jovens de 16 anos, 10 p.p. menor que no caso do PETI. Uma explicação, neste sentido, pode ocorrer por aquilo que lembram Cacciamali *et al.* (2010), pela possibilidade legal de que maiores de 16 anos possam participar do mercado de trabalho.

3.1. A integração entre o PETI e o PBF

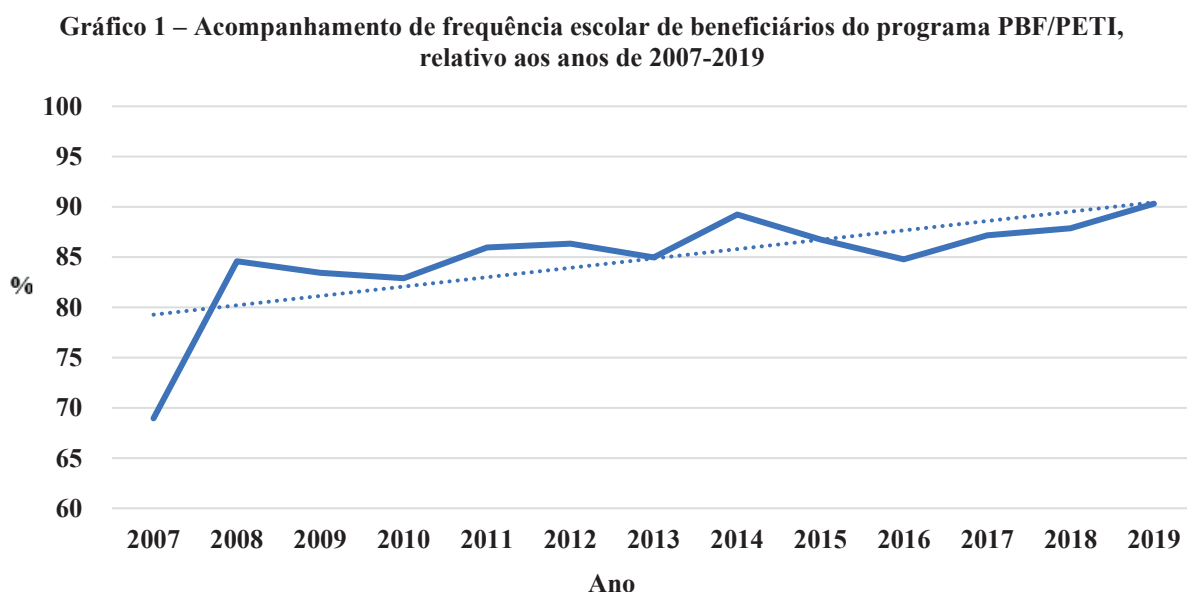
Os programas PETI e PBF foram integrados em 2005. Isso ocorreu sob a justificativa de racionalização dos recursos, sejam eles concedidos aos beneficiados, sejam eles usados na gestão dos programas sociais. Parte desse processo foi decorrente de os programas apresentarem em comum, principalmente, o objetivo direto (PETI) ou indireto (PBF) de combater o trabalho infantil (RUA, 2007).

Como subsídio desse objetivo de evitar o labor na infância e juventude está, via PBF, o direcionamento de maiores recursos às crianças e jovens nas famílias por meio das bolsas variáveis que são concedidas de acordo com a composição familiar.

Para o Governo Federal, o acúmulo de capital humano por meio do PBF/PETI pela permanência de crianças e adolescentes nas escolas (que é uma prerrogativa para se manter beneficiário) a médio e longo prazo tende a surtir o efeito de redução da pobreza, da desigualdade social e, conseqüentemente, do trabalho infantil. Portanto, a “[...] educação em ambos os programas é uma forma de universalizar a mesma, enquanto estratégia de combate à desigualdade” (RAUPP, 2007, p. 51).

3.2. Impactos socioeconômicos dos programas integrados

A frequência escolar é o principal ponto que unificou os programas PETI e PBF. Ela é acompanhada anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2007, ou seja, dois anos após a integração das duas políticas socioeconômicas. A série histórica da frequência escolar dos beneficiados pelo PBF/PETI é apresentada no gráfico 1, mostrando que, embora tenha havido aumento da presença escolar ao longo do tempo, há períodos em que sua queda é notável, como em 2010, 2013 e 2016. Isso pode ter ocorrido pelo baixo desempenho econômico do país nesse período – o que pode induzir os jovens ao trabalho.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do MEC (2019).

Segundo dados do MEC, a pior frequência escolar dos beneficiários dos programas PBF/PETI após sua integração ocorreu no primeiro ano do monitoramento, em 2007, enquanto o melhor resultado foi verificado em 2019. Dados do Censo Escolar de 2019 da Educação Básica apontam que estudantes beneficiários do programa têm apresentado menor taxa de evasão escolar e maior índice de aprovação. Essas evidências revelam que a taxa média de abandono no país é de 10,8%, enquanto para os beneficiários do PBF/PETI essa taxa é de 6,9%. Sobre a aprovação, a média nacional é de 76,8%, enquanto a dos beneficiados pelos programas integrados é de 79,9% (BRASIL, 2019).

Não há consenso na literatura com relação à pertinência da frequência escolar enquanto condicionalidade para manutenção dos benefícios pelos programas socioeconômicos. Monnerat *et al.* (2007) argumentam que, embora esse possa ser um fator determinante para a erradicação do trabalho infantil, pode estar infringindo o direito à cidadania, visto que aparece como uma obrigação. Na percepção de Gabriel *et al.* (2012), o controle da frequência escolar tem papel importante no incentivo e permanência das crianças e adolescentes em sala de aula, corroborando para a redução da evasão escolar e, assim, evitar o retorno ao trabalho infantil.

Kern *et al.* (2017) constatam que os programas têm influência direta nas matrículas escolares de estudantes de 5 a 16 anos em situação de risco. O estudo aponta que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país há maior impacto do programa nas matrículas escolares, especialmente nas áreas rurais, ou seja, maior número de matrículas de crianças advindas de situações considerada de risco e/ou trabalho infantil. Na perspectiva de Weissheimer (2018), os indicadores educacionais de evasão escolar e taxa de aprovação nos níveis Fundamental e Médio, entre beneficiados e média nacional, revelam um impacto positivo dos programas PBF/PETI na educação. Desta forma, os programas estariam revelando um bom desempenho no quesito manter a criança estudando e longe do trabalho infantil.

Considerações finais

Nota-se que a legislação brasileira – aqui representada pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Consolidação das Leis do Trabalho, pelo Código Penal Brasileiro e demais diretrizes em consonância com a Organização Internacional do Trabalho – tem por objetivo defender os direitos de crianças e adolescentes, protegendo-as de toda e qualquer forma de trabalho infantil. Sendo assim, a evolução institucional do país foi no sentido de erradicar esta prática no país.

No entanto, foi visto que o combate ao trabalho dos jovens foi intensificado pela criação do PETI, cuja lógica de distribuir renda revela o aspecto econômico do problema do labor na infância. Isso revelou a importância das políticas públicas voltadas ao combate à desigualdade social e ao trabalho infantil. Em âmbito nacional, o PBF se somou a esse esforço, tornando-se, junto ao PETI, ferramenta essencial do Governo Federal nessa luta.

Embora o combate ao trabalho infantil não fosse o objetivo principal do PBF, é possível verificar que, por meio de suas condicionalidades, esta preocupação está subjacente em sua agenda ao exigir frequência escolar de crianças e adolescentes. Essa questão, relativa ao público-alvo e somada à busca econômica por amenizar as condições de pobreza via transferência de renda, foi o que permitiu a integração entre PETI e PBF. Foi apontado que tais convergências antecederam a iniciativa de integrá-los. Por meio deles, os programas contribuem para a redução na evasão escolar, ajudam a aumentar o número de matrículas e melhoram os índices de aprovação.

Embora haja um esforço por parte do Governo Federal, o trabalho infantil ainda é uma realidade a ser erradicada no país. A conclusão que se pode defender com base na análise da luta brasileira contra o trabalho infantil é que as exigências institucionais sozinhas podem não ser suficientes para coibir determinados comportamentos na sociedade. O uso de políticas socioeconômicas, como o PETI e o PBF, direcionadas à raiz do problema, no que diz respeito ao aspecto econômico, pode ser necessário para induzir a uma mudança de comportamento. Com isso, fica alimentada a esperança para o longo prazo que é subjacente a esses programas, de que os níveis educacionais hoje ajudem essas famílias a romper o ciclo intergeracional de pobreza em que possivelmente se encontram.

Porém, por mais méritos que tenham tido esses programas, o trabalho infantil persiste, o que denota a necessidade de que eles sejam acrescidos de novas iniciativas, como um conjunto de ações complementares voltadas à erradicação desse mal socioeconômico.

Referências

ALBERTO, M. F. P.; PESSOA, M. C. B.; COSTA, R. R.; BELÉM, K. K. G.; SILVA, L. G. S. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias. **Psicol. cienc. prof.**, v. 36, n. 2, p. 458-470, 2016.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Programas Sociais, 2019**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 31 de dezembro de 1941.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. 1988. 47 p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.134/02**. Convenção 138 da OIT. Sobre Idade Mínima para Admissão ao Emprego. 1976. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/conv_138.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.597/00**. Convenção nº 182 da OIT. Sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei 8.069/90**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:targetText=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20out ras. Acesso em: 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.836/04**. Cria o Programa Bolsa Família. Brasília, DF. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 15 de junho de 2021.

CASONATO, L. **O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012**. 2014. Dissertação de Mestrado. 137f. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Araraquara/SP.

CACCIAMALI, M. C., TATEI, F., BATISTA, N. F. Impactos do programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2016.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 43, n. 2, p. 307-329, 2005.

FURTADO, C. [1959] **Formação Econômica do Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1995.

GABRIEL, E. M.; MACHADO, C. D. M.; OLIVEIRA, R. L. **Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão**. 2012. Disponível em: <https://ipcig.org/publication/mds/39M.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). **Síntese de Indicadores, 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

KASSOUF, A. L. Evolução do trabalho infantil no Brasil. **Sinais sociais**, v. 9, n. 7, p. 9-45, 2015.

KERN A. P.; VIEIRA, M. T.; FREGUGLIA, R. S. Impactos do programa bolsa família na educação das crianças. **In:** 45º Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2017, Natal – RN. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files/I/i12-00e6a236f55d70ceed173a082b0e15a9.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

LOPES, C. R. **O Trabalho Infantil e as Estratégias de Saúde da Família:** A atuação dos enfermeiros em Santa Cruz do Sul. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul/RS.

MARCELINO, V. V. **Princípios Gerais das Políticas Públicas.** 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71599/principios-gerais-das-politicas-publicas>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

MATTOSO, K. Q. O filho da escrava. **In:** DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, supl. p. 113-120, 2002.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. C. M.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1453-1462, 2007.

RAMOS, C. A. **Introdução à Economia da Educação.** Alta Books Editora, 2015.

RAUPP, G. C. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Bolsa Família (PBF) de Florianópolis:** uma análise da unificação dos benefícios. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis/SC.

RUA, M. G. Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ao Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**, v. 58, n. 4, p. 417-450, 2007.

SOUZA, I. F. **A exploração do trabalho de crianças na Revolução Industrial e no Brasil.** Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 3, nº 197. Disponível em <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-da-infancia-e-juventude/1531/a-exploracao-trabalho-criancas-revolucao-industrial-brasil>. Acesso em: 4 de janeiro 2021.

VIER, V. M. S. Trabalho Infantil no Brasil: Pontos Práticos para Erradicação. **Caderno Pedagógico**, v. 11, n. 2, p. 150-161, 2014.

WEISSHEIMER, M. A. **O impacto do Bolsa Família/PETI na educação brasileira.** Carta Maior, 23 de Nov. 2018. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16596. Acesso em: 15 de junho de 2021.

A crise e as políticas estatais de combate a queda da taxa de lucro nos governos Lula e Dilma

The crisis and state policies to fight the fall in profit rate in the government Lula and Dilma

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.886>

Suzane Rodrigues da Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o combate à queda da taxa de lucro via políticas públicas no governo Lula e Dilma. Do ponto de vista metodológico, foi utilizado o materialismo histórico dialético. Quanto à abordagem do objeto, foi utilizada a pesquisa qualitativa com base em referências bibliográficas secundárias. Como resultado, se pôde observar, no contexto de crise analisado, que as políticas anticíclicas de combate a queda da taxa de lucro foram eficientes no governo Lula, porém no governo Dilma isso não ocorreu. Isso se deu por questões conjunturais do Brasil e estruturais do sistema capitalista que gesta suas próprias crises. A superação das contradições e demais problemáticas que surgem no capitalismo não se dão no nível da aparência através do governo, bem como do uso de políticas públicas, muito menos pelo Estado no nível da essência, pois o Estado é um momento nodal das contradições da dinâmica da acumulação capitalista. A resolução das contradições que surgem no modo de produção capitalista exige a superação radical do atual estado de coisas via revolução proletária, sendo que nesse processo a classe trabalhadora deve se unir em torno de um interesse comum: a emancipação de todas as formas de exploração, dominação e humilhação, que perpassam as relações socioeconômicas no capitalismo.

Palavras-chave: Crise. Queda da taxa de lucro. Estado. Políticas anticíclicas.

Abstract: This article aims to analyze the fight against the fall in the rate of profit via public policies in the Lula and Dilma government. From a methodological point of view, dialectical historical materialism was used. As for the approach to the object, qualitative research was used based on secondary bibliographic references. As a result, it could be observed, in the context of the analyzed crisis, that the anti-cyclical policies to combat the fall in the rate of profit were efficient in the Lula government, but in the Dilma government this did not happen. This was due to circumstantial issues in Brazil and structural issues of the capitalist system that is managing its own crises. The overcoming of contradictions and other problems that arise in capitalism does not occur at the level of appearance through the government, as well as the use of public policies, much less by the State at the level of essence, as the State is a nodal moment of contradictions in dynamics of capitalist accumulation. The resolution of the contradictions that arise in the capitalist mode of production requires the radical overcoming of the current state of affairs via the proletarian revolution, and in this process the working class must unite around a common interest: the emancipation of all forms of exploitation, domination and humiliation, which pervade socioeconomic relations in capitalism.

Keywords: Crisis. Fall in the rate of profit. State. Countercyclical policies.

Artigo recebido em 26/10/2020. Aceito em 16/6/2021.

¹ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: suzane-r.s@live.com; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4150-4478>

Introdução

Ao tratar da taxa de lucro, a teoria marxiana identifica as contradições que existem na sociedade capitalista, contradições essas que gestam as condições de crise do Modo de produção capitalista. A taxa de lucro “[...] é estímulo da produção capitalista, condição e força motriz da acumulação”, até que a superacumulação de capital coloque entraves a progressão dessa acumulação capitalista (MARX [1894], 2017, p. 6051).

Quando se criam barreiras à progressão da acumulação capitalista, a taxa de lucro cai. Assim, ao mesmo tempo em que o aumento dos níveis de lucratividade gera incentivos à produção, a acumulação excessiva de capital gera crises que, dentre outras coisas, contribuem com o aprofundamento da causa imediata da crise – queda da taxa de lucro – em uma determinada economia (THEODOSIO, 2019).

Vários são os aspectos que influenciam a queda da taxa de lucro. Porém, independente da origem, sabe-se que a taxa de lucro influencia diretamente os níveis de investimentos produtivos, isso se pôde ver em ambas as gestões do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma, pois entre 2003 e 2014 houve duas fases de evolução da taxa de lucro (IPEA, 2010).

Na primeira fase, entre 2003 e 2007, a taxa de lucro e a participação da massa de rendimentos do trabalho na renda nacional² aumentaram simultaneamente. Isso se deu por conta do maior uso que se fez da capacidade instalada³, do aumento da produtividade potencial da indústria (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017), da expansão que o mercado interno vivenciou e do aumento das exportações (IPEA, 2010).

Na segunda fase, entre 2008 e 2014, a taxa de lucro experimentou queda e um dos fatores que contribuiu para isso foi o declínio da produtividade industrial. Além disso, no decorrer desse período, o *boom* das *commodities* chegou ao fim e os rebatimentos da crise *subprime* estadunidense se intensificaram sobre a economia brasileira, aprofundando a queda que a taxa de lucro. Isso por sua vez contribuiu com a desaceleração dos níveis de investimentos produtivos e o processo de crescimento da economia nacional (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

² Houve ampliação dos principais determinantes da participação da massa de rendimentos do trabalho na renda nacional, a saber, do rendimento real dos ocupados, dos seus níveis de produtividade – e simultaneamente houve um maior repasse dos ganhos de produtividade para os salários – e ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) (IPEA, 2010).

³ O nível de utilização da capacidade instalada é determinado pela relação entre o volume que foi produzido pela indústria e o volume que poderia ter sido produzido pela indústria, caso sua capacidade de produção estivesse sendo usada em sua totalidade. Calcular o nível de utilização da capacidade instalada é importante para saber se indústria está produzindo a todo vapor, usando de sua capacidade máxima ou se está com parte de seu arsenal parado. Por outro lado, é importante saber o nível de utilização da capacidade instalada para realização de comparação com possíveis concorrentes, identificando assim oportunidades para melhorar a performance. Vale destacar que o nível de utilização da capacidade instalada também pode ser aplicado às empresas de serviços (IPEA, 2005).

A partir do que já foi exposto pode-se afirmar que a conjuntura nacional analisada nesse artigo foi de crise. A crise atual do capital iniciada em 2008 é uma crise do modo de produção capitalista, que veio de um regime de acumulação e regulação pós-fordista. A financeirização progressiva da economia em escala planetária tem encontrado as seguintes contratendências: redução do consumo por conta das condições do trabalho assalariado e do desemprego, enfraquecimento da representação sindical, perda da credibilidade social nas decisões governamentais, fortalecimento do neoliberalismo e minimização das políticas anticíclicas (MASCARO, 2018).

As políticas anticíclicas são instrumentos usados pelo governo, para minimizar os efeitos negativos de um determinado ciclo de instabilidade econômica. As principais políticas usadas são: política monetária, política fiscal e crédito público. Esta crise, ainda em curso, tem pressionado Estados e governos por respostas que se situem para além dos horizontes postos, no sentido de atender às necessidades de acumulação do capital em escala planetária (MASCARO, 2018).

Partindo desse contexto o objetivo geral desse artigo é analisar as políticas estatais de combate a queda da taxa de lucro nos governos Lula e Dilma. Especificamente, tentou-se responder os seguintes questionamentos: a) as políticas anticíclicas usadas no segundo governo Lula para combate a queda taxa de lucro foram bem-sucedidas? b) quais foram as estratégias usadas entre 2011-2016 no combate a crise política e econômica que o país atravessava? c) o governo Dilma (em seus dois mandatos) conseguiu arrefecer a causa imediata da crise?

A hipótese que norteou esse trabalho foi formulada a partir das contribuições dadas por (MARX [1894], 2017) e atualizadas por (FARIAS, 2015) sobre a crise e seus rebatimentos na economia brasileira. Nesse sentido partiu-se do pressuposto de que a crise tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprimem respectivamente por meio da queda na taxa de lucro, exuberância financeira e desigualdade de rendimentos. Contudo, por uma questão de abstração, se conferiu ênfase a causa imediata da crise e se pressupôs que o Estado interveio nela a fim de regular a mesma, sobretudo, em favor dos capitalistas que durante os governos petistas tiveram muito mais ganhos do que perdas do ponto de vista econômico e político.

Essa hipótese poderá ser averiguada quanto a sua validade nos argumentos que serviram para construir o presente trabalho. Eles estão organizados em três partes, para além da introdução e conclusão. Na primeira discute-se as políticas adotadas pelo governo Lula para o combate a queda da taxa lucro e a influência das configurações daquela conjuntura sobre o combate da mesma. Na segunda e terceira parte se discute os rebatimentos da Nova Matriz Econômica, bem como das ações de enfrentamento ao poder financeiro adotadas pelo governo Dilma sobre a taxa de lucro.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem caráter qualitativo com fontes providas de referências bibliográficas secundárias. A pesquisa bibliográfica como instrumento de pesquisa traz a possibilidade de reconstrução do objeto de estudo sob nova perspectiva, tendo como resultado conclusões novas ou reformuladas (LAKATOS; MARCONI, 2003). A pesquisa bibliográfica estabelece relação com a pesquisa qualitativa, seja como um complemento de informações, seja possibilitando o desvelamento de novas dimensões sobre o objeto (MINAYO, 2001).

Já a abordagem teórica deriva do materialismo histórico dialético, uma vez que a partir dele é possível construir uma crítica revolucionária radical, “[...] contrária a práxis revisionista que leva ao reformismo financeiro [...]” (FARIAS, 2015, p. 32).

Isto posto, importa tratar sobre a construção do presente trabalho, que se deu em dois momentos, a saber: investigação e exposição. Inicialmente se buscou uma apropriação da “[...] matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno [...]” (MARX [1867], 2013, p. 128). Após ter se concluído essa etapa é que “[...] se pode expor adequadamente o movimento real [...]” (MARX [1867], 2013, p. 129). Por isso, primeiramente se buscou fazer uso da pesquisa bibliográfica, realizando buscas em legislações, livros, revistas, entre outros meios. Isso serviu para sistematizar a análise que se pretendeu realizar, e seguir o que o método materialista histórico dialético orienta, que é primeiro investigar, compreender o objeto de estudo para depois expor adequadamente o movimento real (MARX [1867], 2013).

A investigação e a exposição se assentam nas seguintes obras: O Capital, livro I (MARX [1867], 2013); O Capital, livro III (MARX [1894], 2017); Crise global ampulheta fatal (FARIAS, 2015); O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas (FARIAS, 2001) e Crise e Golpe (MASCARO, 2018).

1. Políticas estatais contra a queda da taxa de lucro nos governos Lula

No período que correspondeu ao primeiro mandato do ex-presidente Lula (2003-2006), a economia nacional sofreu um forte ataque especulativo que gerou a desvalorização da moeda nacional. A resposta que o governo deu foi a continuação do tripé macroeconômico. Isto incluiu a política de metas de inflação⁴ e o regime de câmbio flutuante, bem como a elevação da taxa básica de juros, isso sem deixar de lado o compromisso de manter o pagamento da dívida pública, possíveis graças as metas crescentes de superávit primário (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

⁴ Cujo objetivo é diminuir e manter o regime inflacionário no menor nível possível. Geralmente o mecanismo usado para isso é a taxa de juros. Assim, quando os preços das mercadorias se elevam acima do nível esperado, o Banco Central pode escolher elevar a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Logo, o crédito torna-se mais caro, as empresas e as pessoas diminuem seus níveis de consumo e, com isso, a tendência é que os preços subam menos (G1, 2015).

A resposta dada pelo governo em relação ao ataque especulativo, bem como a expansão da demanda internacional por *commodities*⁵, possibilitou ao mesmo a oportunidade de criar políticas de redistribuição de renda, bem como conceder crédito à pessoa física e jurídica com juros mais baixos e com prazos maiores de pagamento. Tais medidas, por sua vez, possibilitaram o crescimento da economia nacional (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Nesse período observou-se também flexibilização da política fiscal, o que pôde ser visto na ampliação do investimento público em iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Parcerias e Investimentos⁶ (PPI) (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

Tais flexibilizações somadas ao maior dinamismo da economia nacional durante o segundo governo Lula (2007-2010), viabilizou o aumento da margem fiscal⁷ que possibilitou a elevação dos investimentos públicos. Além disso, a política de valorização do Salário Mínimo (SM) contribuiu para que as diferenças⁸ entre este e o salário médio na economia brasileira fossem diminuídas, além de trazer melhorias à distribuição funcional da renda (BRUNO; CAFFE, 2018).

A partir da implementação de tais medidas, a taxa de lucro, especialmente a partir do segundo governo Lula (2007-2010), passou a crescer consideravelmente indo de 31,75% em 2007 para 32,25% em 2010⁹. Boa parte desse resultado decorreu das políticas de redistribuição de renda e da ampla concessão de crédito, que contribuíram com a maior dinamização da economia doméstica, além de aumentarem o consumo da classe trabalhadora (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Esse cenário refletiu na trajetória expansiva do PIB, com taxa média de crescimento de 5,7% a.a. entre 2006 e 2008; entre 2008 a 2010 o PIB saltou de 5,1% para 7,5%, respectivamente (BRUNO; CAFFE, 2018). Dessa forma, durante os dois mandatos presidenciais do governo Lula as taxas de lucro se expandiram significativamente, por fatores internos¹⁰ e externos¹¹ (BRUNO; CAFFE, 2018).

⁵ O aumento da demanda pelas *commodities* brasileiras se deu por conta da expansão da demanda internacional, com que seus preços médios subiram 135% de 2002 a 2007. Em 2008 a crise internacional atingiu o Brasil, porém o governo federal respondeu a crise com políticas expansionistas, que por sua vez possibilitaram a retomada do crescimento da economia nacional. Todavia, no final do segundo mandato de Lula o *boom* das *commodities* terminou e os rebatimentos da crise *subprime* estadunidense se intensificaram sobre a economia brasileira. Isto que provocou queda da taxa de lucro que influenciou na diminuição dos investimentos e crescimento econômico (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

⁶ Instituído pela lei nº 13.334/2016, esse programa tem o objetivo de expandir e fortalecer as relações entre Estado e iniciativa privada, por meio do estabelecimento de contratos que visem a parceria público-privada, além de outras medidas de desestatização (BRASIL, 2016).

⁷ Diferença entre o teto de gastos e despesas obrigatórias e incompressíveis da União (IFI, 2017, p. 1).

⁸ As diferenças entre ambos foram diminuídas, mas não eliminadas. Vale destacar que, apesar dessa diminuição, a diferença entre ambos ainda era grande. O SM entre 2010 e 2011, por exemplo, foi de R\$ 510,00 para R\$545,00; o salário médio do brasileiro nesse mesmo período era de R\$ 1.294,70 (IBGE, 2010).

⁹ Esses dados foram obtidos através da pesquisa realizada pelos autores referenciados indiretamente no respectivo parágrafo (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

¹⁰ Melhoria da distribuição pessoal e funcional de renda, política de valorização do SM, políticas de distribuição de renda, aumento da concessão de crédito para a produção e consumo (BRUNO; CAFFE, 2018).

¹¹ Elevada demanda pelas *commodities* brasileiras, principalmente advindas da China (BRUNO; CAFFE, 2018).

Some-se a isso os esforços fiscais do governo federal, tendo em vista arrefecer os efeitos da crise e sustentar os investimentos públicos do período, a saber: queda da alíquota do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central, formulação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentre outros (THEODOSIO, 2019).

Durante o governo Lula, apesar da influência positiva desses elementos sobre o desempenho da economia brasileira e sobre os rendimentos do proletariado nacional, os ganhos financeiros elevados decorrentes do aumento da taxa de juros foram mantidos¹², pois reduzi-los significaria ruptura do compromisso com as elites rentistas. Tal compromisso que favoreceu a vitória de Lula em 2002 (THEODOSIO, 2019). Todavia, este compromisso com as elites rentistas foi rompido no primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2014). Essa situação atrelada a uma série de fatores macroeconômicos contribuiu para a queda da taxa de lucro no período (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Os mecanismos usados pelo governo federal para combater essa tendência encontram-se na seção a seguir.

2. Primeiro governo Dilma: o combate à queda da taxa lucro

Após o término do segundo governo Lula, o primeiro presidente cujas origens pertencem a classe trabalhadora, Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República, sendo ela a primeira mulher na história do Brasil a ocupar tal posição. O resultado de sua eleição sofreu forte influência da alta popularidade que Lula gozava ao deixar seu último mandato (THEODOSIO, 2019).

Durante o primeiro governo de Dilma, os Estados Unidos da América (EUA) adotaram uma política monetária agressiva que teve rebatimentos sobre o Brasil, dentre os quais cita-se dois: a) a diminuição da demanda nos países de capitalismo central realocou o excesso de oferta mundial para os demais países de capitalismo periférico, que estavam passando por uma fase de crescimento do seu mercado doméstico (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017); b) a desvalorização das moedas dos países de capitalismo central, levou a apreciação do Real que foi afetado com “o influxo de capitais especulativos, em busca de elevadas taxas de juros e de contratos do tipo *carry-trade*¹³ e pelo aumento dos preços das *commodities*” (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017, p. 11).

¹² Essa manutenção em um contexto recessivo fez com que os investimentos financeiros prevalecessem sobre a FBCF nas empresas, o que levou a indústria a experimentar uma desaceleração progressiva em suas atividades (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

¹³ O *carry-trade* consiste em uma estratégia de negociação de natureza especulativa, que envolve empréstimos em uma moeda que possui taxas de juros mais baixas e, o investimento do valor emprestado em um ativo, em outra moeda cuja taxa de retorno é mais elevada, por conta da taxa de juros dessa moeda ser mais alta (REIS, 2018).

Enquanto as economias dos países de capitalismo central estavam decrescendo por conta dos impactos da crise, as economias de alguns países de capitalismo periférico, como aqueles que faziam parte dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), cresciam através do fortalecimento de suas economias internas, bem como do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)¹⁴ (THEODOSIO, 2019).

Vale destacar que nesse contexto de fortalecimento da economia brasileira entre 2011 e 2014, a taxa de investimento produtivo correspondeu a pouco mais de 20% do PIB e a taxa média de desocupação em 2014 atingiu o patamar de 6,8%, o menor nível da série histórica desde seu início em 2012 (IBGE, 2018). Além disso, o salário médio se manteve crescendo no período em referência. Contudo, apesar de todos esses avanços, no nível internacional os preços dos produtos industriais caíram, o que facilitou a vazão de demanda agregada para o exterior (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além da queda dos preços dos produtos industriais, a taxa de lucro declinou. O principal fator que influenciou a sua queda foi a redução da parcela líquida do lucro nacional¹⁵, que já vinha declinando desde 2003 – indo de 40,8% nesse ano para 32,9% em 2014 (IBGE, 2006, 2016).

Entre 2010 e 2014, a taxa de lucro apresentou um percentual de declínio de 7% a.a., essa queda por sua vez trouxe rebatimentos negativos para o Índice Bovespa (IBOVESPA), que apresentou contração progressiva entre 2010 e 2015 (IPEADATA, 2016). A diminuição da rentabilidade financeira foi reflexo da ruptura da composição de classes, que tinha sido estabelecida no governo Lula (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além da ruptura do vínculo estabelecido pelo governo Lula com a fração bancária-rentista, o governo Dilma resolveu expandir os limites para diversas linhas de financiamento do Banco do Brasil, bem como forçou as instituições financeiras privadas via bancos públicos a diminuírem os seus *spreads* sob risco de perderem participação no mercado. Essa medida foi um gesto de enfrentamento ao poder financeiro, que foi recebida a contragosto pelos seus representantes (CARVALHO, 2018).

O governo federal, junto com o rebaixamento da taxa de juros, decidiu desvalorizar o câmbio, por acreditar que “o câmbio desvalorizado e os juros baixos, trariam um ambiente favorável para o empresariado brasileiro do ponto de vista de seus custos, o que favoreceria a retomada dos

¹⁴ Consiste na movimentação de capitais internacionais para a realização de investimentos. Nessa dinâmica, entidades empresariais ou indivíduos realizam operações no exterior que envolvem fusões, aquisições, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior, dentre outras (SOUZA; PINTO, 2013).

¹⁵ O Produto Nacional Bruto (PNB) é um indicador das atividades econômicas de uma nação, essas atividades incluem bens e serviços produzidos nacionalmente, bem como os rendimentos obtidos pelos cidadãos e empresas em outros países, tudo isso no espaço de ano. O cálculo do PNB corresponde de forma igualitária ao valor da parcela líquida do lucro nacional, nesse sentido pode-se calcular o PNB assim: PIB - renda enviada ao exterior + renda recebida do exterior = PNB (MERELES, 2017).

investimentos privados” (THEODOSIO, 2019, p. 78). Todavia, a desvalorização do câmbio, ao mesmo tempo em que trouxe rebatimentos negativos para o fluxo do dinheiro no caixa das empresas nacionais endividadas em dólar, trouxe vantagens competitivas em preço para as exportações brasileiras. Além de tais fatores, o governo Dilma implementou outras medidas visando a aceleração do crescimento econômico: “negociação das taxas de retorno dos processos de licitações públicas, política de desoneração da folha de pagamento e represamento de preços administrados como o da energia” (THEODOSIO, 2019, p. 78).

Ainda sobre a política fiscal foram concedidos uma série de subsídios, a exemplo, das desonerações tributárias implementadas entre 2011 e 2014, que totalizaram um montante que foi de 3,6 bilhões para 100,6 bilhões no período. Vale destacar que também ocorreram transferências de recursos monetários do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foram injetados no PSI com o objetivo de financiar os investimentos das empresas privadas e estatais (CARVALHO, 2018).

Some-se a isso a ampliação da concessão de crédito à pessoa física e jurídica pelo BNDES, com taxas de juros mais baixas e com um prazo mais longo de pagamento. O conjunto dessas medidas foi denominada por um integrante do governo federal de Nova Matriz Econômica (NME), tais medidas foram tomadas pelo governo federal que acreditava que, com isso, as empresas aumentariam os investimentos privados e que tais investimentos encabeçariam a expansão da arrecadação para restaurar o equilíbrio fiscal (CARVALHO, 2018).

Entretanto, o conjunto das políticas e medidas adotadas pelo governo federal não alcançou seu objetivo mais amplo, que era manter o crescimento da economia no percentual de 4% a.a. Um dos fatores que contribuiu para isso foi a queda da taxa de lucro na economia brasileira, que foi de 1,68% a.a. entre 2011 e 2014 (IPEADATA, 2014). Tal queda foi significativamente afetada pela diminuição da demanda agregada. Vale destacar que a queda da taxa de lucro trouxe rebatimentos para o crescimento da economia como um todo, o que pode ser visto na desaceleração apresentada pelo PIB que foi de 4% em 2011 para 0,5% em 2014 (IBGE, 2018).

Ademais, a queda da taxa de lucro levou a redução dos investimentos privados, “o que resultou em elevado custo fiscal, além disso as isenções tributárias foram absorvidas pelas empresas” (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017, p. 17) que usaram esses recursos para se manterem em funcionamento no mercado. Porém, tais recursos não foram capazes de elevar as suas margens de lucro (CARVALHO, 2018).

Veja-se que, durante o segundo governo Lula, a taxa de lucro correspondeu a 31,75% a.a., já em 2010 a taxa de lucro cresceu para 32,25% (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Daí em diante a taxa de lucro caiu ano após ano até o término do primeiro mandato de Dilma Rousseff como Presidente da República. Diante dessa situação, no seu segundo mandato, o governo Dilma optou por trilhar por um caminho que fragilizou ainda mais as bases do seu governo, o que trouxe rebatimentos negativos para a taxa de lucro. Importa agora aprofundar a discussão sobre esses aspectos.

3. Segundo governo Dilma: taxa de lucro na crise, responsabilidade fiscal e *impeachment*

Em 2014, Dilma Rousseff se reelegeu e obteve apoio amplo dos segmentos da esquerda. Uma das bandeiras levantadas durante a sua campanha presidencial era que caso a oposição se elegeesse, isso resultaria no domínio do ultraliberalismo, o que traria rebatimentos negativos sobre o emprego formal, sobre os rendimentos salariais e sobre os gastos sociais (THEODOSIO, 2019).

No entanto, ao se reeleger o governo Dilma agiu de forma contrária ao que havia defendido em sua campanha eleitoral. Além de objetivar retomar as expectativas do mercado privado, Joaquim Levy foi nomeado como ministro da Fazenda em 2015. Tal nomeação deixou claro que o governo federal queria se reaproximar da burguesia que lhe fazia oposição, em uma tentativa de repetir o êxito das medidas adotadas em 2003 (CARVALHO, 2018).

Todavia, naquela conjuntura não se tinha mais o mesmo cenário externo favorável que perpassou o segundo governo Lula, cenário esse que possibilitou o crescimento das exportações nacionais, valorização do câmbio e o controle inflacionário. Além disso, em relação à política, o cenário do segundo governo Dilma era marcado por inúmeras denúncias de corrupção, o que demonstrava que se estava vivenciando um período de incertezas (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Essas incertezas incidiam também sobre as medidas que seriam adotadas para o combate as instabilidades política e econômica que se estava vivendo. No que tange à economia, o governo federal optou por um conjunto de medidas impopulares no âmbito da política fiscal, que trouxeram sérios prejuízos à classe trabalhadora, a saber: a restrição do acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, auxílio-doença, dentre outros benefícios previdenciários (CARVALHO, 2018). Além disso, houve mudanças na política de preços das empresas estatais, incidindo principalmente sobre os combustíveis e sobre as tarifas da energia elétrica – a tarifa aumentou cerca de 51% (THEODOSIO, 2019). Paralelamente, nesse mesmo ano houve desvalorização da taxa de câmbio, em 47,02%.

A soma de todos esses fatores contribuiu para que a inflação se elevasse em 2015, correspondendo a um percentual de 11,07% naquele ano. O Banco Central reagiu à elevação da inflação, com elevação da taxa de juros e com a restrição de acesso ao crédito (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Nesse cenário de contração nas políticas fiscais e monetárias, houve também a diminuição dos investimentos por parte da Petrobrás, empresa que em 2013 respondeu por 7,9% do total de investimentos feitos no país, contraídos nos anos seguintes (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Uma das causas explicativas para tal redução foram as denúncias sobre um esquema de corrupção que envolveram os seus diretores, bem como grandes empreiteiras privadas que tiveram seus investimentos diminuídos nesse período. A junção de todos esses aspectos trouxe para a economia brasileira a queda de 14,1% do investimento privado (CARVALHO, 2018).

Contudo, não foram apenas os investimentos privados que experimentaram queda nesse período. Os investimentos públicos também se contraíram, pois no primeiro ano do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff foram 32% menores em comparação a 2013 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além disso, o PIB também passou por uma fase recessiva¹⁶, queda que sofreu influência do déficit dos resultados primários que a economia brasileira experimentou entre 2014 e 2016 (THEODOSIO, 2019).

Sobre o resultado primário, sabe-se que o seu crescimento positivo é um aspecto muito importante para as elites rentistas, por significar que existem recursos sendo destinados ao pagamento dos juros da dívida pública, que é uma das fontes principais de recursos dessas elites. Contudo, a ocorrência de uma situação contrária traz sérios prejuízos aos rendimentos da elite financeira (THEODOSIO, 2019). Esses prejuízos de fato ocorreram, pois durante o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff houve déficit dos resultados primários, o que afastou ainda mais a possibilidade do governo de reconquistar a confiança dos mercados e da burguesia bancária-rentista. Sem o apoio da burguesia bancária-rentista, as bases do governo se fragilizaram ainda mais, com as inúmeras denúncias de corrupção e as manifestações nas ruas. Nesse contexto, o governo Dilma viu sua aprovação chegar a 11% (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Tendo em vista contornar essa situação, Joaquim Levy foi demitido e, em seu lugar, foi colocado Nelson Barbosa, que tentou adotar uma série de medidas mais coerentes com o que havia sido defendido por Dilma em sua campanha eleitoral. Barbosa, quando era Ministro do Planejamento,

¹⁶ O que resultou no aumento do desemprego, que correspondeu a taxa média de 12,7% em 2015, a maior da série histórica desde seu início em 2012 (IBGE, 2017).

defendia que o governo deveria adotar metas fiscais menos ambiciosas, tendo em vista a estabilização da economia e a recuperação da renda e do emprego. Além disso, em alguns pronunciamentos Nelson Barbosa e o ex-presidente Lula defendiam que um dos caminhos para a retomada do crescimento seria o estímulo ao crédito direcionado ao consumo e aos investimentos, que se daria através de bancos públicos. Essas ideias foram implementadas em 2016 (CARVALHO, 2018). Mas essas medidas poderiam gerar algum impacto sobre setores específicos, mas não teriam força suficiente para alavancar uma retomada do consumo e do investimento no conjunto da economia, pois em momentos de recessão econômica e incertezas sobre o futuro, os agentes privados não desejam aumentar seus níveis de consumo e investimentos produtivos (CARVALHO, 2018).

Não obstante, os níveis de consumo do empresariado em geral ficaram comprometidos por conta das limitações em seus rendimentos, da alta na inflação e do pagamento de dívidas adquiridas no passado. Em períodos, assim no qual o setor privado está em recessão, quem deve encabeçar os investimentos (gerando emprego e renda) é o Estado. O Estado é entendido como um todo orgânico, complexo e contraditório, “que sofre variações temporais e espaciais [...], assim o fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise” (FARIAS, 2001, p.30).

Sobre as crises, sabe-se que no capitalismo elas fazem parte da sua natureza exploratória, porém enquanto categoria ela é tratada no primeiro e no segundo livro de O Capital como uma potencialidade abstrata, já no livro terceiro tratou-se de “[...] descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo [...]” (MARX [1867], 2017, p. 53). Acrescente-se ainda que a crise do capital, como um todo contraditório, na concepção marxista tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprime respectivamente via baixa tendencial da taxa de lucro (causa imediata), exuberância financeira (causa mais profunda) e subconsumo das massas (causa última). Em cada uma delas o Estado vai intervir para fins de arrefecimento dos seus efeitos. O Estado se estrutura tanto no nível da aparência quanto no nível da essência. Seguindo esse raciocínio, embora ele se constitua como Estado em sua essência, na aparência ele se mostra como governo, cujas ações sofrem múltiplas determinações da dinâmica da luta de classe (FARIAS, 2001).

Nessa dinâmica, principalmente durante a segunda gestão do governo Dilma, a burguesia que se opunha ao governo se mostrou forte, pois ao mesmo tempo em que o governo de turno passava por um período de perda de apoio dos setores sociais que estavam ao seu lado, durante o período de sua segunda campanha presidencial, as denúncias da burguesia sobre a irresponsabilidade fiscal do governo federal encontrava força e notoriedade na sociedade brasileira.

Também era acusado de ser irresponsável do ponto de vista fiscal, por conta da realização da contabilidade criativa, que possuía o objetivo de encobrir o excessivo gasto social que o governo estava fazendo, gastos esses incompatíveis com a lei orçamentária anual (BASTOS, 2017). Um desses gastos dizia respeito a ampliação da distribuição de renda em favor das classes sociais mais baixas, que por sua vez contribuiu com o aumento dos salários. Tal aumento foi apontado como causa principal da redução das margens de lucro dos empresários (THEODOSIO, 2019).

Contudo sabe-se que a alta no dólar – durante o primeiro governo Dilma – foi um dos principais fatores que contribuíram com a diminuição das receitas das empresas, pois o encarecimento do dólar fez com que os custos não vinculados a produção¹⁷ aumentassem, sem assegurar a elevação das receitas empresariais (THEODOSIO, 2019).

Isto posto, pode-se afirmar que o aumento dos salários não foi o principal fator que comprimiu a margem de lucro das empresas não financeiras durante o primeiro governo Dilma. Porém, mesmo que os salários tenham cooperado em parte com a compressão da margem de lucro empresarial, sabe-se que o ataque aos mesmos tendo em vista reduzi-los fez parte de um projeto conservador que visava compensar a queda da margem de lucro das empresas, provocada pela alta na taxa de câmbio (BASTOS, 2017). Além disso, a compressão salarial é estratégia de recomposição da rentabilidade microeconômica muito usada pelos neoliberais, pois o rebaixamento dos salários e a expansão do desemprego tende a restaurar o controle dos capitalistas sobre os trabalhadores, situação que tende a se reverter quando o desemprego diminui e os salários aumentam (CARVALHO, 2018).

Essa estratégia foi usada durante o segundo governo Dilma, pois nesse período o desemprego estava em alta e os níveis salariais abaixo da média. Tais fatores somados com as problemáticas apontadas ao longo desse subtópico, aprofundaram a crise política que o governo federal enfrentava e o resultado desse processo foi o *impeachment* da ex-presidente Dilma, que foi aceito pela câmara dos deputados em 2015 e votado pelo congresso em 2016. A partir de então, o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu o cargo presidencial até o ano de 2018 (CARVALHO, 2018).

O central desse processo é compreender que o afastamento do governo Dilma do poder esteve ligado principalmente aos resultados fiscais apresentados, ao enfrentamento ao setor bancário-financeiro no tocante à redução dos *spreads* e a ameaça que essa medida representou ao desejo de expansão dessa taxa de lucro (THEODOSIO, 2019). Nesse sentido, ficou claro que o que as elites fazem em certos períodos é optar pela adesão a projetos autoritários, cuja motivação gira em torno dos seus objetivos econômicos. A grande questão foi a ameaça e o prejuízo ao cerne do capitalismo, a saber: o processo de acumulação e a expansão da taxa de lucro.

¹⁷ Aluguéis, importação de serviços, máquinas e insumos (BASTOS, 2017).

Considerações finais

No segundo governo Lula, as medidas voltadas à concessão de crédito a juros baixos, a política de valorização do SM, bem como o investimento em infraestrutura, saneamento, habitação (dentre outras áreas) conseguiram evitar a queda da taxa de lucro até o ano de 2010. Porém, nos anos que se seguiram tais políticas não tiveram força suficiente para arrefecer, por si só, os impactos negativos da causa imediata da crise econômico-financeira internacional na economia brasileira, nem a deterioração macroeconômica decorrente do aumento da inflação.

Apesar da escolha que o Banco Central fez durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, bem como durante os mandatos da ex-presidente Dilma Rousseff, de aumentar a taxa básica de juros com o objetivo de controlar a inflação, os dados revelam que os resultados alcançados durante o governo Lula não se sustentaram. Isso principalmente durante o segundo governo Dilma, pois a inflação principalmente no começo do seu segundo mandato subiu acima da meta estipulada, o que trouxe consequências para a economia, a saber: sua desaceleração, diminuição do consumo e dos investimentos produtivos.

Diante desse cenário, em 2011 o governo Dilma ofereceu uma série de subsídios, com o objetivo de incentivar o aumento dos investimentos principalmente no setor privado, que atravessava forte queda em suas margens de lucro. Contudo, o aspecto principal que estimula a acumulação de capital no setor privado é o lucro.

No entanto, durante o primeiro governo Dilma as condições que proporcionavam o aumento das margens de lucro das empresas não financeiras estavam se deteriorando, por isso os subsídios ofertados por parte do Estado às empresas privadas só conseguiram possibilitar a permanência/sobrevivência delas no mercado, não sendo capazes de elevar as margens de lucro das mesmas. Tal situação levou a contração no investimento produtivo, que, por conseguinte, gerou recesso em termos de emprego e renda.

A superação das contradições e demais problemáticas que surgem no capitalismo não se dá no nível da aparência por meio do governo e suas políticas anticíclicas, muito menos pelo Estado no nível da essência, já que este ente é um momento nodal das contradições da dinâmica da acumulação capitalista. A resolução das contradições que surgem no modo de produção capitalista exige a superação radical do atual estado de coisas via revolução proletária, sendo que nesse processo a classe trabalhadora deve se unir em torno de um interesse em comum: a emancipação de todas as formas de exploração, dominação e humilhação, que perpassam as relações socioeconômicas no capitalismo.

Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., p. 1-63, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.334/2016, de 13 de setembro de 2016.** Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2016.

BRUNO, Miguel Antonio Pinho; CAFFE, Antonio Ricardo Dantas. Determinantes das taxas de lucro e acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. *Revista de Economia Política*, v.38, n.2, p. 237-260, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas.** São Paulo: Cortez, 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global: ampuheta fatal.** São Paulo: Xamã, 2015.

G1. **Entenda as metas de inflação e seu papel na economia.** G1, São Paulo, 9/1/2015, Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-metas-de-inflacao-e-seu-papel-na-economia.html>>. Acesso em 25/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Século XX.** IBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/04/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO de 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-enso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2074&t=desocupacao-fica-4-7-dezembro-fecha-2011-media-6-0&view=noticia>>. Acesso em: 5/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA ESPECIAL (IBGE/PNADC). **Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil.** Enfoque regional, 3º trimestre de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_DomicilioD_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_d_e_Trabalho/pnadc_201201_201620_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 27/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 4/6/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais:** indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Estatísticas sociais, 05/12/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em 21/01/2021.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). **Relatório de acompanhamento fiscal, maio 2017.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/pdf/RAF4_margem_fiscal.pdf>. Acesso em 18/02/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Utilização da capacidade instalada (UCI).** Desafios do desenvolvimento, ano 2, edição 9, 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2062:catca=28&Itemid=23>. Acesso em 17/01/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil.** Brasília: Ipea, 2010. (Comunicados do Ipea, n°47). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1776>. Acesso em: 13/11/2020.

IPEADATA. **Indicadores macroeconômicos 2011-2014.** Rio de Janeiro: Ipeadata, 2014. Disponível: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso 22/03/2021.

IPEADATA. **A evolução do Ibovespa deflacionado pelo IPCA, média anual, 2000-2015.** Ipeadata, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 28/02/2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira.** Texto para Debate. Departamento de Economia, PUCRS, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acesso em: 02/10/2020.

MARX, Karl [1867]. **O Capital:** crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl [1894]. **O Capital:** crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MERELES, Carla. **Renda per capita:** o que é esse conceito? Politize, 24/08/2017. Disponível: <<https://www.politize.com.br/renda-per-capita-o-que-e/>>. Acesso em 23/03/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

REIS, Tiago. *Carry-trade*: entenda como funciona essa aplicação especulativa. Câmbio, 21/11/2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/carry-trade/>>. Acesso em 25/03/2021.

SOUZA, Eduardo Correia de; PINTO, Lucas Baracho Torres. **Investimento Direto Estrangeiro e Produtividade nos setores da Indústria Brasileira**. Insper, 305/2013. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/2013_wpe305.pdf>. Acesso em 19/04/2021.

SOUZA, Luciana Rosa de; NASCIMENTO, Fernanda Silva. Nova Matriz Econômica e queda na taxa de lucro: a política econômica e a economia política entre 2011-2016. *In:* Encontro Nacional de Economia Política, XXIV, 2019, Vitória. **Anais...** Espírito Santo: 2019. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa29/293.pdf>. Acesso em 21/03/2021.

THEODOSIO, Bruno Miller. **Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016**: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização. 2019, 132 f. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O capitalismo nos países “atrasados”: o debate que se repete

The capitalism in “backward” countries: the debate that recurs

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.887>

Rodrigo Straessli Pinto Franklin¹
Pollyanna Paganoto Moura²
Camilla dos Santos Nogueira³

Resumo: A possibilidade de desenvolvimento do capitalismo nos países dito atrasados e os caminhos que devem ser seguidos para a consecução do socialismo é um fértil terreno de controvérsias no pensamento marxista. O presente artigo busca apresentar as semelhanças entre os debates sobre essa temática que aconteceram na Rússia do fim do século XIX, entre os Nacionalistas Russos (*narodniks*) e Lênin, e em meados do século XX no Brasil, entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e os autores da teoria da dependência. Conclui-se que muitos argumentos que apareceram no debate inicial se repetem pouco mais de 50 anos depois.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Imperialismo. Lênin. *Narodniks*.

Abstract: The possibility of developing capitalism in the so-called backward countries and the paths that must be followed in order to achieve socialism is a fertile ground for controversies in marxist thought. This article seeks to present the similarities between the debates on this theme that took place in Russia at the end of the 19th century, between Russian Nationalists (*narodniks*) and Lenin, and in Brazil in the middle of the 20th century, between the Brazilian Communist Party and the authors of the dependency theory. We concluded that many arguments that appeared in the initial debate are repeated just over 50 years later.

Key-words: Dependency theory. Imperialism. Lenin. *Narodniks*.

Artigo recebido em 18/6/2021. Aceito em 21/6/2021.

¹ Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: rodrigo.franklin@ufes.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2698-2826>

² Doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Professora substituta da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI). E-mail: pollyannapaganoto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6638-388X>

³ Doutora em Política Social pela UFES. Coordenadora do projeto de pesquisa FAPES/CNPq (Edital N° 11/2019) do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR). E-mail: camilladossantosnogueira@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8326-1366>

Introdução

Para provar a tese de que uma revolução socialista era possível na Rússia do início do século XX, Vladimir Lênin travou um debate com o grupo populista-nacionalista conhecido como *narodniks*, no qual evidenciou a existência de relações capitalistas de produção nesse país, como também o modo pelo qual o capital imperialista dos países da Europa Ocidental influenciava em seu desenvolvimento. Pouco mais de 60 anos depois, um debate similar foi traçado na América Latina tendo de um lado o Marxismo Ortodoxo, representado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴, que apregoava a inexistência do capitalismo nos países latino-americanos e, de outro, os teóricos da corrente que veio a se chamar “teoria da dependência”, separados em duas articulações distintas. Esses últimos buscavam comprovar a tese de que não só o capitalismo já se encontrava presente na América Latina, como esse capitalismo só poderia se apresentar em uma forma dependente com relação aos países centrais.

Diante disso, a proposta da pesquisa que apresentamos é a de analisar a influência do pensamento de Lênin nesse debate dos meados do século XX, avaliando como seus argumentos reaparecem no debate latino-americano. Nossa hipótese é de que seus argumentos aparecem divididos em dois grupos de teóricos: de um lado, aqueles que se focam nas relações de competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro dos países avançados – liderados por Ruy Mauro Marini; de outro, aqueles que se voltam para as relações de poder dentro da sociedade e a sobrevivência de estruturas tradicionais de dominação nos países de capitalismo atrasado – que teve em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente.

O presente tema de pesquisa se mostra profícuo e necessário em um momento histórico marcado pelo renascimento do debate sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento capitalista nos países periféricos do sistema capitalista mundial, tais como o Brasil. Resgatar as bases de uma das principais teorias que se debruçou sobre o tema nos meados do século passado é um ponto imprescindível para dar continuidade ao debate hoje.

⁴ O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, também era chamado de Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Em 1961, alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla utilizada em sua fundação (PCB). Sua história foi marcada por amplos períodos de clandestinidade, divisões internas e significativas mudanças de sua base ideológica. Atualmente, há três partidos que se consideram como os herdeiros políticos do antigo PCB: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Cidadania. No presente artigo, fazemos referência às teses daquele antigo PCB, que naturalmente se distanciam dos programas destes três partidos da atualidade.

Para atender aos objetivos propostos, apresentamos a seguir as teses do debate russo – divididas entre os autores populistas e Lênin –, seguido pelas teses dos principais autores do debate latino-americano – André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, contrapondo-se a Fernando Henrique Cardoso. Por fim, fazemos uma comparação dos argumentos apontados nas sessões precedentes com o intuito de identificar as aproximações entre os debates.

1. Lênin e os populistas

A Rússia foi o primeiro país dito “atrasado” em que o marxismo se desenvolveu. Naturalmente, deveria ser também o primeiro em que se daria o debate sobre as possibilidades do capitalismo e sua superação em países com uma inserção periférica no mercado mundial. Esse debate surgia em um período em que a Rússia iniciava suas experiências no ramo industrial, contando com forte participação do Estado, concedendo subsídios e adotando medidas protecionistas que visavam dificultar as importações e fomentar o mercado interno. Essa indústria nascente, ao mesmo tempo em que gerava uma classe de operários, ainda pequena em termos proporcionais, acabava por ameaçar a reprodução de relações sociais de produção baseadas na propriedade coletiva e na cooperação, como o caso dos *artéis* – organizações coletivas de produção artesanal – e dos *obchtchinas* – comunidades rurais baseadas na posse comum do solo.

Não obstante, o processo de industrialização acontecia com sérias dificuldades, o que fomentou o debate sobre a possibilidade do desenvolvimento capitalista se efetivar no país. Esse debate teve várias vertentes (inclusive com a colaboração de importantes teóricos alemães). Resgataremos, para o propósito desse artigo, os posicionamentos dos economistas populistas, os *narodniks*, e o de Vladimir Lênin.

1.1 Teses *narodniks*

Nas últimas décadas do século XIX, um grupo de populistas russos, conhecidos como *narodniks*⁵, tentou em vão impulsionar um movimento revolucionário capaz de derrubar o regime *tzarista* e implantar o socialismo na Rússia. Esses populistas, formados basicamente por intelectuais vindos das camadas médias, viam no campesinato a base para o movimento revolucionário. Não obstante, a distância que esses indivíduos tinham dos camponeses e a incompreensão dos processos históricos em desenvolvimento na Rússia foram fatais para o sucesso da empreitada.

⁵ O termo *narodnik* é o equivalente russo para a palavra “populista”.

As teses centrais que fundamentavam a estratégia dos *narodniks* eram de que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não era possível, mas ele também não era necessário para a construção do socialismo naquele país⁶.

No que tange à possibilidade do desenvolvimento capitalista, os economistas populistas indicavam as dificuldades encontradas por um país que inicia tardiamente seu processo de industrialização. Para Vassili Vorontsov, um influente economista e sociólogo *narodnik*, o capitalismo apresentava intrinsecamente um problema de superprodução, já que os capitalistas recebiam como renda (fruto da apropriação de mais-valia) mais do que a capacidade que possuíam de consumir. Portanto, uma parte da produção da sociedade não poderia ser escoada via mercado interno, o que impelia os grandes capitais para o mercado externo.

Como o capital industrial russo não possuía condições de competir com os capitais dos países centrais, que dominavam os mercados mundiais, o desenvolvimento capitalista na Rússia encontrava assim seu limite. Os efeitos dessa impossibilidade de desenvolvimento capitalista se cristalizariam no crescente empobrecimento da classe operária, no subemprego e no desemprego.

No entanto, se por um lado o capitalismo não era possível na Rússia, por outro, concluíam os *narodniks*, também não se constituía uma etapa necessária. Eles viam nas estruturas comunais baseadas na propriedade comum da terra, ainda existentes (mas em decadência) na Rússia do final do século XIX, a essência do socialismo, capaz de formar as bases de uma futura ordem socialista que se espalharia, em seguida, por toda a Europa Ocidental.

Por esses motivos, os populistas russos viam a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, fundada no movimento dos camponeses, sem a necessidade de uma prévia revolução democrático-burguesa.

1.2. Teses de Lênin

Com o intuito de esclarecer as divergências teórico-políticas que possuía com os populistas russos, Vladimir Ilitch Ulianov (adotando o pseudônimo Lênin) elaborou a obra “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*” (Lênin, 1988). A base da crítica de Lênin aos populistas era a falta de embasamento na realidade prática da Rússia por parte de seus formuladores teóricos, e discutia a questão da necessidade e da possibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia.

⁶ Para os fins desse artigo, serão apresentadas apenas as teses necessárias para evidenciar a similitude desse debate com o debate posterior que ocorreu na América Latina. Os pontos apresentados foram retirados de Palma (1978) e Miglioli (1982). Para uma visão mais detalhada das teses desse grupo, sugerimos conferir Von Laue (1954).

A conclusão que Lênin chega é de que o capitalismo não só era possível na Rússia como já se encontrava em processo de disseminação. Não obstante, esse processo era marcado por uma lentidão não verificada na industrialização dos países da Europa Ocidental. Quanto às mazelas sociais que se mostravam crescentes na Rússia (pobreza, desemprego e subemprego), Lênin argumenta que são marcas características do processo de desenvolvimento capitalista.

No que tange à lentidão do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin aponta três fatores: a incapacidade de uma burguesia nacional fraca em aprofundar o desenvolvimento capitalista; os efeitos da competição entre a indústria nacional e suas rivais da Europa Ocidental; e a grande e inesperada capacidade de sobrevivência das estruturas tradicionais na sociedade russa, estruturas que, apontava Lênin, eram incompatíveis com a lógica capitalista⁷.

Por outro lado, o autor ressalta a importância do capitalismo para o desenvolvimento de uma posterior sociedade socialista. Argumenta que não se pode incorrer no erro (do qual acusa os *narodniks*) de confundir um reconhecimento dos elementos progressivos do capitalismo com uma apologia ao mesmo, e nem de deixar esse reconhecimento nos impedir de observar o lado negativo desse capitalismo. Sendo assim, Lênin aponta que a “missão” do capitalismo poderia ser dividida em dois pontos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (Lênin, 1988, p. 373).

É importante notar, como aponta Johnstone (1985, p. 115), que na referida obra Lênin não só busca criticar as teses populistas, como também apontar o caminho para a construção de um movimento capaz de levar a Rússia ao socialismo: “demonstrando a instabilidade da burguesia russa, colocava também as bases da estratégia posterior sobre a hegemonia e as alianças de classe”. Uma vez que uma revolução democrático-burguesa era necessária para garantir o adequado desenvolvimento das forças produtivas, e tendo em vista que a burguesia nacional não possuía força o suficiente para cumprir sua tarefa histórica, Lênin propunha uma aliança entre o proletariado e o campesinato (liderada pelo primeiro) para implantar uma “ditadura revolucionário-democrática” capaz de implantar um governo provisório (ditadura do proletariado) que teria como papel liderar o desenvolvimento capitalista na Rússia nos moldes necessários para a futura sociedade socialista (JOHNSTONE, 1985, p. 118).

Observa-se que a despeito de Lênin considerar que “a ideia de ‘buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o futuro desenvolvimento do capitalismo é uma ideia reacionária” (LÊNIN *apud* JOHNSTONE, p. 119), o mesmo não aponta a burguesia como uma classe com potencial para a formação de uma aliança para o processo de revolução democrático-burguesa.

⁷ Conforme aponta Palma (1978).

2. O debate da dependência

Aproximadamente 60 anos depois do debate entre Lênin e os populistas russos, toma corpo na América Latina, com o florescimento do marxismo no continente, um debate acerca do caminho que deveria ser percorrido para a implantação do socialismo nas ex-colônias capitalistas. Dividimos aqui esse debate em três agrupamentos distintos: primeiro, apresentamos as teses do Partido Comunista do Brasil (PCB), alinhadas ao Marxismo Ortodoxo divulgado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); seguido pelas duas vertentes marxistas da teoria da dependência.

Antes de prosseguir na exposição dessas teses, cabe ainda fazer uma breve digressão sobre as duas vertentes marxistas da teoria da dependência. Em primeiro lugar, tendo em vista que muitos autores apontam a teoria elaborada por Cardoso como sendo uma vertente *weberiana* da Teoria da Dependência, se faz necessário justificar o motivo pelo qual o colocamos no rol dos marxistas. Destacamos, a princípio, que não há elementos objetivos suficientes para catalogá-lo como *weberiano*: tanto no que tange ao método quanto às categorias de análise utilizadas, observa-se que Cardoso não se aproxima mais do pensamento de Weber do que do de Marx.

Quanto ao método, a análise *weberiana* baseia-se em dois elementos fundamentais: a “ação social” e o “tipo ideal”. A “ação social” seria aquela ação tomada pelo indivíduo que levaria em consideração a ação do outro, evidenciando o caráter do individualismo metodológico intrinsecamente presente na obra *weberiana*. No intuito de estabelecer um método integrado para a análise da dependência, em momento algum Cardoso aponta para o individualismo metodológico. Ao contrário, ancora sua análise na luta de classes⁸, portanto, na dinâmica da coletividade.

Além disso, Cardoso não utiliza, para sua análise, de “tipos ideais”. A divisão que faz, por exemplo, dos países latino-americanos entre “economias de enclave” e de “produção controlada nacionalmente” não diz respeito a tipos puros que existiram combinados em diferentes graus em todos os países, mas trata de fato de realidades concretas de cada conjunto de países analisados. Quando algum país se diferencia dos demais, o autor trata de estabelecer uma divisão e uma denominação capaz de caracterizar a condição concreta daquela realidade.

⁸ Essa compreendida principalmente como um fenômeno político, caracterizado pelo conjunto de alianças políticas estabelecidas entre diversos segmentos sociais. A importância que dá para a luta de classes nas transformações da sociedade é um dos principais elementos que diferencia a análise de Cardoso da análise *weberiana*.

Alguns ainda poderiam considerar que a demasiada importância que Cardoso lega aos elementos políticos, juntamente com o papel secundário e estático que os elementos estruturais, (isto é, materiais, na interpretação de Cardoso) possuem em sua análise, garantiriam ao autor o adjetivo de “idealista”⁹, incompatível com a teoria marxista. Apesar de concordar com essa crítica, acreditamos que o debate sobre esse ponto deve ser realizado dentro do escopo teórico do marxismo, ou seja, esse elemento deve ser apontado como uma incompreensão do marxismo por parte do autor, uma vez que é a partir da condição auto-assumida de marxista que Cardoso pretende elaborar seus estudos sobre a dependência¹⁰.

Uma segunda consideração que deve ser feita antes de nos aprofundarmos nas teses dessas duas vertentes do marxismo é exatamente acerca dos motivos que nos levaram a separar tais teorias em vertentes distintas. A divisão se justifica com o intuito de evidenciar a divergência quanto ao método utilizado na análise. A primeira vertente da teoria da dependência – composta, entre outros, por Frank e Marini – estabelece um método de análise dialético que busca nas transformações das relações materiais de produção as explicações para as transformações sociais.

Para a segunda vertente, ou vertente *cardosiana*, as estruturas materiais indicariam apenas um conjunto de possibilidades de transformação, mas a mudança efetiva seria determinada pelo resultado da luta de classes, elementos que compõem a superestrutura da sociedade. Vemos, portanto, que a divergência entre as duas vertentes está naquilo que cada uma considera como “motor” da história (ou seja, como fonte de contradições e de movimento): para a primeira, seriam os elementos econômico-materiais (estruturais); para a segunda os elementos político-sociais (superestrutura).

2.1. Teses do PCB

O Partido Comunista do Brasil (PCB) afirmava-se como herdeiro da vertente leninista do marxismo e possuía suas orientações políticas derivadas das teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados¹¹. Nesse sentido, caracterizava a realidade brasileira como sendo dotada de relações feudais ou semif feudais, em um momento histórico de passagem para o capitalismo.

⁹ Motivo pelo qual, acreditamos, alguns autores insistem em catalogá-lo como *weberiano*. Como fica claro, essa interpretação se baseia em uma leitura pobre da dicotomia entre materialismo *versus* idealismo e de uma confusão com o debate entre marxismo *versus* weberianismo.

¹⁰ Nos artigos de Cardoso (1993a, 1993b), escritos em momentos diferentes e posteriormente reunidos em uma mesma obra, o autor faz várias referências de suas obras como uma elaboração de uma teoria marxista da dependência.

¹¹ Similar à abordagem feita sobre as teses dos *narodniks*, apresentaremos apenas o que há de relevante para o objetivo do trabalho. Retiramos essa interpretação da obra de Mantega (1984, capítulo 4). Para um detalhamento das propostas do PCB para a construção do socialismo no Brasil, sugerimos conferir a obra de Nelson Werneck Sodré, importante intelectual do partido. Para esse fim, indicamos sobretudo a obra “*Introdução à Revolução Brasileira*” (SODRÉ, 1978).

Não obstante, a expansão imperialista do capital dos países centrais impediria o completo desenvolvimento das forças produtivas nacionais, por meio de um processo de pilhagem e extração do excedente. Sendo assim, a fórmula apontada pelo partido para romper com o atraso seria uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional contra o grande latifúndio (de caráter feudal) por sua vez aliado ao capital imperialista dos países centrais.

Essa aliança entre proletários e burgueses deveria ser capaz de promover no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a revolução democrático-burguesa, responsável por desenvolver as forças produtivas, preparando o terreno para uma futura revolução socialista.

2.2. Teses da primeira vertente da teoria da dependência

A revisão das teses do marxismo ortodoxo se impôs como necessidade à esquerda latino-americana após a declaração do caráter socialista da revolução cubana (1959). Se uma revolução socialista em países atrasados só poderia ser alcançada após uma revolução democrático-burguesa que desenvolvesse as forças produtivas nacionais, como explicar que uma revolução socialista acabara de ocorrer em um dos países mais atrasados até mesmo para os padrões da América Latina?

Uma das respostas para essa questão veio com o surgimento da teoria da dependência, que procurava compreender a realidade dos países da América Latina como capitalistas, mas inseridos de um modo diverso no mercado mundial. André Gunder Frank é comumente apontado como aquele que inaugurou esse debate. O autor possui declarada influência das teorias desenvolvidas por Paul Baran que, em sua obra “*A economia política do desenvolvimento*” (BARAN, 1977), busca tratar como os processos imperialistas do capitalismo influenciariam a dinâmica dos países pré-capitalistas.

Frank (1991) vai contra as teses vigentes no marxismo ortodoxo, que apontava a predominância de relações feudais nos países atrasados. Para Frank, seguindo uma linha que já havia sido apontada por Caio Prado Júnior, o capitalismo já se encontrava presente e predominante nas relações sociais de produção dos países periféricos¹². Haveria um problema metodológico por trás das teses do PCB, que se pautava pela adoção *à priori* de esquemas e abstrações teóricas que não se baseavam na realidade concreta do Brasil, encaixando esta apenas posteriormente nos conceitos pré-elaborados. Essa concepção ignorava a realidade sobre o campo no Brasil, onde existiam relações predominantemente capitalistas com um resquício da era escravista (mas não feudal), fazendo dessa forma que os militantes levantassem bandeiras distantes das reivindicações dos trabalhadores rurais.

¹² Não obstante, como bem ressalta Santos (2000), Frank incorria no erro de definir um sistema como capitalista a partir das relações presentes na circulação.

Frank ainda indica a existência de um processo de transferência de mais-valia da periferia em direção ao centro, motivo que levaria, na análise do autor, ao estagnacionismo econômicos nos países periféricos. Sendo assim, o capitalismo possível nos países centrais seria apenas um capitalismo subdesenvolvido, baseado em uma superexploração do trabalho, necessária para garantir a acumulação tanto da classe capitalista local como a transferência de mais-valia para os países centrais. Assim, os países periféricos se encontrariam inseridos em uma relação de dependência que fortaleceria seu subdesenvolvimento. A única solução possível para esse dilema seria a opção por uma via socialista.

Coube a Ruy Mauro Marini desenvolver algumas lacunas que ficaram em aberto no pensamento de Frank. Os principais pontos desenvolvidos pelo autor referem-se aos processos que levam à transferência do valor entre centro e periferia, mais especificamente, à tese de superexploração do trabalho¹³. Esse autor aponta que os países periféricos seriam expropriados pelos países centrais de parte de sua mais-valia por meio do que denominou de “intercâmbio desigual”¹⁴ – processo que leva os países centrais a trocarem produtos por um preço acima de seu valor. O intercâmbio desigual possui duas causas: a elevada produtividade do trabalho nos países centrais – que permite que os mesmos possuam preços de produção menores que seus concorrentes, mas mantenham os mesmos preços de mercado – e o poder de monopólio derivado da concentração da produção de manufaturas nos países centrais.

Como forma de responder a essa transferência de valor para os países centrais, os capitalistas dos países periféricos reagem ampliando a massa de valor produzido. Para isso, esses capitalistas precisam ampliar a quantidade de mais-valia gerada por trabalhador, resultando no processo de superexploração da força de trabalho que consistiria, além do pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho, na exploração de mais-valia absoluta, considerada pelo autor como uma forma mais presente na origem da implantação dos sistemas capitalistas em cada país. Não obstante, como parte do excedente captado pela exploração da mais-valia absoluta seria transferida para os países centrais, o capital nacional não poderia atingir um nível de acumulação que o permitisse engendrar processos de melhoria de produtividade, permitindo uma mudança do foco de exploração para a mais-valia relativa.

¹³ Os elementos apresentados aqui são um resumo do que é desenvolvido em Marini (2000).

¹⁴ A teoria do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini parece ser inspirada nas elaborações de Prebisch (1950) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e no debate suscitado por Emmanuel (1969).

Em resumo, essa vertente da Teoria da Dependência concebia o modo de produção dos países atrasados como tipicamente capitalista, mas um capitalismo diferente dos países centrais. O desenvolvimento capitalista nesses países periféricos era entendido, portanto, como impossível. A solução para o dilema seria uma revolução socialista, do proletariado aliado com a massa camponesa.

2.3. Teses da segunda vertente da teoria da dependência

A segunda¹⁵ vertente da Teoria da Dependência possui em Fernando Henrique Cardoso seu maior expoente. É ele que apresenta as críticas mais ferozes e contundentes aos teóricos da primeira vertente e também é quem apresenta uma nova forma de abordagem consistente com as críticas realizadas. O autor promove uma dura crítica metodológica à dialética utilizada pelos autores precedentes indicando que os mesmos, ao criarem generalizações que buscavam nas transformações materiais das forças produtivas as causas da dependência dos países periféricos, ignoram os elementos verdadeiramente dinâmicos dessas sociedades, sobretudo os sistemas de alianças políticas que caracterizam as realidades concretas do capitalismo nesses países (CARDOSO e SERRA, 1980).

Na obra *“Dependência e desenvolvimento na América Latina”*, que escreve em coautoria com Faletto (CARDOSO e FALETTO, 2004), Cardoso afirma que não se pode confundir desenvolvimento capitalista com melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e homogeneidade regional – um equívoco muito presente no pensamento de Frank e Marini. Conforme a teoria marxista, o desenvolvimento do capital é um processo contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, de forma que identificar elementos dessa natureza nos sistemas econômicos periféricos não significa dizer que estes não estão se desenvolvendo. Pelo contrário, ao observar o surgimento de contradições relacionadas com a composição das forças produtivas, a alocação de fatores de produção, a distribuição da mão de obra e as relações de classe, deve-se concluir que está em curso um processo de desenvolvimento capitalista.

Não obstante, esse desenvolvimento capitalista não levaria os países periféricos a um tipo de desenvolvimento autônomo, de forma que ainda seria legítimo tratar de um “desenvolvimento dependente-associado” (mas não de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como pretendia Frank e Marini, ou de “predomínio crescente da oligarquia agrário-imperialista”, como indicavam as

¹⁵ É preciso deixar claro que a denominação dessa vertente como sendo a “segunda” deriva apenas da conveniência para a exposição no presente trabalho. Em termos cronológicos, a obra de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência surge em concomitância com a de André Gunder Frank.

interpretações do marxismo ortodoxo da época). Esse desenvolvimento pode ser caracterizado como associado, uma vez que os beneficiários desse processo são (além do que Cardoso chamou de burguesia de estado) as empresas locais associadas às corporações multinacionais, que constituem o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

No pensamento de Cardoso, o caráter dependente ainda continua presente nessas economias periféricas industrializadas, visto que há um processo de vinculação destas ao mercado internacional, que não se limitam apenas ao sistema de importações-exportações. Nessa forma de desenvolvimento, essa relação entre países se dá através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Assim, tanto o fluxo de recursos quanto o controle das decisões econômicas permanecem localizadas no exterior.

Esses investimentos industriais nos países periféricos, no entanto, concentram-se em bens de consumo imediato ou em bens intermediários de “mediana tecnologia”, sendo que o setor de bens de produção, sobretudo os relacionados com a criação de novas tecnologias, mantêm-se concentrado nos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos. Assim, o mesmo processo que gera uma dependência tecnológica é, ao mesmo tempo, o processo que gera a dependência financeira (visto que são dos países centrais os influxos de recursos que realizam os investimentos).

Outro mecanismo de reprodução da dependência que ocorre concomitantemente aos acima assinalados é o do crescente endividamento externo, relacionando-se com os demais, que geram novas necessidades de empréstimos para sustentar a importação de tecnologias produzidas nas economias centrais. Os autores concluem que “desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim” (CARDOSO e FALETTO, 2004, p. 39).

No entanto, a perspectiva revolucionária é completamente abandonada na visão de Cardoso. Ao invés de indicar caminhos possíveis para a construção de uma alternativa socialista, o autor prefere apontar as possibilidades de um desenvolvimento dependente e associado capaz de gerar, em certa medida, uma melhoria no bem-estar da classe trabalhadora¹⁶.

¹⁶ É importante ressaltar que o autor não indica a impossibilidade de uma revolução socialista (nem o contrário). O que estou ressaltando é que ele apenas se abstém de apontar os seus caminhos.

3. Similitudes

Como podemos ver, existem muitas similitudes entre os debates travados por Lênin e os *narodniks* e pelo PCB e as vertentes da teoria da dependência. Similitudes são esperadas, já que o objeto do debate é o mesmo: a possibilidade e a necessidade da implantação do capitalismo em países atrasados. Não é de se estranhar que as questões levantadas nos dois debates sejam tão similares, afinal, tanto a Rússia quanto o Brasil passavam por processos econômicos similares. Na Rússia, ao fim do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização da economia, pautado em medidas protecionistas, e de incentivos a instalação da grande indústria – similar ao processo que aconteceu no Brasil a partir da década de 1930 (por volta de sessenta anos mais tarde). A grande peculiaridade do caso russo, que inclusive dá colorido especial ao movimento *narodnik*, é o fato de lá preexistirem relações de produção baseada na propriedade coletiva dos meios de produção que tiveram sua existência ameaçada pelo desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, enquanto os *narodniks* buscavam instaurar um socialismo que preservava as formas anteriores de organização, todas as vertentes do debate brasileiro tinham como objetivo a criação de relações de produção novas, ainda não experimentadas pela história do país.

Por outro lado, há que se ressaltar alguns elementos que nos exigem cautela ao comparar esses dois debates. Primeiramente, temos que ter em mente o grau de desenvolvimento do capitalismo como um todo nos dois períodos. Enquanto a forma de imperialismo praticada pelas economias centrais ao final do século XIX era baseada na dominação de mercados das economias periféricas (normalmente produtoras de matéria-prima), em meados do século XX a lógica de expansão do grande capital era por meio da inserção direta nessas economias, realizando a produção *in loco* e extraindo o excedente na forma de lucro e de juros.

Um segundo elemento que nos exige certa cautela é o fato de que o debate realizado na Rússia acontece em um momento no qual a revolução socialista se apresenta apenas como hipótese no imaginário dos revolucionários e intelectuais. Já no Brasil, o debate ocorre sob a luz de revoluções socialistas concretas que se desenvolveram por diferentes lógicas (algumas “vindas do alto”, outras com caráter de “revolução popular”, *etc.*).

Tendo-se feito essas ressalvas, vejamos, pois, como os argumentos se repetem no debate que ocorre na América Latina. Para avaliar essa relação, concentramos nossa análise em seis argumentos que marcaram o debate.

O primeiro diz respeito à importância que cada uma das correntes lega às relações pré-capitalistas de produção presente nos países “atrasados” ou dependentes (feudal, escravista, colonial, entre outras). Em outras palavras: as relações pré-capitalistas de produção seriam de tal forma preponderantes a ponto de podermos caracterizar a referida sociedade como não capitalista?

O segundo argumento refere-se às possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pleno em países “atrasados”. Pleno no sentido de apresentar todos os elementos necessários de um capitalismo que seja capaz de cumprir sua função na passagem histórica para o socialismo. É importante ressaltar que não nos referimos a um capitalismo “autônomo”, “desenvolvido”, ou similar ao dos países centrais.

Uma questão que se coloca então é se esse desenvolvimento do capitalismo é um passo necessário para a eclosão de uma revolução socialista, ou seja, para a passagem da sociedade atual para um modo de produção socialista. Essa é a famosa tese do salto histórico, da possibilidade em se pular etapas no desenvolvimento da sociedade. Esse constitui o terceiro argumento da análise.

O quarto ponto diz respeito à preservação das relações tradicionais de dominação nos países capitalistas após o surgimento do capitalismo. As relações tradicionais são pautadas por lógicas não econômicas, não monetárias, contrapondo-se às relações modernas, difundidas nos países em que houve processos de revoluções burguesas mais contundentes. Esse elemento é uma forma de reconhecer que o capitalismo dos países atrasados, a despeito de poderem ser plenos, não precisam apresentar exatamente as mesmas características dos países centrais.

Como quinto argumento, apresentamos a opinião dos autores quanto à força da burguesia nacional para levar adiante um projeto de transformação da sociedade. Esse elemento é fundamental para determinar quais alianças entre classes seriam possíveis de serem formadas para impulsionar o processo revolucionário – ou não tão revolucionário, no caso da segunda vertente da teoria da dependência. Essa estrutura de alianças consiste no sexto e último argumento analisado.

Claro que temos consciência de que um debate tão complexo não pode ser resumido a um conjunto de argumentos apresentados de uma forma simplificada. Mas tal método de análise do discurso pode nos evidenciar a ocorrência de alguns erros de percurso e do modo como nem sempre o desenvolvimento dos conhecimentos se apresenta como um acúmulo contínuo de saber.

Quadro 1 – Semelhanças entre as vertentes do debate sobre o capitalismo nos países atrasados

Argumento	Vertente				
	<i>Narodniks</i>	Lênin	PCB	TD: 1ª vertente	TD: 2ª vertente
Preponderância das relações pré-capitalistas	X	-	X	-	-
Capitalismo é possível	-	X	X	-	X
Capitalismo é necessário	-	X	X	-	X
Preservação de estruturas tradicionais	-	X	-	-	X
Tese da “burguesia fraca”	X	X	-	X	X
Alianças estratégicas	Camponeses	Proletários e camponeses	Proletários e burgueses	Proletários e camponeses	Capital internacional, Estado, Burguesia nacional

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 1, apresentamos uma sistematização desses principais argumentos e a forma como aparecem nessas vertentes do debate. É interessante observar que, a despeito de se considerar herdeiro do pensamento leninista, o PCB adota argumentos compatíveis com os *narodniks* e contrários ao próprio Lênin. O partido considerava que a realidade brasileira era preponderantemente dotada de relações semifeudais, similar ao pensamento do populismo russo. Da mesma forma que Lênin criticou seus contendores por desconhecerem a realidade prática da sociedade da qual discutiam, as vertentes da teoria da dependência também assim criticaram o pensamento do PCB. Ademais, tanto o PCB quanto os *narodniks* não reconheciam a possibilidade da sobrevivência das estruturas tradicionais no sistema capitalista. No entanto, o destaque para a posição do PCB diz respeito ao seu posicionamento quanto à força e ao papel da burguesia. Nesse ponto, o partido é totalmente contrário a todas as outras vertentes, apontando a possibilidade de uma aliança entre o proletariado e a burguesia para a consecução de uma revolução democrático-burguesa, posição que o partido foi obrigado a rever após o golpe militar de 1964 no Brasil.

A primeira vertente da teoria da dependência, a despeito de criticar a leitura que o PCB faz da realidade, acaba por resgatar todas as demais argumentações dos populistas russos elencadas em nosso quadro sintético. Essa vertente aponta que, apesar do capitalismo ser o sistema existente nos países periféricos, seu desenvolvimento era impossível (mas também não necessário). A semelhança com o pensamento de Lênin se resume no reconhecimento da existência de uma classe proletária, capaz de dirigir um processo revolucionário.

Já a segunda vertente da teoria da dependência, mesmo apresentando um método dialético tão distinto do utilizado por Lênin, apresenta um argumento muito próximo da postura leninista, utilizando quase dos mesmos argumentos desse autor para criticar a vertente anterior. As ressalvas vão para a forma específica como as estruturas tradicionais aparecem transformadas no capitalismo dos países atrasados (na figura da Burguesia de Estado) e para o abandono da postura revolucionária socialista (totalmente incompatível com o posicionamento de Lênin) e da visão subsumida que as alternativas dessa vertente colocam.

Um ponto interessante de se observar é que todas as vertentes que consideram o capitalismo impossível não o consideram necessário (e vice-versa). Essa postura nos parece um sintoma de um certo voluntarismo na elaboração desses pensamentos. Já para aqueles que acreditam que o capitalismo é tanto possível quanto necessário, cabe destacar a divergência na forma como essa necessidade se concretizaria: para Lênin, o desenvolvimento capitalista deveria ser guiado pela ditadura do proletariado; para o PCB deveria ser alcançado por uma revolução burguesa nos moldes da Revolução Francesa; já para a segunda vertente, não haveria a necessidade de uma revolução (nem burguesa e nem socialista) para o desenvolvimento das forças produtivas.

Conclusão

No presente artigo, nos propusemos a analisar a semelhança entre o debate travado entre Lênin e os populistas russos, conhecidos como *narodniks*, e o debate semelhante ocorrido na América Latina quase sessenta anos depois. Para tanto, foram apresentados os principais posicionamentos e argumentos de cada uma das vertentes, mas apenas nos pontos necessários para a análise do presente trabalho. Verificamos, com isso, a existência de uma grande semelhança entre essas vertentes, sobretudo entre os *narodniks* e os teóricos da primeira vertente da Teoria da Dependência e entre Lênin e os teóricos da segunda vertente da mesma teoria.

Como Marx aponta na obra “*18 Brumário de Louis Bonaparte*”, os fatos históricos acontecem duas vezes: uma vez como tragédia outra como farsa. Parece-nos que algo similar tem ocorrido no debate dentro do marxismo como uma evidência de que os esforços de interpretação de um determinado momento pouco são utilizados para a construção do conhecimento em momentos posteriores. Nesse sentido, nos parece que a repetição desse debate histórico se repete não como farsa, mas antes como uma verdadeira comédia, em que os diversos personagens teimam em escorregar nos mesmos erros que seus precedentes.

Referências

BARAN, Paul Alexander. **Economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. A dependência revisitada. **As ideias e seu lugar**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993a.

_____. O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. **As ideias e seu lugar**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993b.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. **As desventuras da dialética da dependência**. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23. 1980.

EMMANUEL, Arghiri. *L'Échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: F. Maspero, 1969.

FRANK, André Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo: Un Ensayo Autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

JOHNSTONE, M. **Lênin e a revolução**. In: HOBBSAWM, E. J. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis/Vozes: 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. São Paulo: Vozes/CLACSO, 2000.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

PALMA, Gabriel. *Dependency: a Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?* **Word Development**, V. 6, Pergamon Press, 1978.

PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: ONU, 1950.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

VON LAUE, Theodore H. *The Fate of Capitalism in Russia: The Narodnik Version*. **American Slavic and East European Review**, v. 13, n. 1, p. 11-28, 1954.

Resenha crítica de verbete

NELSON, Julie Anne. *Feminist Economics*. In: VERNENGO, Matias; CALDENTEY, Esteban Perez; ROSSER JR., John Barkley (Eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2008. 6p.

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.888> Kellen Carvalho de Sousa Brito¹

Recebido em 31/12/2020. Aceito em 3/4/2021.

O verbete “*Feminist Economics*” (Economia Feminista), escrito por Julie Anne Nelson para o *The New Palgrave Dictionary of Economics*, é uma reduzida, mas importante compilação de informações sobre esse campo de estudo das Ciências Econômicas que ainda não havia tido tradução (livre) do inglês para o português. Desta forma, nesta resenha, ao mesmo tempo em que se propõe estimular o debate crítico, facilita-se o acesso ao texto às pessoas interessadas no tema via superação da barreira linguística. O dicionário encontra-se na sua terceira edição, lançada em 2018 (sendo a primeira em 1987 e a segunda em 2008), na qual o termo “*Feminist Economics*” foi publicado. Conta com mais de três mil verbetes, que apresentam não apenas conceitos, mas também contextualizações teóricas e históricas de suas palavras e expressões.

Julie Anne Nelson inicia conceituando Economia Feminista como um campo de estudo das Ciências Econômicas que vem continuamente se desenvolvendo desde a década de 1970, tanto com o objetivo de estudar os papéis de gênero na Economia, quanto de criticar os métodos e conteúdos próprios desta área do conhecimento. A partir do entendimento da existência de vieses subjetivos dentro de tópicos e métodos utilizados pela Ciência Econômica para realizar pesquisas, a Economia Feminista mostra como foram comprometidas sua confiabilidade e objetividade, propondo, então, alternativas mais apropriadas (NELSON, 2008).

No entanto, apesar de ser um campo organizado de conhecimento das Ciências Econômicas que existe formalmente desde a década de 1990 – com o surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista, em 1992, e de sua revista, *Feminist Economics*, como descrito no verbete de Nelson (2008) no tópico “A Formação de um Campo” –, não há registro deste verbete em dicionários brasileiros de Ciências Econômicas.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. Pesquisadora em Economia Feminista e coordenadora do Projeto de Extensão “Feminismos Econômicos”.
E-mail: kellenbrito@ufpi.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3648-3983>

Iniciando com as origens da Economia Feminista, passando pela crítica à economia *mainstream*, a questão do trabalho da mulher, a macroeconomia, o ensino da Economia e outras preocupações, o verbete apresenta os trabalhos pioneiros e mais relevantes para a construção dessa área, como os de Marianne Ferber (FERBER; NELSON, 1993, 2003), Diana Strassmann (1995), Diane Elson (1991), Nancy Folbre (1991, 1994), Heidi Hartmann (1976) e a própria autora, Julie Nelson (1995, 2005), dentre outras.

Nelson, juntamente com Ferber, foram as responsáveis pela publicação do primeiro livro de Economia Feminista, intitulado “*Beyond Economic Man: feminist theory and economics*” (FERBER; NELSON, 1993). O livro contém diversos artigos sobre a temática da Economia Feminista e é pautado na lógica de que a Economia não pode tratar apenas dos mercados, mas de todas as esferas de produção e reprodução da vida. Somente assim as Ciências Econômicas poderiam explicar, de fato, os fenômenos do mundo real. De acordo com Nelson (2008, p. 3), a “economia *mainstream* [da corrente dominante] foi questionada não porque ela era muito objetiva, mas porque ela não era objetiva o suficiente”.

No primeiro tópico do verbete, intitulado “As Origens da Economia Feminista”, Nelson (2008) aponta como as mulheres sempre foram inseridas dentro das atividades familiares, sendo essa questão invisibilizada pela economia neoclássica. A lógica da teoria econômica tradicional entendia que a família era chefiada e conduzida pela figura masculina e que a oferta de trabalho e as decisões de consumo da família eram por ele determinadas. Na teoria do consumidor, essa família teria um único nível de utilidade e tudo que era realizado dentro do ambiente doméstico era classificado como lazer, ou seja, o oposto do trabalho que era realizado fora (NELSON, 2008). Essa concepção dominou o pensamento econômico até a década de 1970, quando se apresentaram estudos que desafiaram esses padrões.

A autora mostra que, até 1960, frequentemente os estudos em Economia defendiam os papéis de gênero dentro das famílias, bem como as diferenciações de remuneração e cargos de trabalho para as mulheres. As diferenças “inatas” de gostos e habilidades foram utilizadas para argumentar em favor da distinção no mercado de trabalho e o “raciocínio circular foi usado: os ganhos femininos no mercado foram usados para explicar sua especialização em trabalho doméstico, e as responsabilidades domésticas das mulheres foram usadas para justificar seus menores ganhos no mercado” (NELSON, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a Economia Feminista surge também como forma de destacar que as diferenças biológicas entre os sexos são utilizadas como forma de realizar uma construção social baseada no sexo que reflete estereótipos falaciosos e restrições sociais rígidas, “justificando” e “fundamentando” as distinções no trabalho doméstico e no mercado de trabalho.

Nelson (2008) destaca que os anos 1960 e 1970 são marcados pelo fim de restrições legais e normas sociais que limitavam as escolhas das mulheres a respeito de sua formação educacional e atuação profissional, permitindo a elas ocuparem cargos que até então eram ocupados unicamente por homens. Essas mudanças sociais possibilitaram a ampliação das pesquisas científicas em Economia, principalmente no que tange à igualdade salarial, *status* econômico e políticas de equidade de gênero. Assim, a autora finaliza afirmando que o “reconhecimento da importância de crenças sociais e de estruturas de poder na criação de resultados econômicos de gênero permaneceu a marca da economia feminista” (NELSON, 2008, p. 2).

No segundo tópico do verbete, chamado de “A Crítica à Economia *Mainstream*”, o destaque é dado às questões do que é chamado hoje de “androcentrismo” das Ciências Econômicas. Nelson (2008) chama de viés *masculinista*, que significa, em linhas gerais, que a economia estuda essencialmente fenômenos ligados ao homem e suas atribuições socialmente definidas. A exclusão das mulheres e de suas experiências teria levado, no final dos anos 1980, a uma crítica mais complexa dos modelos predominantemente matemáticos e econométricos, baseados nas teorias de escolha racional do “*homo economicus*”.

Uma característica que a autora deixa claro sobre a Economia Feminista é a questão relativa à manutenção de ferramentas tradicionais por uma parte das autoras do campo, enquanto outras se dedicam a inovar na construção de novos modelos e métodos que fogem da Economia *mainstream*. Nelson (2008) entende que quanto mais esforços são feitos pela Economia Feminista no sentido de criar e promover práticas econômicas mais aprimoradas, novos *insights* surgem para as Ciências Econômicas em geral, mesmo se o tópico estudado não tem relação direta com questões de gênero. Ou seja, não somente de estudos de gênero vive a Economia Feminista.

Nesses estudos, uma questão é recorrente: o trabalho feminino. Seja aquele realizado no mercado, seja o feito dentro do ambiente doméstico, essa questão possui várias nuances que são abordadas nos mais diversos estudos da Economia Feminista. Nelson (2008) aponta no tópico “Trabalho, casa e cuidado” que, em relação às atividades produtivas das mulheres no mercado, as divergências no campo da Economia Feminista se referem aos métodos utilizados: algumas pesquisadoras utilizam as ferramentas da economia tradicional (*mainstream*) para explicar as diferenças existentes entre ocupações e salários quando se compara homens e mulheres; já outras acreditam que estas ferramentas não conseguem nenhum feito se não forem analisadas em conjunto com as estruturas sociais, políticas e institucionais de gênero e mercado e trabalho (*idem*).

Outro ponto que enfrenta bastante divergência dentro da Economia Feminista é a necessidade (ou não) de valoração do trabalho doméstico. Este trabalho, que é não remunerado, deveria ou não ser valorado? Ou seja, deveria a Economia Feminista atribuir valor monetário para o trabalho realizado dentro do ambiente doméstico? Este valor deveria compor o Produto Interno Bruto (PIB)? Essa valoração é suficiente para que essa atividade saia da condição de invisibilidade no qual se encontra?

Assim, a autora mostra que vários estudos foram feitos no sentido de atribuir valores (em dólar)² para o trabalho não-pago realizado por mulheres no ambiente familiar. Mas esses estudos sempre sofrem críticas, seja porque os salários utilizados como base para comparação são artificialmente mantidos baixos por causa da discriminação que a atividade sofre, seja porque essa atribuição somente desviaria a atenção da real situação das mulheres no que diz respeito ao acesso a dinheiro e poder (NELSON, 2008).

Outro ponto que passa a ser investigado pela Economia Feminista é a distribuição intrafamiliar do trabalho enviesada pelo sexo e o processo de tomada de decisões das famílias. O bem-estar familiar passou a ser estudado fora dos modelos da Teoria da Escolha e as questões legais, sociais e psicológicas relacionadas à tomada de decisão passaram a ser examinadas. Nelson (2008, p. 4) dá especial destaque para o chamado “trabalho do cuidado” (enfermagem, cuidados de idosos, crianças e pessoas com deficiência), realizado primordialmente por mulheres, seja ele pago ou não-pago: “o trabalho do cuidado apresenta um desafio para a economia *mainstream*, já que a imagem tradicional do ‘homem econômico’ é de um indivíduo autônomo, egoísta, que nem necessita de cuidados nem possui nenhuma inclinação a cuidar”.

² Pesquisa semelhante foi realizada no Brasil, utilizando reais e não dólares, por Melo e Castilho (2009).

Outra importante crítica da Economia Feminista às Ciências Econômicas *mainstream* apresentada pela autora é ao pressuposto de que os agentes econômicos são trabalhadores livres, sem responsabilidades fora do mercado de trabalho (filhos pequenos ou parentes que precisem de cuidados, por exemplo) e em plena juventude, o que não engloba, principalmente, as mulheres mais velhas.

Dentro da análise macroeconômica pela Economia Feminista, outros pontos além da inclusão do trabalho doméstico no PIB são estudados. Nelson (2008) apresenta algumas autoras que buscam pesquisar questões de “Desenvolvimento, Macroeconomia e Orçamentos Nacionais”, outro tópico abordado no seu verbete. Nesse sentido, essas pesquisadoras buscam: analisar o impacto dos orçamentos governamentais na igualdade de gênero; promover novas noções de desenvolvimento que sejam baseadas em bem-estar e crescimento das capacidades humanas; e, principalmente, compreender e alertar para os efeitos nefastos que programas de austeridade macroeconômica tem nas mulheres, já que a sociedade geralmente espera “que as mulheres assumam, sem pagamento, o trabalho de prover serviços não mais providos pelos governos” (*idem*).

Nelson (2008) afirma que esses estudos sobre a Economia Feminista levaram as pesquisadoras a olhar a condição das mulheres dentro das próprias Ciências Econômicas e do seu ensino na academia. O resultado é que além dos problemas comumente enfrentados por mulheres em todos os setores de trabalho, a saber, assédio sexual, discriminação sexual e ambientes insalubres, as economistas ainda enfrentam a sub-representação nos *rankings* acadêmicos e recebem estabilidade na docência com menor frequência (frisa-se que nos Estados Unidos não existe a modalidade de concurso público com estabilidade, como no Brasil).

Outro ponto importante deste tópico sobre “História, Filosofia e Ensino” diz respeito às discussões acerca das bases epistemológicas e metodológicas da Economia. Estas levaram à revisão do próprio conteúdo dos cursos acadêmicos de Ciências Econômicas, suas teorias e métodos, no sentido de se tornarem menos androcêntricos e mais adaptados para alcançar estudantes com experiências e estilos de aprendizados diversos (NELSON, 2008).

Nelson (2008) conclui seu verbete “Economia Feminista” tratando das questões de interseccionalidade, ao falar sobre trabalhos que analisam a interação de fatores como cor, classe, orientação sexual e questões de gênero, e como isso influencia a participação na Economia. Em adição à interseccionalidade, a Economia Feminista também passou a explorar os processos naturais invisibilizados e explorados a partir da Economia Ecológica, em detrimento do pensamento econômico tradicional.

Apesar dessa pequena referência à interseccionalidade, o verbete pouco fala sobre as correntes dentro da própria Economia Feminista. Exceto por algumas menções no corpo do texto, a impressão que se tem é que o campo é mais uniforme do que divergente. Em nenhum momento fica explícita as correntes reformistas e rupturistas da Economia Feminista, sendo a primeira a mais observada nos textos trabalhados pela autora na construção do verbete. A corrente rupturista, que entende que não há reforma que altere a essência da condição da mulher dentro do capitalismo, não é abordada nem em exemplos sobre a divergência entre autoras.

Nesse sentido, pode ser feita uma crítica no que diz respeito a alguns pensamentos e teorias importantes que o verbete deixa de apresentar. Por exemplo, o trabalho de Roswitha Scholz (1992), uma feminista marxista que explora com profundidade as questões de trabalho produtivo e reprodutivo, bem como as atribuições sociais de cada um desses trabalhos aos homens e mulheres, respectivamente. A Teoria da Dissociação-Valor, por ela desenvolvida, entende que “o valor é o homem”, que o trabalho produtivo (uma atribuição dos homens) é público e valorizado; e que o trabalho de reprodução da vida, realizado pelas mulheres, não é valorado ou visibilizado, sendo essa condição resultado do próprio capitalismo.

Ainda na crítica à questão da interseccionalidade no interior do próprio verbete, cabe destacar que das cinquenta e uma (51) referências utilizadas pela autora para o compor, não existe nenhum trabalho escrito em outra língua que não a inglesa e, mais importante, as autoras e autores destes trabalhos são primordialmente pesquisadores de universidades estadunidenses, o que faz com que o verbete possua um viés colonial, ou seja, orientado a partir da perspectiva de uma vivência (pessoal e acadêmica) de autores brancos e oriundos de países desenvolvidos, que detém o poder econômico mundial e que não são submetidos nem dependentes dentro da ordem econômica mundial. Claramente isso é efeito do próprio viés colonial, que dificulta às autoras enxergarem a existência de diferenças e inequidades dentro da própria Economia Feminista, da mesma forma que aos homens é difícil perceber o androcentrismo das Ciências Econômicas.

Uma forma simples de preencher essa lacuna seria a inclusão de trabalhos de María Lugones (1987, 1994, 2007), que trariam ao verbete a pauta da existência de um pensamento econômico decolonial, destacando a existência de uma análise do trabalho da mulher latino-americana e africana, que em nada se assemelham às construções de papéis sociais das mulheres brancas e oriundas de países desenvolvidos.

Enquanto verbete presente em um dicionário de Economia, a construção de Julie Anne Nelson sobre Economia Feminista satisfaz parcialmente, talvez pelo espaço reduzido para apresentar um campo tão extenso, apesar de marginalizado dentro das Ciências Econômicas. Pode também ser pela perspectiva colonial presente nos escritos da autora, derivados da sua própria vivência de mulher e economista. Entende-se que, apesar disso, a própria existência do verbete em um dicionário de Economia e a apresentação de tantos trabalhos, teorias e conceitos relevantes para o campo já se configura em importante conquista.

Não obstante, para um aprofundamento de quem quer conhecer mais sobre Economia Feminista se faz necessária a leitura do trabalho de Cristina Carrasco, “*La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*” (2006), que mostra-se mais diverso e detalhado, seja pelo maior espaço, dado que é realizado através de um artigo científico com mais de vinte (20) páginas (em oposição às seis páginas do verbete); ou pela vivência de mulher economista latino-americana, mesmo que sem uma explícita perspectiva decolonial.

Referências

CARRASCO, C. *La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*. 2006. Disponível em: <<http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ELSON, D. (ed.). *Male bias in the development process*. Manchester: Manchester University Press, 1991.

FERBER, M.; NELSON, J. A. (ed.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.; NELSON, J. (ed.). *Feminist economics today: beyond economic man*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

- FOLBRE, N. *The unproductive housewife: her evolution in nineteenth-century economic thought*. *Signs*, v. 16, p. 463-485, 1991. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3174585>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- FOLBRE, N. *Who pays for the kids?* London: Routledge, 1994.
- HARTMANN, H. *Capitalism, patriarchy and job segregation by sex*. *Signs*, v. 1, n. 3, part 2, p. 137-169, 1976. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3173001>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Playfulness, "World" - Travelling, and Loving Perception*. *Hypatia*, v. 2, n.2, p. 3-19, 1987. Disponível em: <<http://www.iheal.univparis3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/playfulness.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Purity, Impurity, and Separation*. *Signs*, v.19, n.2, p. 458-479, 1994. Disponível em: <<http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univparis3.fr/files/Lugones%20Purity%20Impurity.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*. *Hypatia*, v. 22, n.1, p. 186-209, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n.1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v13n1/06.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- NELSON, J. A. *Feminism and economics*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.9.2.131>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- NELSON, J. A. *Feminist Economics*. **In:** VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P.; ROSSER JR., B. J. (ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_2210-1>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- NELSON, J. A. *Interpersonal relations and economics*. **In:** GUI, B.; SUGDEN, R. (ed.). *Economics and social interactions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SCHOLZ, R. O valor é o homem. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 15-36, jul., 1992. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- STRASSMANN, D. *Creating a forum for feminist inquiry*. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 1995. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714042211>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Lista de pareceristas *ad hoc* da revista **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**

Abner Vilhena de Carvalho	Kellen Carvalho de Sousa Brito
Adriano Alves de Rezende	Laís Fernanda de Azevedo
Agnello Rufino da Silva Junio	Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá
Agostinho Armando	Lázaro Cezar Dias
Ahamada Bobina Mussa	Lucas Casonato Jacinto
André Devecchi de Freitas	Lucas Mikael
Andressa de Sousa Santos Ferreira	Lucas Vitor de Carvalho Sousa
Auberth Henrik Venson	Marcelo dos Santos da Silva
Brenna Galtierrez Fortes Pessoa	Maria Luiza Almeida Luz
Bruna Raposo	Natália Aurélio Vieira
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Paulo Eduardo Panassol
Carine Machado Oliveira	Pedro da Conceição João
Carla Adriana Meneses da Rocha	Pollyanna Paganoto Moura
Carlos Gomide da Silva	Priscila Soares dos Santos
Catarina Silveira	Rafael de Acypreste Monteiro Rocha
Clarissa Flávia Santos Araújo	Rafael Galvão de Almeida
Claudiano Carneiro da Cruz Neto	Renner Pinzan Moraes
Daniel Moura da Costa Teixeira	Ricardo Nunes de Oliveira
Danilo Rodrigues Guedes	Rodrigo Silva
Edna Maria da Silva	Sócrates Jaconbo Moquete Guzma
Évilly Carine Dias Bezerra	Suzane Rodrigues
Fernanda Rocha Veras e Silva	Tales Rabelo Freitas
Francisco Eduardo de Oliveira Cunha	Tawan de Oliveira Rodrigues Maciel
Francisco Esteves	Telma Regina Stroparo
Heitor Simão Afonso Ambrosio	Thainá Sales
Javier Cifuentes-Faura	Thiberio Mota da Silva
João Gabriel de Araujo Oliveira	Vinicius da Silva Centeno
João Victor Souza da Silva	Vinícius Figueiredo
Josueh Regino	Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves
Luciano Pereira da Silva	